

DIY
silva/fe

INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA

MESTRADO EM PSICOPATOLOGIA E PSICOLOGIA CLÍNICA

TESE DE MESTRADO

PROCESSO MIGRATÓRIO, PERSPECTIVA PSICANALÍTICA


Filipe Cardoso Silva – Nº 14147

ORIENTADOR: Professor Doutor Rui Aragão Oliveira
Instituto Superior de Psicologia Aplicada

SEMINÁRIO DIRIGIDO POR: Professor Doutor Rui Aragão Oliveira
Instituto Superior de Psicologia Aplicada

2008



	ISPA Instituto Superior de Psicologia Aplicada
Centro de Documentação	
Registo:	18353
Data:	26/06/09
Tel.: 21 681 17 50 • bibli@ispa.pt	

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Rui Aragão pela amizade, disponibilidade e orientação

Às Equipas dos CAT Casa da Encosta e Casa do Parque da Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família (APDMF)

À Raquel e aos meus pais pelo apoio contínuo e incondicional

À avó Adelaide já migrada a quem dedico este trabalho.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
ENQUADRAMENTO TEÓRICO	
A Humanização do Homo Sapiens	13
Migrações	
Uma perspectiva sociológica	16
Migração internacional	18
Causas da migração	21
Migração como fenómeno global	22
Comunidades transnacionais	24
Modelos de acolhimento ao imigrante na sociedade ocidental	29
O contexto sul europeu	33
Uma abordagem política	35
Migração no Mundo	35
Migração da Europa	37
Migração em Portugal	40

Para uma compreensão dos processos inconscientes do fenómeno

migratório	49
Identidade, identificação	51
Identidades (des) enraizadas e saúde mental	56
Migração	60
Idade com que se vive o processo migratório	65
Crianças e migração	65
A importância da recepção	74
Elementos associados à origem	76
O nascimento dos filhos no país receptor	78
O papel do corpo na integração do imigrante	79
A importância do género	80
Os sonhos do sujeito em processo de migração	81
A 3ª individuação	82

DESENVOLVIMENTO

O trabalho institucional nos movimentos de integração migratória	86
Breves considerações acerca da psicoterapia de inspiração analítica, em contexto institucional	88
Caracterização da instituição Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família	94

Algumas considerações teóricas ligadas à institucionalização

temporária de crianças	101
Abandono	101
Comportamento comportamental	104
Crianças em risco/perigo	105
O sentir e o estar da criança maltratada	106

Algumas considerações teóricas ligadas a estados de depressão

manifesta em crianças institucionalizadas	108
Depressão, melancolia	108
Depressão infantil	113

Exposição de casos

Caso 1.	119
Discussão	127
Caso 2.	130
Discussão	137

CONCLUSÃO

140

ANEXO

Tabelas

Tabela 1. Imigrantes no Sul da Europa	149
Tabela 2. Nacionalidade dos imigrantes no Sul da Europa	150
Tabela 3. Chegada de população estrangeira aos países da OCDE	151

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

152

Uma vez, entre maravilhada e brincalhona, a minha avó comentou o seu destino de inglesa desterrada nesse fim de mundo: disseram-lhe que não era a única e mostraram-lhe, meses depois, uma rapariga índia que atravessava lentamente a praça. Vestia duas mantas vermelhas e ia descalça; tinha tranças ruivas. Um soldado disse-lhe que outra inglesa queria falar com ela. A mulher assentiu: entrou no quartel sem temor, mas não sem receio. Na face acobreada, pintalgada de cores ferozes, os olhos eram desse azul fatigado que os Ingleses chamam cinzento. O corpo era leve, como de uma corça; as mãos, fortes e ossudas. Vinha do deserto, de Tierra Adentro, e tudo parecia ser-lhe pequeno: as portas, as paredes, os móveis.

(Borges, 1989, p. 579)

Introdução

Ponto de partida

A origem do homem moderno tem sido alvo de controvérsia no seio da paleoantropologia desde que esta disciplina científica foi criada. Essencialmente, na actualidade existem duas escolas de pensamento que se detêm em pressupostos distintos: por um lado, encontram-se os defensores da hipótese da origem multirregional, postulada por Milford Wolpoff, Alan Thorne e Xinzhi Wu (1984), e por outro, a hipótese da origem única, sustentada por Christopher Stringer e Paul Andrews (1988).

A hipótese da origem multirregional alvitra que os seres humanos modernos, com as suas variações, derivam de uma única espécie biológica (*homo erectus*), cuja população fundadora original emergiu há cerca de dois milhões de anos atrás, tendo-se expandido por África e posteriormente colonizado os continentes Europeu e Asiático. A grande maioria das diferentes populações geográficas constituídas permaneceu ligada continuamente, através de trocas genicas e, apesar de algumas destas subpopulações terem ficado isoladas, por longos períodos temporais, não foi o suficiente para alterar a essência da unidade global (Wolpoff, Thorne & Wu, 1984).

A hipótese de origem única sustenta que o aparecimento do homem anatomicamente moderno é relativamente recente (aproximadamente duzentos mil anos) e terá sucedido em África. A sustentação desta teoria assenta no pressuposto de que o surgimento do homem moderno resultou de uma especiação biológica. Deste modo, quando iniciou a sua dispersão de Africa para

os continentes europeu e asiático, o cruzamento com os humanos euro-asiáticos arcaicos em nada resultariam, visto pertencerem a espécies biológicas distintas (Stringer & Andrews, 1988).

O que de relevante têm estas hipóteses para este trabalho é que, em ambas, são consideradas grandes deslocações intercontinentais dos primeiros homínídeos. A diáspora da humanidade ter-se-á iniciado assim, em tempos idos e pré-históricos.

Numa perspectiva actual e sociológica, as migrações humanas devem a sua eclosão às transformações económicas, sociais, políticas e demográficas das sociedades (Castles, 2002a).

Com o fenómeno globalização em marcha, i.e., a apropriação massificada das novas tecnologias, bem como redes de transportes mais eficazes permitiram uma movimentação de pessoas e bens sem precedentes e, por consequência, a proliferação de comunidades transnacionais. Essencialmente, englobam grupos de indivíduos cuja existência social se espalha por mais de um país (Idem, 2002a). Têm como princípios fundadores, a partilha solidária, entre os indivíduos que a constituem, de uma nacionalidade, religião e costumes étnicos próprios (Kastoryano, 2005).

Em última análise o objectivo fundamental na constituição destas comunidades passará pela preservação da sua identidade cultural na sociedade de acolhimento e este não é um problema irrelevante. Encontram-se inventariados diferentes padrões de acolhimento pela comunidade receptora em relação ao imigrante (Bourhis e cols., 1997). Aparte as abordagens assimilacionistas, segregacionistas e excludenistas surge uma outra que

promove o individualismo: aqui tornar-se-ia fundamental considerar cada pessoa como uma entidade particular e autónoma, em alternativa à categorização da mesma em grupos dominantes ou recessivos. Para essa concretização apelar-se-ia ao contacto entre os elementos dos diferentes grupos, por forma a dissipar as diferenças e personalizar a abordagem ao outro (Idem, 1997). Segundo estudos recentes a dimensão relacional afectiva seria uma componente fulcral nestes contactos para que se pudesse garantir a efectividade e duração dos mesmos (Vala, 2003).

Numa perspectiva psicanalítica, não é possível abordar o fenómeno Migratório, sem que previamente se pense as questões da identidade e identificação do indivíduo:

Identidade (subjectiva), porque quando parte para um local que desconhece, o sujeito carrega consigo um passado, decorrente daquilo que foi a sua história de vida, até ao momento presente, em que decide migrar. Tem como pré-requisitos sentimentos de continuidade e unidade, apesar da mudança. Estes, quando aliados, serão garante de coesão identitária, ou seja, a capacidade do sujeito conseguir integrar experiências parcelares acumuladas e atribuir-lhes valor (Houzel, Emmanuelli & Moggio, 2004). Chega-se a um aparente paradoxo: o sujeito deixa de ser o que foi, sem, contudo, deixar de ser o mesmo (Ricoeur, 1990).

Identificação, porque é através desse processo relacional de transformação, assimilação e apropriação de aspectos e particularidades de outros indivíduos, significativos, que o sujeito se constitui e exerce influência sobre a constituição do outro (Matos, 2002).

Qualquer sujeito migrante vive momentos mais ou menos intensos de disruptividade. Nesse intervalo de tempo em que já não se encontra no *habitat* conhecido, mas também não se sente particularmente à vontade no *novo mundo*, pode experimentar sentimentos difíceis de compreender – desrealização, separação de si mesmo – se não forem devidamente contextualizados (Lechner, 2007).

Ao recorrermos ao pensamento metafórico dos Grinberg (2004), segundo o qual o ser humano, ao longo da sua vida sofre uma espécie de experiência migratória, poder-se-á pensar o desenvolvimento do indivíduo à luz de sucessivas migrações, com identificação clara de momentos distintos de sofrimento, perda e crescimento.

A adaptação do indivíduo migrante à sua nova vida depende de uma multiplicidade de factores que se correlacionam e inter-influenciam (Akhtar, 1999). Salientam-se aqui factores individuais (conflitos pregressos não solucionados pelo indivíduo ao longo do seu percurso de vida, o tipo de relação que foi capaz de estabelecer com os seus objectos internos) e sócio-culturais (a conjuntura social, cultural e temporal no espaço geográfico que o viu nascer).

Com a ressalva feita, salientam-se porém três dimensões que, conjugadas entre si, ajudam a compreender melhor, o maior ou menor sucesso adaptativo do sujeito migrado:

- i) elementos associados à *origem* – natureza do país de onde o sujeito provém e suas idiosincrasias;
- ii) motivações na *partida* – o que predispõe o indivíduo a migrar? migra por vontade própria; é refugiado; é exilado;

‣ iii) importância da *recepção* - qualidade das reacções da comunidade receptora;

O resultado final, *como se adapta* advém da confrontação no sujeito entre o mundo conhecido, que deixou [dimensões i), ii)] Vs o novo mundo onde pretende singrar [dimensão iii)]. Corresponde, em última análise a uma consolidação identitária, a que o psicanalista Salman Akhtar designou por terceira individuação (1999).

Um outro aspecto fundamental para a compreensão do percurso do indivíduo no país de acolhimento é a *idade* em que se migra

No caso específico das crianças migrantes, sobre o qual este trabalho se debruça, os contornos são distintos, dado que nunca parte de si a tomada de decisão no que respeita a abandonar ou regressar ao país de origem (Grinberg, 2004). São sempre migrantes involuntários. No seguimento, são de importância capital as figuras parentais ou substitutas que acompanham a criança no difícil processo adaptativo migratório. O *busílis* surge quando essas próprias figuras basilares de referência para a criança estão, também elas, em crise adaptativa e, como sabemos, a criança sem os pais, ou substitutos cuidadores, não existem (Winnicott, 1984).

Assim, objectivo geral do presente trabalho passa por uma reflexão acerca dos fenómenos inconscientes presentes num processo migratório.

Serão assim apresentados dois casos de crianças que chegam a Portugal oriundas das CPLP (Comunidades dos Países de Língua Portuguesa) e em condições psicossociais precárias. Ambas, por motivos diversos, passam por institucionalizações temporárias em centros de acolhimento, ao abrigo da Lei 147/99, de 1 de Setembro, que protege as crianças e jovens em situação de perigo.

Esta investigação insere-se numa lógica de estudo de caso de intervenção/terapêutico não controlado¹ (Kratowill, Mott & Dodson, 1984). Dado tratar-se de uma investigação associada a um indivíduo ou a um pequeno grupo de indivíduos, sem um grupo de controlo experimental e análise estatística associada, a conduta do paciente poder-se-á explicar de outros modos alternativos às interpretações seleccionadas dos casos em análise (Idem, 1984).

¹ no estudo de caso de intervenção/terapêutico, o investigador está fundamentalmente interessado numa desordem clínica e pode ou descrever o decurso normal do transtorno ou desenvolver uma intervenção para tratar o problema do paciente (Kratowill, Mott & Dodson, 1984, pp. 69)

Enquadramento teórico

A Humanização do Homo Sapiens

A revolução iniciada por Charles Darwin relacionada com a evolução das espécies², expresso no livro “On the Origin of Species” publicado pela primeira vez, no ano de 1859, abriu portas a investigações ulteriores ligadas à origem do Homem.

Hoje em dia pensa-se que o processo da hominização se iniciou há cerca de sete milhões de anos atrás e implicou momentos de ruptura e continuidade: ruptura, porque, por um lado, e numa análise micro, o aparecimento de novas espécies implicara a extinção das precedentes (*habilis*, *erectus*, *neanderthal*, *sapiens*); por outro, o manuseamento do fogo para proveito próprio, o aparecimento da linguagem e da cultura constituíram o cerne de novas cisões; continuidade porque, numa análise macro, as sucessivas espécies foram evoluindo: destaque-se o desenvolvimento do bipedismo, o desenvolvimento da oposição e diferenciação do polegar, a progressiva verticalidade do corpo (Morin, 2003).

Porém, há cerca de 200 mil anos este processo sofreu uma aceleração, o que favoreceu o aparecimento da humanidade (Lumley, 2000). Para isso muito contribuíram os processos de cerebralização – aumento do tamanho do cérebro, com conseqüente aumento de número de neurónios, sinapses, complexidade – e juvenalização – prolongamento da infância e preservação no adulto de

² Darwin defendeu a ideia de que as espécies evoluíam a partir de um ancestral comum, por meio de selecção natural (Darwin, 2006).

caracteres juvenis, tanto no seu organismo, que permanece pouco especializado, como na curiosidade e capacidades inventivas do psiquismo. A correlação entre ambas (cerebralização e juvenalização) estariam na base da progressiva *complexificação social* de que nos fala Moscovici (1972).

No seguimento, a interdependência entre cerebralização, juvenalização e complexificação social criariam as condições favoráveis e necessárias ao desenvolvimento da Linguagem e da Cultura. A conjugação destes aspectos³ estaria na base do que hoje é entendido por humanidade, protagonizada pelo *Homo Sapiens* (Morin, 2003).

A evolução da espécie humana determinou que a não especialização anatómica⁴ – que por si só torna o Homem inferior em confronto directo com outros animais – impulsionasse a polivalência, o que, aliado a um cérebro sobredesenvolvido, permitiu a versatilidade e um sem número de especializações (Idém, 2003).

Se hoje se afirma que a espécie humana nos últimos milénios evoluiu muito pouco, no que respeita às características anatómicas e fisiológicas, o mesmo já não se pode dizer quanto aos modos de organização/reorganização. Assim, são as culturas e respectivas sociedades, quem se encontram em permanente desenvolvimento e transmutação. Ao Homem, inserido nessas culturas e sociedades, cabe a evolução afectiva e psico-social.

³ Conforme esquema: Cerebralização+Juvenalização→ Complexificação Social
Cerebralização+Juvenalização+Complexificação Social→ Linguagem+Cultura
Cerebralização+Juvenalização+Complexidade Social+Linguagem+Cultura→Homo Sapiens.

⁴ Referindo-se ao ser humano, Jean Jacques Rosseau via-o como um animal que apesar de menos forte e ágil que outros, era, afinal, o mais organizado de todos (Rosseau, 1996).

O Homem só se realiza humanamente através da Cultura e na Cultura. Nela se inscrevem hábitos, costumes, tradições, práticas, ideias, valores, crenças e mitos⁵ que vão sendo transmitidos de geração em geração. Falar da cultura é designar o *capital humano primordial*, sem o qual, o Homem seria um primata dos mais elementares (Morin, 1995).

Assim, quando o sujeito decide ou é forçado a enveredar por um percurso migratório, independentemente das motivações que o justificam, convém desde já salientar que nunca parte só. Leva consigo uma cultura própria e uma vivência familiar única, associada à sua história de vida.

A adaptação do sujeito à condição de migrado dependerá em larga medida da integração que puder fazer entre a *nova realidade* com que se depara e o *velho mundo* de onde provém. Reportamo-nos aos fenómenos inconscientes, de estruturação interna, presentes no processo migratório e elementos chave desta investigação.

⁵ Edgar Morin sustenta que qualquer sociedade é geradora de noosfera, i.e., conjunto de saberes, crenças, mitos e lendas espirituais, em que seres fantasmáticos, endeusados, génios adquirem vida própria a partir das crenças e fé humanas (Morin, 1995).

Migrações, uma perspectiva sociológica

A diáspora da humanidade, iniciada nos tempos pré-históricos, não produziu a cisão genética durante cem mil anos ou mais: Pigmeus, Negros, Amarelos, Índios e Brancos relevam da mesma espécie, dispõem das mesmas características fundamentais; mas a diáspora permitiu a expressão das diversidades; a variedade dos indivíduos, dos espíritos e das culturas foi fonte de inovações e de criações em todos os domínios. O tesouro da humanidade está na sua diversidade criadora, mas a fonte da sua criatividade está na sua unidade geradora.

(Morin, 2003, pp. 63)

As migrações, sobretudo as internacionais, contribuem para mudanças sociais à escala mundial. Simultaneamente, têm a sua base de sustento nas transformações económicas, políticas, sociais e demográficas que ocorrem numa determinada sociedade (Castles, 2002a).

Há assim uma relação de interdependência entre fenómenos migratórios e mudanças estruturais dos países (tanto no país de origem, como no de acolhimento do sujeito migrante).

Esta correlação não é vanguardista, desde o século XVI os grandes Impérios Europeus modificaram-se e foram modificados na e pela colonização dos continentes Africano, Americano e Asiático. O Império Português de então não fugiu à regra e constituiu-se, enquanto tal, através da migração colonial (Idem, 2002a).

No século XIX, Portugal não consegue acompanhar o processo de modernização conferido pela revolução industrial nos países centrais europeus e passa a constituir-se como um país periférico e satélite do sul da Europa. Mercê das crescentes dificuldades económicas do país e seduzidos pela necessidade de mão-de-obra em países industrializados (do Norte da Europa, da América do

Norte e do Sul) assiste-se a uma crescente vaga de emigrantes portugueses neste período.

No período que sucede à 2ª Guerra Mundial, dada a situação económica e política repressiva, milhares de portugueses decidem emigrar para países como França e Alemanha (Castles, 2002a).

Após a revolução de Abril de 1974 e posterior ingresso de Portugal como membro da Comunidade Económica Europeia (CEE), o país, tendencialmente emigrante, torna-se também um país de imigrantes: nos anos próximos de 1974 dá-se a retirada de portugueses das ex-colónias Portuguesas (Angola, Moçambique, Guiné, Cabo-Verde, S. Tomé e Príncipe, Timor Leste, Goa, Damão e Diu) no movimento, a que popularmente se designou pela vinda dos *retornados*; nos anos 2001 e 2002, uma amnistia promoveu a emissão de autorizações de permanência a 134.000 imigrantes, oriundos fundamentalmente da Europa de Leste (OCDE, 2003).

Porém, a população imigrante em Portugal é ainda em muito menor número, quando comparada com a diáspora portuguesa que se calcula em 4.3 milhões de emigrantes e respectivos descendentes (Idem, 2003).

Numa análise aos dados do relatório "Panorama de Estatísticas de 2007", da Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Económico (OCDE) relativos a Portugal indicam que, em 1995, a população estrangeira no país representava 5,4 por cento da população, em 2000, 5,1 por cento e em 2004, 6,7 por cento do total da população portuguesa (OCDE, 2007).

Migração Internacional

Definida por Boyle e colaboradores como um cruzamento de fronteira de uma unidade política ou administrativa, por um certo período mínimo (Boyle et al., 1998), a migração internacional pode constituir-se de, pelo menos, oito maneiras diferentes (Cohen, 2005):

- a) Migração de trabalhadores legais;
- b) Migração de trabalhadores ilegais – de onde se destacam entradas de indivíduos para além do período permitido e entradas ilegais deliberadas;
- c) Migração de refugiados e de pessoas deslocadas – onde se enquadram os asilados e os requerentes do estatuto de *refugiado*⁶, conforme a definição da Convenção de Genebra de 1951;
- d) Migração feminina independente – que vem dar resposta à necessidade de população feminina na economia de serviços global;
- e) Migração de trabalhadores especializados passageiros, ou semi-naturalizados – não possuem residência permanente, nem podem beneficiar dos serviços sociais do país de acolhimento. Contudo, não necessitam também desses direitos, dado que as empresas para as quais trabalham conseguem providenciar alternativas bastante compensatórias;
- f) Migração de trabalhadores especializados de longa duração – com possibilidade de obtenção de certificado permanente de residência, assim

⁶ Na Convenção de Genebra o estatuto de refugiado é conferido a alguém que está a fugir de uma ameaça real de perseguição no seu país de origem devido aos seus antecedentes ou às suas opiniões políticas. Nessa Convenção, a atribuição deste estatuto ficou decidido ser da responsabilidade do país de acolhimento (Cohen, 2005)

como acesso pleno aos deveres e direitos de cidadão do país de acolhimento;

g) Migração interna em larga escala – nos países onde impera a instabilidade política, social e territorial é difícil a distinção clara entre o dentro e o fora, entre migração interna e internacional;

h) Turismo – os turistas não são considerados migrantes internacionais. Porém, dado o aumento exponencial do turismo a nível global, dever-se-á considerar o impacto que o movimento de turistas tem na transformação sócio-cultural dos países de acolhimento (Cohen, 2005).

Para Castles (2002b) no passado, de há 50 anos a esta parte, existiam essencialmente 3 tipos de migrações. As de carácter definitivo, as de trabalho temporário e as decorrentes do estatuto de refugiado.

Todas tinham como objectivo último a reunificação familiar. Porém, nas últimas duas décadas a situação alterou-se significativamente e o mesmo autor identifica sete tipos:

i) as migrações de indivíduos altamente qualificados – que pode originar nomeadamente a fuga de cérebros nos países com baixa capacidade de incluir e apostar na tecnologia e inovação cultural;

ii) as migrações de indivíduos com fracas qualificações – fundamental para a reconstrução europeia pós 2ª Guerra Mundial, mas hoje em dia declinada pelos países desenvolvidos, por se revelar socialmente impraticável e economicamente dispensável. Só países em vias de desenvolvimento, como Portugal, continuam a usá-la, sobretudo no ramo da construção civil;

iii) a migração forçada – que se assume como sucedâneo natural do velho termo de *refugiado* nascido da Convenção de 1952 acima referenciado. Trata-se de um termo mais abrangente, uma vez que abarca, os deslocados por questões ambientais (catástrofes naturais), indivíduos em busca de asilo, retornados resultantes de situações conflituais, deslocados resultantes de projectos de desenvolvimento (grandes construções que impliquem um reordenamento do território, como é exemplo a construção de grandes barragens);

iv) o fenómeno astronauta – em que agregados familiares inteiros se deslocam para um novo país motivados por melhores condições de vida e aumento do sentimento de segurança, enquanto que o elemento que mais contribui para a sustentabilidade económica da família regressa ao país de origem para laborar;

v) os migrantes retornados – cuja percentagem parece crescer, mercê do incremento da migração temporária;

vi) os migrantes reformados – indivíduos que, provenientes de países ricos mas com climas mais inóspitos, decidem gozar a sua reforma em países mais aprazíveis, com ambientes mais agradáveis;

vii) a migração póstuma – reporta-se aos indivíduos migrados que fazem planos para que, após a sua morte, os seus corpos sejam devolvidos e enterrados no país de origem.

Causas da migração

A disparidade entre os níveis de rendimento, emprego e bem-estar social é a causa geral mais visível e que mais predispõe do sujeito a migrar (Hugo, 1998). As diferenças demográficas no que respeita à mortalidade, esperança de vida, fertilidade e crescimento de mão-de-obra são aspectos considerados por quem decide migrar (Idem, 1998).

À luz da teoria económica neoclássica, Borjas (1989) sustenta que o principal propulsor das migrações é o esforço individual para maximizar rendimentos, com mudanças desejáveis de economias de baixos rendimentos para outras de salários mais elevados.

Embora sustentáveis, as explicações causais do fenómeno migratório não podem ser pensadas de um modo simplista. Em regra, a decisão não é tomada individualmente, mas suportada pelo agregado familiar, pela comunidade, por forma a aumentar as probabilidades de sobrevivência (Hugo, 1998).

Uma outra ilação importante, anunciada no Simposium Internacional das Nações Unidas sobre Migração Internacional e Desenvolvimento, é que não existe uma causalidade linear entre pobreza e migração. As migrações de áreas extremamente pobres constituir-se-ia como um esforço hercúleo por parte das pessoas, que aí habitam, por falta de capital a vários níveis:

1. o mais evidente, o capital económico, fundamental para a mudança física do indivíduo;

2. o capital cultural é igualmente importante, uma vez que é este que providencia ao indivíduo, o conhecimento das oportunidades, para melhoria de condições de vida, existentes noutras paragens;

3. o capital social, também basilar para uma boa adaptação ao novo ambiente e inclusão laboral associada (ONU, 1998).

À exceção das catástrofes naturais (cataclismos como terremotos, inundações, maremotos) ou artificiais (guerras, zonas de conflito iminentes) que obrigam à mudança, por destruição das fontes mínimas de subsistência do sujeito, as investigações mais recentes indicam que são os sujeitos com rendimentos médios, provenientes de zonas em vias de desenvolvimento, quem maiores probabilidades têm de se tornar migrantes.

Kritz e colaboradores (1992) desenvolveram uma teoria designa por *teoria dos sistemas migratórios*, assente essencialmente na análise das ligações que, forçosamente, se estabelecem entre o(s) país(es) de origem e o(s) de acolhimento, tais como processos de colonização, laços culturais, investimentos económicos/comerciais, afim de se poder analisar os factores envolvidos no processo de migração.

Migração como fenómeno global

Até ao final do século passado os estudos académicos e o poder político pensavam as questões da migração sob duas perspectivas distintas: a primeira associada à instalação definitiva dos sujeitos migrantes no país de acolhimento, assumindo em *lato sensu* as normas e valores da nova comunidade; a segunda ligada à instalação temporária dos indivíduos no país de acolhimento, com manutenção dos laços de afiliação com o país de origem.

A introdução do fenómeno Globalização veio baralhar o sistema e imprimir uma nova dinâmica ao processo (Castles, 2002b).

Ao pensar-se a globalização como “... a proliferação de fluxos transfronteiriços e de redes transnacionais” (Cohen, 2005, pp.25) então a migração internacional será, em simultâneo, causa e consequência desse fenómeno. O incremento e generalização das novas tecnologias e redes de transporte mais eficientes tornaram banais as movimentações de pessoas e bens entre países e continentes (Castles, 2002b).

Para Cohen (2005) a compreensão integral do conceito de globalização implica a compreensão de alguns aspectos que lhe subjazem:

I) mudança na percepção do espaço e do tempo: nas sociedades pré-modernas o espaço era compreendido em termos de localidades específicas. As mudanças entre localidades envolviam riscos elevados. Os indivíduos, na sua maioria, preferiam manter-se nos locais onde, a par com as respectivas famílias, gozavam dos seus privilégios garantidos (Harvey, 1989). Progressivamente, mercê dos conhecimentos tecnológicos alcançados foi possível mapear o espaço e o tempo em unidades estandardizadas e internacionalmente aceites, o que facilitou, por exemplo, a navegação aérea e naval. Espaço e tempo passam assim a ser mais manipuláveis e perderam influência como forças reguladoras da acção humana (Cohen, 2005).

Os restantes cinco derivam em última análise deste primeiro e prendem-se com:

II) incremento das interações culturais: passou a ser progressivamente mais fácil aceder aos contextos sociais originários dos significados culturais e importá-los outras sociedades; tornou-se mais fácil aceder a experiências comuns intercontinentais, de um mundo pluralista e

multicultural. Assim, o conceito de *aldeia global* definido por McLuhan nos anos sessenta do século passado (1962) é hoje em dia perfeitamente actual;

III) partilha de problemas: muito por culpa da proliferação informativa global, hoje em dia é possível comungar de preocupações que afectam uma pequena ou grande parte da população mundial;

IV) interdependências e interligações entre as populações e os mais diversos grupos (empresas, sectores profissionais, cidadãos individuais) que adquiriram vida própria. Há quem hoje fale da Era da Informação e da Sociedade de redes (Castells, 1996).

V) intervenientes e comunidades transnacionais, que promovem e incrementam as interligações muito além das fronteiras territoriais;

Comunidades Transnacionais

O conceito de comunidades transnacionais está hoje na ordem do dia, no que respeita às investigações sociológicas no âmbito das migrações.

Nos princípios dos anos 90 do século XX, com o fim da Guerra-fria em 1991, conflito político-ideológico que opôs os Estados Unidos da América à União das Republicas Sociais Soviéticas, esperava-se uma abertura, em larga escala, aos movimentos migratórios internacionais (Castles, 2005). Tal não veio a suceder, pelo menos à escala prevista, muito por influência de correntes informativas (especulativas) que, na época, vaticinavam um panorama negro – descaracterização da identidade e ameaçava à soberania nacionais dos estados-providência.

No entanto, ao aceder-se aos dados referentes a essa década, no contexto europeu verificou-se que a grande percentagem de estrangeiros a residir em

território europeu eram, efectivamente, não europeus. Falava-se de um número na ordem dos 13 milhões de cidadãos não europeus a viver legalmente nos países da CEE. Registava-se ainda, a título de exemplo, que 70% dos estrangeiros a residir na Alemanha (perto de 2 milhões de turcos) e na Holanda (160 000 turcos e 123 000 marroquinos) e 60% a residir na França (820 000 argelinos; 516 000 marroquinos; 200 000 tunisinos) não eram cidadãos na União Europeia (Kastoryano, 2005).

Nos dias de hoje existe um consenso mais ou menos alargado relativo ao reconhecimento da influência da mobilidade internacional das populações nas transformações sociais, à escala mundial. Deste modo, relações internacionais, fluxos migratórios e desenvolvimento caminham lado a lado (Castles, 1999).

As redes de população migrante começam, cada vez mais, a sustentar aquilo que hoje se designa por comunidades transnacionais (Castles, 2005). As comunidades transnacionais⁷ têm vindo, progressivamente a organizar-se. A este propósito destaque-se a pró-actividade de alguns destes grupos organizados que, aquando da assinatura do Tratado de Maastricht – em 1992, entre os doze países constituintes na altura da Comunidade Europeia – reivindicavam um *13º estado* constituído por uma unidade transnacional, que melhor poderia defender os seus interesses. No fundo, tratar-se-ia de um movimento paralelo ao fundamento base do referido tratado, que passava por unificar os doze países, não só ao nível económico, mas também na projecção de políticas comuns – daí a mudança de designação de Comunidade Europeia para União Europeia (Kastoryano, 2005).

⁷ "(...) grupos cujos membros têm parte importante da sua existência social radicada simultaneamente em mais que um país (Castles, 2005, pp. 46).

A União europeia, antes CEE, agrupou-se inicialmente tendo fundamentalmente por base critérios de sustentabilidade económica. Mais tarde, para que a prossecução do projecto europeu fosse uma realidade, tornou-se fundamental o estreitamento de laços entre os diferentes países constituintes, com a propagação de políticas comunitárias – Comunidade Europeia.

Se quisermos estabelecer o paralelismo, o mesmo se passou com os estudos que envolviam os fluxos migratórios: inicialmente inscrito sob critérios puramente economicistas, foram desenvolvidos estudos mais inovadores acerca do modo como fluíam e para onde eram canalizadas as poupanças dos migrantes. Só por meados da década de 90 do século XX – à semelhança da evolução do pensamento europeu comunitário – foi possível perceber que não seria possível compreender os fenómenos migratórios sem perceber, em profundidade, os laços que alguns migrantes mantinham com o seu país de origem. Foi Glick Schiller quem, pela primeira vez, mediante a necessidade de criação de um novo conceito e campo conceptual, falou em transnacionalismo (Schiller, 1992).

As comunidades transnacionais têm a sua base de sustento na solidariedade entre indivíduos que partilham a nacionalidade, religião e costumes étnicos (Kastoryano, 2005).

Esta projecção transnacional esbarra com um aspecto essencial na constituição basilar da soberania dos estados, i.e., as definições geográficas, territoriais.

Faist (2000) defende que as migrações internacionais tendem a proliferar e a simplificar-se com a globalização. O mesmo autor salienta que os migrantes

sempre se deslocaram num *espaço social transnacional*, independentemente das questões territoriais.

Assim, o controlo exercido por países relativos aos fluxos de migração assentes apenas e só no critério nacionalidade tenderá a falhar (Castles, 2005).

Riva Kastoryano a este propósito e no contexto europeu defende que:

uma organização que transcende as fronteiras nacionais traz para primeiro plano o princípio das identificações múltiplas que derivam da lógica de uma Europa política. É precisamente este aspecto de identificação e fidelidades múltiplas que (...) perturba as relações entre cidadania e nacionalidade, Estados e nações, cultura e política, e também as relações entre uma comunidade política e a natureza de participação territorial (Kastoryano, 2005, pp. 165).

Clifford Geertz a propósito das suas investigações antropológicas levadas a cabo na Indonésia, sustentava que grande parte das decisões tomadas acerca da vida pública de uma determinada sociedade provinha não dos parlamentos ou outros órgãos legislativos dominantes, mas antes de *reinos não formalizados*, i.e., aquilo a que Émile Durkheim (1893) designou por *consciência colectiva*⁸ (Geertz, 1973).

Na Europa, os países industriais do ocidente viram no fenómeno migratório, uma fonte de mão-de-obra a termo certo que servia temporariamente os seus intentos. O que não se previu no entanto foi a instalação em definitivo destes migrantes. Ninguém previu também a proliferação de fluxos migratórios, de um número cada vez maior de países, e por inerência, a constituição de comunidades multiculturais. Castles aponta como uma das razões principais para o problema a dificuldade no

⁸ “Conjunto de crenças e sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade que formam um sistema determinado, com vida própria” (Durkheim, 1893, pp.342)

estabelecimento de diálogos transdisciplinares – ciências sociais, etnográficas, políticas, filosóficas (2005).

Importa por último salientar que, embora o termo transnacionalismo seja de facto recente, as comunidades transnacionais não o são. O conceito de diáspora, remonta a tempos idos, quando se usava para mencionar os povos dispersos pela força – exemplo disso mesmo eram os escravos negros levados para o Novo Mundo – Europa e Américas – no século XVI (Cohen, 1987).

Modelos de acolhimento do imigrante na sociedade ocidental

Em vários estudos de opinião realizados nos últimos anos verifica-se que os cidadãos europeus se expressam favoravelmente, no que concerne à igualdade de direitos entre imigrantes e naturais do país de acolhimento. Estatísticas associadas ao European Social Survey de 2002 apontam nesse sentido e representam a opinião de 68% de cidadãos da União Europeia (Vala, 2004).

Acontece que, no mesmo estudo – e em cerca de 70% dos inquiridos, com igual percentagem representativa dos cidadãos portugueses – existe a crença de que, a um aumento do fluxo imigratório, corresponde um aumento da insegurança e criminalidade, numa relação linear causa-efeito. Deste modo, no que respeita a Portugal e à imagem de um país de brandos costumes que se veicula, este estudo aponta para um outro Portugal crivado de crenças e atitudes de preconceito, determinantes de comportamentos discriminatórios.

Ao estudar as atitudes da sociedade de acolhimento face aos imigrantes, Berry (1990) sugeriu um modelo bi-dimensional acerca das relações culturais que se estabelecem. Assim, perante uma nova realidade, o imigrante depara-se com duas questões essenciais: será importante manter a minha identidade cultural? será importante manter relações culturais com outros grupos da sociedade de acolhimento?

Nesta linha de pensamento Bourhis e colaboradores (1997) defendem que, o cruzamento do imigrante, com a comunidade de acolhimento pode originar cinco estratégias/padrões de relacionamento.

i) a *integração*, que alia o respeito pela identidade do imigrantes à aceitação de que estes adotem os princípios fundamentais (valores, normas, comportamentos) da comunidade que os acolhe. Implica a valorização do pluriculturalismo, dada a possibilidade de presença de várias comunidades, inseridas na sociedade de acolhimento;

ii) a *assimilação* – pressupõe a negação identitária da minoria e ambição concomitante de que esta sorva os princípios fundamentais da maioria. Aqui, sobressai o medo do desconhecido, da diferença, de normas ou valores por parte da sociedade maioritária;

iii) a *segregação* – defende a manutenção da matriz cultural identitária do imigrante, mas rejeita a adopção, por parte destes, dos valores da cultura maioritária;

iv) a *exclusão* – reúne uma recusa simultânea, não só da identidade da minoria como também da possibilidade da minoria assumir os valores da maioria;

Refira-se que, tanto a estratégia de segregação, como a de exclusão encontram-se justificadas pela crença de que, os imigrantes nunca poderão constituir-se como membros de pleno direito da comunidade de acolhimento.

v) o *individualismo* – parte da premissa de que o fundamental seria considerar cada pessoa como uma entidade particular, autónoma e não em função das suas pertenças categoriais, sejam estas major ou

minoritárias. Apela ao contacto entre os membros dos grupos, com o intuito de minimizar as fronteiras intergrupais, tornando a abordagem ao outro mais rica, personalizada e mais complexa. Ficou demonstrado em estudos recentes que, para estes contactos se tornarem efectivos deverá estar implicada uma dimensão relacional afectiva (Vala, 2003).

Já Castles (2005) identifica essencialmente três modos de acolhimento:

A assimilação, na qual se esperava (antigamente) que os imigrantes de longas distâncias cortassem abruptamente os laços com o seu país de origem e que eles próprios e futuros descendentes acabassem por assimilar totalmente a sociedade que os acolheu.

Nem todos os países de imigração funcionariam numa lógica assimilacionista. Outros poderiam promover uma exclusão diferencial, i.e., permitiam a inclusão do imigrante no mercado laboral e no sistema de protecção social, mas impediriam a sua participação na política e cultura nacionais.

A assimilação e a exclusão diferencial partilhavam entre si uma ideia principal: os fluxos imigratórios não implicarão mudanças significativas na sociedade de acolhimento. Esta convicção começou a cair por terra nos anos 70 do século XX, aquando da instalação definitiva de imigrantes, que estariam apenas de passagem – trabalhadores temporários – coadjuvada pela incapacidade dos países de acolhimento deportarem um número cada vez maior de trabalhadores não desejados.

Perante a crescente organização da população imigrante, em redes de apoio com manutenção da língua materna, ao longo de gerações sucessivas verificou-se que os modos de acolhimento assimilacionista e de exclusão diferencial careciam de fundamento.

Surge assim uma terceira perspectiva que assenta no multiculturalismo e implica o reconhecimento das diferenças culturais e preservação das culturas minoritárias no seio da sociedade de acolhimento. Este modo de acolhimento implica a abolição da ideia de uma cultura homogénea nacional, monocultural (Idém, 2005).

No presente, as sociedades de acolhimento assumem modos de incorporação baseados num destes modelos acima mencionados ou até numa amálgama dos três. Porém, num contexto de globalização existem já os grupos de imigrantes que não se encaixam em nenhum destes três modos de acolhimento e que urge encontrar alternativas – as comunidades transnacionais, atrás referenciadas. A emergência destas comunidades poderá levar a uma mudança paradigmática ao colocar em causa o controlo da diferença assente apenas e só no espaço geográfico onde se inserem.

O aumento da mobilidade; o crescimento das migrações temporárias, cíclicas e recorrentes; as viagens baratas e simples; a constante comunicação proporcionada pelas novas tecnologias da informação – todos estes factores põem em causa a ideia de que uma pessoa pertence apenas a um Estado-nação ou que apenas migra de um Estado para um outro – temporária ou definitivamente (Castles, 2005, pp. 68).

A propósito da individuação assente na multiplicidade e diversidade o ensaísta Amin Maalouf sustenta em *As identidades assassinas*:

... com cada ser humano, tenho pertenças em comum; mas ninguém no mundo partilha todas as minhas pertenças ou sequer uma grande parte delas (...) // É assim, justamente, que se caracteriza a identidade de cada um de nós: complexa, única, insubstituível, que não se confunde com qualquer outra. Se insisto neste ponto, é por causa do hábito de pensamento ainda tão espalhado, e a meus olhos extremamente pernicioso, segundo o qual, para afirmar a nossa identidade, deveria simplesmente dizer-se: eu sou negro; eu sou sérvio; eu sou muçulmano; eu sou judeu; quem alinhe, como eu o fiz, as suas múltiplas pertenças, é imediatamente acusado de querer dissolver a sua identidade no caldo informe onde todas as cores se apagam. É, no entanto, o inverso que eu procuro afirmar. Não que todos os seres humanos são semelhantes, mas que cada um deles é diferente. Sem dúvida, um sérvio é diferente de um croata, mas cada sérvio é também diferente de todos os outros sérvios e cada croata é igualmente diferente de todos os outros croatas... (Malouf, 1999, pp. 28)

O contexto sul europeu

Ainda que existam diferenças significativas no que respeita à história da migração dos principais países do sul europeu – Portugal, Espanha, Itália e Grécia – pode-se falar de percursos similares, se tivermos em linha de conta, os últimos 150 anos.

Todos tiveram uma história prolongada de emigração (ultramar e posteriormente norte da Europa), a que se seguiu uma migração interna (das pequenas povoações para os grandes centros urbanos e por último, a partir dos anos 80 do século passado, um progressivo movimento imigratório (King & Ribas-Mateos, 2005).

A viragem, ou seja, o domínio estatístico dos fluxos imigratórios sobre os fluxos emigratórios ficou a dever-se a três ordens de razão: decréscimo acentuado das taxas de emigração; retorno de emigrantes, provindos

fundamentalmente dos processos de descolonização nos diferentes países e posteriormente de migrações laborais intra-europeias; e novos fluxos de imigrantes (ver anexo, tabela 1), provindos essencialmente do continente Africano e da Europa de Leste (Idém, 2005).

Actualmente e segundo King e Ribas Mateos, o crescimento exponencial dos fluxos imigratórios surpreendeu os quatro países que não conseguiram promover políticas sociais inclusivas. Os autores acrescentam que os governos destes países têm optado por deixar a prestação de cuidados e assistência social dos imigrantes às Instituições de cariz religioso e outras de caridade/voluntariado. Porém, os mesmos autores aludem que estas instituições meritórias deverão ser complementares e nunca a essência da intervenção. Esse papel principal deveria estar reservado ao Estado com políticas responsáveis e juridicamente sustentadas (Ibidem, 2005).

Migração, uma abordagem política

NO MUNDO

Numa perspectiva tridimensional a migração internacional abarca países de origem, destino e de trânsito. A nível mundial, aproximadamente metade nas nações desempenham um papel activo e preponderante neste *sistema*. Muitas, em simultâneo, assumem-se como locais de chegada de imigrantes, partida de emigrantes e trânsito de imigrantes (em trabalho temporário). Assim, não é de estranhar uma simbiose crescente onde trabalhadores, familiares, redes internacionais de apoio, políticas económicas, nacionais e estrangeiras, se cruzam e difundem (Papademetriou, 2003).

Ainda que devam ser prudentemente analisadas e não extrapoladas, estimativas associadas ao volume de migrantes internacionais apontam para números entre 175 a 180 milhões de pessoas, a viverem fora do seu país de nacionalidade. Contudo, importa salientar que neste conjunto, cerca de vinte milhões de pessoas eram tidas como migrantes internos pertencentes à ex-União Soviética. Foram, entretanto, requalificados como migrantes internacionais, aquando da constituição dos subsequentes estados independentes (Idem, 2003).

Com um grau de dificuldade acrescido são apresentadas estimativas relativas ao fluxo de imigrantes que se situa entre os 7 e os 10 milhões de pessoas, por ano. Destas, 4 milhões atingem os seus intentos, de forma legal ou ilegal, ao acederem às sociedades desenvolvidas (Ibidem, 2003).

O volume de imigrantes, no que respeita à composição é praticamente constituído por homens. O grupo das crianças é, contudo, o que apresenta o maior crescimento, acompanhado de perto pelo grupo das mulheres.

Por classes imigrantes, temos como categoria mais representativa a das famílias, que continua a ser o principal municiador de qualquer sistema migratório. Segue-se a classe dos trabalhadores e em último plano os requerentes de asilo e refugiados, que não chegam a representar mais que 10% do total de imigrados. Tem-se verificado também um crescimento abrupto, sobretudo na última década, de migração ilegal, não autorizada (Papademitriou, 2003).

Relativamente à distribuição do volume de imigrantes temos valores próximos, na ordem dos 40 milhões do volume total de imigrantes, entre o espaço do Acordo de Comércio Livre da América do Norte (NAFTA) – que abarca os países dos Estados Unidos, Canadá e México – e os 27 países que constituem actualmente a União Europeia. Quanto à circulação anual de imigrantes regista-se um volume um pouco superior na zona NAFTA quando comparada com a zona Euro, sobretudo se tivermos em linha de conta que a população da primeira é inferior à segunda em cerca de 30 milhões de pessoas, i.e., 430 para 460 milhões de pessoas respectivamente (Fotakis, 2003).

A grande maioria da população imigrante, cerca de 62%, encontra-se difundida pelos designados países desenvolvidos.

É de salientar, o continente asiático, como aquele que regista, nos últimos quarenta anos, o maior número absoluto de população imigrante (Idem, 2003).

Nestas quatro décadas, a percentagem de população mundial imigrante tem-se mantido estável e cifra-se nos 2.5 pontos percentuais (Ibidém, 2003).

Papademetriou (2003) identifica na actualidade três tendências da migração internacional com maior ou menor grau de importância, nas sociedades ditas industrializadas e com responsabilidades de ambos os lados, tanto do país(es) acolhedor(es) como do usualmente *emissor(es)*:

i) recusa na adaptação de políticas de imigração que se adequem às realidades de mercado, o que, por sua vez, potencia o desenvolvimento de resoluções sub-reptícias à margem dos governos, associadas à clandestinidade e tráfico humano;

ii) competição, entre países, por imigrantes com formação técnica especializada, e por imigrantes que temporariamente estejam predispostos a executar trabalhos considerados menos aliciantes (*dirty jobs*) por parte da população autóctone;

iii) desafio à governação dos diferentes países de acolhimento para um debate sério e honesto, relativo ao crescimento da população migrante, baseada em falsas promessas onde impera a contratação servil/fraudulenta;

NA EUROPA

Ao nível Comunitário, o esboço relativo à implementação de políticas migratórias começou a ser feito em 1999, aquando da assinatura do Tratado de Amesterdão, reforçado pelo Conselho Europeu no mesmo ano em Tampere, Finlândia. Daqui concluiu-se que, se é um dado adquirido que os cidadãos europeus gozam, no seu reduto geográfico, de liberdades e direitos consagrados seria um princípio contrário, aos valores e tradições da União Europeia, impedir o acesso a esses estatutos, por parte de quem, pelos mais

diversos motivos, procura o ingresso no espaço europeu. Porém, nesse tratado ficou expresso a importância de uma Europa aberta, mas ao mesmo tempo segura. Para isso, como defende António Vitorino tornar-se-á fundamental uma definição clara de uma política europeia de imigração (2003).

No Conselho Europeu de Sevilha, realizado em 2002, foi veiculada a importância ao combate à imigração ilegal e criminalidade associada. Os países de acolhimento, não poderão, para prossecução desse objectivo, deixar de implicar os países de origem do imigrante. Incluída numa política europeia de imigração deverá surgir uma política europeia de integração (Vitorino, 2003). A integração social do imigrante no território de acolhimento é hoje em dia uma preocupação de todos os estados membro, pese embora a existência de questiúnculas, associadas ao “roubo de postos de trabalho” à comunidade autóctone, a que geralmente se associa à chegada do imigrante.

A população Europeia activa é, como se sabe, uma população envelhecida. As previsões demográficas num estudo comparativo entre média de idades nos EUA e Europa dão-nos 36.2 anos e 52.7 anos respectivamente, o que afectará consequentemente a competitividade da economia europeia e sustentação do sistema de pensões actualmente delineados. Temporariamente, a entrada de imigrantes poderá ajudar a esbater o problema, mas a tendência será para que estes, a integrarem-se plenamente, tanto social como culturalmente, adoptem padrões de fertilidade similares aos europeus.

Assim e como acima se referiu será essencial a articulação do aspecto económico – o qual não poderá ser negligenciado, sob pena das sociedades europeias se tornarem social e culturalmente insustentáveis – com aspecto integracionista – no qual se impõe a participação activa dos imigrantes, na

redacção conjunta de um quadro de direitos e deveres, que os salvaguardem e incluam, naquilo que se pode denominar cidadania cívica (Vitorino, 2003).

Um aspecto importante a reter é que não se poderá pensar uma política europeia de imigração legal credível, se não se tiver em linha de conta uma política europeia de imigração ilegal. Nesta perspectiva impõe-se uma luta eficaz contra a imigração ilegal ao nível de um controlo efectivo e responsável nas fronteiras externas, uma política coerente de vistos e um relacionamento próximo com países terceiros –com estabelecimento de acordos de readmissão (Idem, 2003).

EM PORTUGAL

Portugal é um caso impar na história mundial da migração.

Desde 1425, com a conquista de Ceuta, Portugal deixa de *pensar* as suas fronteiras apenas e só restringido à esfera Lusitana para passar a abranger também os territórios além-mar (César das Neves, 2003).

Com a expansão portuguesa, o Império Português chegou a triplicar a sua população. Do século XV em diante, a constituição de estados, nações, impérios e as guerras que daí advém originaram fluxos migratórios, quer voluntários, quer forçados.

Mais tarde, durante a revolução industrial no século XIX, Portugal não foi capaz de acompanhar outros países europeus em termos de modernidade e inovação. Tornou-se um país pouco influente, periférico, afastado dos grandes centros decisores da Europa. A emigração portuguesa passou então a ter expressão nos países do Norte da Europa Ocidental e no continente Americano.

Após a Segunda Grande Guerra, a partir de 1945, a situação de pobreza calamitosa associada à repressão política que se fazia sentir proporcionou, sobretudo aos países do Norte da Europa mais desenvolvidos, nova remessa de centenas de milhares de Portugueses (Castles, 2005).

No início do século XXI, a influência Portuguesa afecta mais de 200 milhões de pessoas. Grande parte deste número é da responsabilidade do maior país da América do Sul, o Brasil, que representa hoje cerca de 3.7% da população mundial e mais de vinte vezes a população portuguesa.

Portugal ainda que essencialmente descrito como um país de emigrantes, tem sido também um país de imigração. A ida de muitos nacionais para colónias

portuguesas criou na metrópole um problema persistente de falta de população. Este foi o principal fundamento da imigração para Portugal continental, que teve no *carregamento* (migração forçada) da população escrava africana, o principal catalizador. Recorde-se que no final do século XVI, a população escrava em Portugal metrópole representava cerca de 10% da população total da cidade de Lisboa (César das Neves, 2003).

No mesmo século, em número impreciso mas bastante mais modesto constituiu-se uma imigração de cariz essencialmente técnico de ingleses, italianos, espanhóis, alemães, muçulmanos e judeus, cuja influência se fez e faz hoje sentir ao nível da arte, arquitectura nos mais variados museus, igrejas e monumentos que fazem parte da nossa história (Idém, 2003).

Registou-se também um ingresso regular de famílias britânicas no princípio do século XX sobretudo a Norte do país afim de se associarem a iniciativas empresariais de desenvolvimento industrial, comercial e agrícola (Rocha-Trindade, 2003).

Porém, a presença de imigrantes no nosso país foi sempre pequena e estável, até meados da década de 70 do século passado, altura em que se registou um afluxo colossal de população nacional regressada das províncias coloniais africanas. A estimativa aponta para 800 mil, relativo ao número de indivíduos *retornados*. Neste número inscreveram-se não só aqueles que podiam atestar a sua nacionalidade, mas também os que, por ausência de provas documentais afirmavam possuí-la. Esta pequena percentagem constituía-se já como um elemento não desprezível de imigração internacional (Idém, 2003).

Entre a década de 70 e 80 verificou-se um aumento do número de imigrantes, provenientes dos países africanos de expressão portuguesa, com pretensões laborais. Em simultâneo regista-se um crescimento do número de cidadãos brasileiros no nosso país. Tínhamos assim 44% de imigrantes provenientes de países africanos de língua portuguesa, 33% de países europeus e 21% provenientes da América do Sul, em particular do Brasil.

Assim, a imigração em Portugal, nestas duas décadas, assumia um cariz essencialmente histórico quanto à sua proveniência. Tratava-se de população imigrante com afinidade cultural e linguística ao nosso país.

Com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, no ano de 1986, a afluência de cidadãos europeus que escolhem o nosso país como local de residência começa a ser mais evidente e usual.

No final da década de 80, o número total de imigrantes (101.011 pessoas) é pouco significativo e representava cerca de 1% da população total residente, o que não chegava para designar Portugal como um país de imigração.

A primeira metade da década de 90 não trouxe grandes mudanças no panorama imigratório em Portugal, pelo menos no que toca às origens do imigrante. Comparativamente à década anterior notou-se um ligeiro acréscimo desta população, agora estimada em cerca de 190.896 indivíduos, o que correspondia a 2% da população total residente. É de realçar ainda, a primeira referência à imigração ilegal proveniente da Republica Popular da China, cujo número se supunha entre os 7 e os 8 milhares de indivíduos (Rocha-Trindade, 2003).

A partir da segunda metade da década de 90 e daí em diante o principal fluxo de imigrantes passa a ter origem nos países de Leste. Assim, da análise das estatísticas demográficas em 2001 resulta uma descida do número de imigrantes provenientes dos países africanos (34%), bem como do número de imigrantes provenientes do Brasil (13%). A grande subida foi protagonizada pela Europa que passou a ser a principal *fornecedora* com 16% provenientes dos países da União Europeia e 25% provenientes da Europa de Leste, o que perfaz 41% do número total de imigrantes no nosso país (César das Neves, 2003).

As primeiras medidas de cariz legislativo tomadas pelos governos portugueses em matéria de imigrantes surgem em 1992, aquando da aprovação por decreto-lei de legalizações extraordinárias de imigrantes clandestinos. Nessa época existia apenas o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, como única entidade reguladora da circulação de pessoas estrangeiras em território nacional. Estava sob dependência do Ministério da Administração Interna e revelava-se incapaz de, por si só, promover políticas de verdadeira integração da população imigrante no nosso país (Santos, 2004).

Em 1996, por forma a criar uma articulação de proximidade entre o poder central e uma rede de apoio ao imigrante – que se pretendia incentivar através do associativismo – surge o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME). No mesmo ano ocorre um novo processo de regularização extraordinária de imigrantes ilegais através da Lei nº17/96 (Santos, 2004). Dois anos depois é regulamentado o trabalho de estrangeiros no nosso país (Lei nº20/98).

Com a adesão ao Tratado de Schengen, em 1991 (entrada em vigor em Março de 1995), ao Tratado de Amesterdão, em 1997 (entrada em vigor em Maio de 1999) e ao acordo relativo aos principais pontos debatidos na Cimeira de Tampere, Portugal envolve-se activamente na construção de uma política europeia sobre imigração. Os principais pontos, reforçados pela Cimeira de Sevilha em 2002, passam como acima referido, pela gestão e controlo das fronteiras externas, combate à imigração ilegal, asilo e reagrupamento familiar (Fotakis, 2003).

Apesar destas medidas restritivas europeias e mercê da pressão diplomática externa dos PALOP, Portugal conseguiu manter com estes um regime de excepção, o que se verificava por exemplo na permissão de entrada e permanência de cidadãos brasileiros em Portugal até meio ano sem qualquer visto - Acordo de supressão de vistos com o Brasil, em vigor desde 1960 (Leitão, 1997).

Em 1998 é aprovada a Lei nº134/98 de 28 de Agosto, na qual se acautela e proíbe qualquer tipo de discriminação baseada na cor, nacionalidade ou origem étnica. Em simultâneo cria-se um grupo de trabalho, sob alçada do ACIME, com o intuito de identificar as dificuldades de integração e zelar por um melhor acompanhamento ao cidadão imigrante.

Em 2001, o Ministério da Administração Interna assume o problema da imigração como um dos grandes desafios do século XXI. Sustenta também, a importância da experiência passada de Portugal, enquanto país essencialmente emigratório, como uma mais valia na compreensão do fenómeno da imigração. No mesmo ano é aprovada a Lei nº4/2001, de 10 de Janeiro, que assenta em três pressupostos essenciais e por diversas vezes repetidos: integração,

fiscalização e regulação (Santos, 2004). Cria-se também o Observatório de Imigração sob a égide do ACIME e aposta-se no diálogo intercultural, para tornar menos utópico o projecto de verdadeira integração. Para isso, instala-se a nível nacional uma rede de informação sem precedentes de apoio ao imigrante (folhetos e brochuras, suporte cibernético e telefónico) e é proposta também a criação de centros de apoio nacionais ao imigrante - CNAI (Idém, 2004).

Partindo de estatísticas actuais que apontam a população imigrante como representante de 9% da população activa portuguesa e 4,5% da população nacional, em 2007, é aprovado, por resolução do Conselho de Ministros nº63-A/2007, o Plano para a integração dos imigrantes. Neste são acordadas 120 medidas integracionistas das quais se destacam:

- I) discriminação positiva do impacto da imigração no campo económico, social e cultural;
- II) posição empática perante reivindicações da população imigrante mercê de um longo passado enquanto país de emigração;
- III) hospitalidade no acolhimento e integração com mais cidadania;
- IV) disseminar o princípio da interculturalidade como garante de coesão social;
- V) incentivo à participação activa do imigrante, co-responsabilizando-o pelas políticas de imigração que vierem a ser promulgadas;
- VI) afirmação clara e inequívoca dos direitos e deveres dos imigrantes;

- VII) igualdade de oportunidades para todos, com esforço no esbatimento das diferenças discriminatórias relativas ao acesso à educação, saúde, trabalho;
- VIII) reconhecimento do direito de viver em família, como factor adjuvante à integração plena do imigrante;
- IX) afirmação da sociedade civil enquanto parceira privilegiada no processo de inclusão do imigrante;
- X) responsabilização do Estado enquanto aliado principal na integração do imigrante;
- XI) reconhecimento do empreendedorismo do imigrante como mais valia no desenvolvimento económico, social e cultural do país de acolhimento;
- XII) promoção da concertação social em torno das políticas de imigração;
- XIII) reconhecimento da dupla vulnerabilidade associada à condição da mulher imigrante;

Por último, no que toca às medidas legislativas associadas à imigração entraram já em vigor a Lei nº23/2007, de 4 de Julho onde se promulgou o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

A 5 de Novembro do mesmo ano, mercê de uma crescente sensibilidade política para as questões dos imigrantes, entra em vigor o Decreto-Lei nº368/2007, onde se regulariza a concessão de autorização

de residência a cidadãos estrangeiros, identificados como vítimas de crime de tráfico de pessoas.

Era já tarde na noite quando K. chegou. A aldeia estava coberta de neve. Nada se via da colina do castelo, envolta em neblina e escuridão, nem sequer uma luz ténue deixava adivinhar o grande castelo. K. demorou-se longamente na ponte de madeira que leva da estrada à aldeia e olhou para cima, para o que lhe pareceu ser o vazio.

(Kafka, 1926/2006)

Para uma compreensão dos processos inconscientes do fenómeno migratório

Identidade e migração

A migração enquanto fenómeno está presente no percurso do ser humano desde o seu aparecimento. Trespassou, numa perspectiva espácio-temporal, uma multiplicidade de configurações organizativas humanas cujas implicações têm sido analisadas sob diversas perspectivas e áreas do saber.

Nessa medida trata-se de um fenómeno bastante complexo, multidisciplinar e de compreensão não linear ou simplista.

Numa perspectiva mitológica Grinberg apontava a alegoria do Éden como a primeira migração humana forçada, descrita no primeiro livro da Bíblia, o Génesis: Adão e Eva atraídos pela curiosidade e transgressão, simbolizada pela serpente, deslocaram-se à zona proibida do Paraíso, onde se encontrava a árvore do fruto proibido. Ao comerem o fruto dessa árvore ousaram conhecer o bem e o mal, o que lhes valeu a expulsão do paraíso. Exilados, perderam as regalias, segurança e possibilidade de um entendimento do mundo mais profundo (Grinberg, 2004). No mesmo livro do Génesis, o mito da Torre de Babel, simboliza o desejo do Homem chegar ao céu e atingir um conhecimento superior. Esse desejo é travado e punido quando a entidade divina atribui diferentes linguagens entre os construtores da Torre e por esse motivo deixam de poder comunicar entre si. O projecto cai então por terra e os participantes do projecto colossal migram para diferentes partes do mundo, o que explica

simbolicamente o aparecimento de línguas e raças humanas distintas (Idém, 2004).

Para este autor, o fenómeno migratório pode também ser pensado como uma metáfora do desenvolvimento humano. Neste prisma, a passagem de uma etapa crucial de desenvolvimento humano para outra implicaria para o sujeito uma série de migrações sucessivas, como à frente se sustentará.

Na era globalizante e pós moderna actual, migração e exílio têm-se constituído com especial evidência como uma força motriz, propulsora de enriquecimento cultural (Chambers, 1994). A facilidade e rapidez com que as trocas comerciais e humanas se processam na *aldeia global* de McLuhan (1962) no presente tornam essencial um entendimento renovado dos fenómenos migratórios numa perspectiva macro, mas também microanalítica. Esta última abarca a experiência subjectiva de cada sujeito que experimenta a migração e na qual são postas à prova a sua capacidade de resposta e estabilidade psíquica.

Ortiz (2002) sustenta que o sujeito que migra toma uma decisão absoluta, mas ao fazê-lo entra num mundo relativo, um mundo de mais ou menos, um mundo contraditório, flutuante, feito de oscilações, tanto internas como externas. A migração, na perspectiva do autor, é esse modo definitivo de oscilar entre dois pólos, o país natal e o de adopção, que divide o migrante em dois, mas que também o enriquece e o torna em mais do que um.

Dado que a presente investigação incidirá sobre a compreensão dos fenómenos inconscientes presentes no fenómeno migratório à luz da teoria e construtos psicanalíticos convém salientar que migração e psicanálise se encontram historicamente emparelhados (Blanck-Cereijido, 2005). Assim,

poder-se-á destacar que Freud, fundador da psicanálise sofreu ao longo da sua vida diferentes tipos de exílio: da comunidade judia, da qual era originário, por não ser religioso e ter desenvolvido uma visão livre e revolucionária da mente humana; essas concepções originais que promoveram o desenvolvimento da Psicanálise afastaram-no também da comunidade biomédica vienense; com o despoletar da Segunda Grande Guerra Mundial e a crescente perseguição aos Judeus, em territórios ocupados pelas forças nazi, Freud vê-se obrigado ao exílio em Londres, no ano de 1938 (Idem, 2005).

Consoante as variáveis externas que se apresentam ao indivíduo, assim se pode falar de diferentes tipos de migrações: essencialmente temos migrações forçadas (exilados, refugiados) ou voluntárias. Podem ainda ser transitórias ou definitivas dependendo da possibilidade do sujeito poder ou não retornar ao país de origem.

O conjunto destas variáveis externas e as características idiossincráticas do indivíduo (traços psicológicos predominantes, conflitos intrapsíquicos dominantes) influenciarão a adaptação do sujeito migrante à sua nova condição. Deste modo torna-se fundamental perceber como se estrutura o sujeito a partir dos fundamentos da sua identidade.

Identidade, identificação

A noção de identidade é uma das mais controversas no campo psicanalítico. Tausk, em 1919, introduziu o termo na linguagem psicanalítica com a publicação do artigo “On the origin of the Influence Machine in Schizophrenia” (1945).

Na obra de Freud, o termo não teve expressão. A exceção ocorreu no ano de 1926, no âmbito de uma reunião dos *Filhos da Aliança*⁹, onde se homenageava o autor, por ocasião do seu septuagésimo aniversário. Freud salientou no seu discurso uma *consciência de identidade* (psicossocial) *interna*:

(...) O que me ligava ao povo judeu não era (envergonho-me de admitir) nem a fé nem o orgulho nacional, pois sempre fui um descrente e fui educado sem nenhuma religião, embora não sem respeito pelo que se denomina de padrões éticos da civilização humana. Sempre que sentia inclinação pelo entusiasmo nacional esforçava-me por suprimi-lo como sendo prejudicial e errado, alarmado pelos exemplos de advertência dos povos entre os quais nós judeus vivemos. Mas restavam muitas outras coisas que tornavam a atracção do mundo judeu e dos judeus irresistível – muitas forças emocionais obscuras, que eram mais poderosas quanto menos pudessem ser expressas em palavras, bem como uma nítida consciência de identidade interna, a reserva segura de uma construção mental comum (Freud, 1926, p.265).

A identidade comporta dois sentidos que se podem considerar até certo ponto antagónicos. Reporta-se por um lado ao que é idêntico e por outro ao que é um e único (Houzel, Emmanuelli & Moggio, 2004).

Importa também distinguir a identidade social e objectiva, que é atribuída ao sujeito a partir do exterior, da identidade subjectiva.

A primeira confere-lhe um estatuto único, pessoal e intransmissível, atestado pelo bilhete de identidade. Nela são expressos os diferentes dados que lhe especificam o género, a nacionalidade, a naturalidade, o nome de registo de nascimento. Acresce aqui também a identidade objectiva biológica exclusiva com a marca genética que o indivíduo herda dos progenitores.

⁹ Filhos da Aliança (B' nai B' rith) – ordem que representava os interesses culturais, intelectuais e criativos judeus.

A segunda, resulta de uma construção que se inicia no nascimento do sujeito e durará enquanto viver. Pressupõe um sentimento de continuidade pela mudança e implica uma tomada de consciência reflexiva. O sujeito não é já aquilo que foi, porém, não deixa de ser o mesmo (Ricoeur, 1990). Esta manutenção da coesão identitária só é naturalmente possível, quando, ao sentimento de continuidade se associa o da unidade, ou seja, quando o sujeito consegue integrar as experiências parcelares que vai acumulando ao longo da sua vida e a estas for atribuindo valor. No caso de não ser possível a valorização e reunião dessas experiências acumuladas poder-se-á entrar no campo da patologia, mais propriamente, no campo das perturbações identitárias (Houzel, Emmanuelli & Moggio, 2004).

Em Grinberg (1998), a identidade é conceptualizada num processo de contínua intercepção entre três vínculos de integração: espacial, temporal e social. O vínculo de integração espacial compreende a relação entre diferentes partes do self e ao manter a sua coesão permite a distinção self-não self, i.e., individuação; o vínculo de integração temporal diz respeito às relações entre as diferentes representações do self, ao longo do tempo, promovendo a continuidade entre elas. É absolutamente basilar na construção do sentimento de autenticidade; o vínculo de integração social, grupal tem uma importância acrescida. Reporta-se à conotação social da identidade, onde se relacionam aspectos do self e aspectos do objecto por meio de mecanismos de identificação projectiva e introjectiva.

Para Coimbra de Matos, a identidade é o resultado mais ou menos conseguido, mais ou menos estável de sucessivos processos de identificação (Matos, 2002).

A personalidade do sujeito constitui-se e diferencia-se a partir de uma série de identificações (Laplanche & Pontalis, 1970).

A identificação é tida pelo processo através do qual o sujeito se constitui e se transforma, ao assimilar ou apropriar-se de aspectos, particularidades, traços de outros indivíduos que o rodeiam e com os quais se relaciona (Roudinesco & Plon, 2000). Este aspecto, inerente às relações significativas para o sujeito - relações de objecto - é o ponto fulcral na sua formação e transformação contínua. Neste processo de definição e diferenciação, o sujeito tem um papel activo, de criação intencional de si e do outro (com o outro) numa relação biunívoca (Matos, 2002).

O que está em jogo na identificação não é mais do que um processo psíquico de interiorização do objecto, que influencia e transforma o sujeito sobre o modelo do objecto e permite deste modo, o desenvolvimento da personalidade.

Em Freud, o conceito de identificação nasce na sua obra aquando da sua exposição teórica relativa aos sintomas histéricos. Foi gradualmente evoluindo e adquiriu maior importância até se tornar numa operação fulcral e repetida pela qual o indivíduo se constitui (Laplanche & Pontalis, 1970).

Em *O Ego e o Id*, Freud distingue identificação primária – o desejo de ser o outro, o que não implica um investimento objectal, mas antes uma identificação directa, imediata – da identificação secundária – o desejo de ser como o outro, que implica a noção de um sujeito e um objecto (Braconnier, 2000).

No artigo metapsicológico *Luto e Melancolia* (Freud, 1917), o autor ao descrever a questão da incorporação oral e mais propriamente o seu papel na melancolia, indica que o sujeito se identifica oralmente por regressão ao objecto perdido; em *Sobre o Narcisismo: uma introdução* (1914), Freud disserta acerca do que agrega a escolha narcísica do objecto – escolhido segundo o modelo do próprio – à identificação – em que o indivíduo se constitui segundo modelos de objectos anteriores: pais e outros elementos significativos do meio; no desenvolvimento das repercussões do Complexo de Édipo, sobre o modo como o indivíduo se estrutura, estas são nomeadas em termos de identificação; no trabalho “*Psicologia de Grupo e análise do Ego*”, Freud, insatisfeito com as formulações anteriormente por si formuladas vai dedicar um capítulo inteiro ao conceito da identificação:

(...) a identificação constitui a forma original de laço emocional com um objecto; segundo, de maneira regressiva, ela torna-se sucedâneo para uma vinculação de objecto libidinal, por assim dizer, por meio de introjecção do objecto no ego; e terceiro, pode surgir com qualquer nova recepção de uma qualidade comum partilhada com alguma outra pessoa que não é objecto de instinto sexual. Quanto mais importante essa qualidade comum é, mais bem sucedida pode tornar-se essa identificação parcial, podendo representar assim o início de um novo laço (Freud, 1921, p.117).

Identities (des) enraizadas e saúde mental

Enquanto experiência identitária a imigração expõe um diálogo mentalizado ou apenas vivenciado por cada imigrante, entre o ser e o estar (Lechner, 2007).

Naturalmente, não é condição ser-se imigrante para se vivenciar a disruptividade mas todos os imigrantes vivem, de um modo mais ou menos intenso, um corte dos laços relacionais que deram corpo à sua identidade.

A pertença comum a um território passa a ser lugar privilegiado de memória, e de encontro dos migrantes com espaços (interiores e públicos) de procura de manutenção da tradição e, ao mesmo tempo, de reinvenção de si. O que se verifica entre diversas comunidades imigrantes aponta justamente neste sentido da recriação identitária entre dois mundos: o de partida e o de chegada (Lechner, 2007, pp. 83).

A experiência migratória tem um carácter absolutamente excepcional. Os pontos de referência antigos desfazem-se, os novos levam o seu tempo a assimilar – a sonoridade das palavras (sobretudo no caso de mudança de língua) é um bom exemplo disso mesmo. A vida renasce diferente. Porém, neste hiato temporal, em que já se lá não está nem se é bem daqui, o imigrante pode experimentar um mal-estar agudo, uma separação de si mesmo, uma experiência brutal de desrealização, que deve ser naturalmente enquadrada no seu contexto/percurso de vida.

E como pensar a migração, em termos de saúde mental?

Do século XVII aos nossos dias ao fazer-se uma revisão do pensamento biomédico, no que respeita aos problemas levantados pela imigração encontra-se a noção de nostalgia, definida enquanto tipificação patológica. Contudo, a mesma noção tem sido ao longo deste três séculos negligenciada, no que toca ao contexto de expressão e à luz do qual deve ser compreendida (Beneduce, 1998 in Lechner, 2007). Beneduce sustenta ainda que a categorização desta noção enquanto sintoma patológico desagua numa sistematização forçada de uma realidade, também ela bastante escorregadia.

Se no passado a patologia nostálgica serviria para expurgar, rotular o padecimento do imigrante, nos dias que correm temos, observa Lechner (2007), o *Síndrome de Ulisses*:

(...) Doravante não seja manso e bondoso de sua vontade
nenhum rei redentor de ceptro, nem pense coisas justas, mas seja antes
áspero e pratique actos de maldade,
visto que ninguém se lembra do divino Ulisses
entre o povo que ele regia, bondoso como um pai.
Pois ele jaz agora numa ilha, em grande sofrimento,
no palácio da ninfa Calipso, que à força o detém.
E assim ele não pode regressar à sua terra pátria,
pois não tem naus equipadas de remos, nem tripulação
que o possa transportar sobre o vasto dorso do mar (...)
Porém Hermes não encontrou na gruta o magnânimo Ulisses:
Na praia estava ele sentado, a chorar no sítio do costume,
torturando o coração com lágrimas, tristezas e lamentos.
E com os olhos cheios de lágrimas fitava o mar nunca vindimado (...)

Canto V, Odisseia

Proposto pelo professor de psiquiatria Joseba Atchotegui (2004), o síndrome de Ulisses, também designado por síndrome do imigrante com stress crónico e múltiplo, traduz um diagnóstico médico e é desencadeado por uma série de lutos, decorrentes de perdas significativas para o sujeito: família, amigos, posição social, terra de origem, sentimento de segurança, cultura. Caracteriza-se por um desequilíbrio substancial entre as exigências ambientais e a efectiva capacidade de resposta do indivíduo. Implica um processo de reorganização da personalidade, que tem lugar quando se perde algo significativo para o próprio (Atchotegui, 2004).

Ao esmiuçar a doença que a síndrome pretende traduzir tem-se como factores que sustentam a ansiedade no imigrante: a saudade (do que fica e de quem fica), a luta por singrar no país receptor, a luta pela sobrevivência (alimentação, habitação condigna), o medo (migração ilegal, redes de prostituição, e outros perigos físicos de vária ordem). Como factores que potenciam a ansiedade, o autor avança com a cronicidade, a intensidade e relevância das vivências, a ausência da sensação de controlo e de uma rede de apoio social. Acrescenta também os factores clássicos (nova língua, cultura) como preponderantes no desenvolvimento de stress crónico e múltiplo no imigrante (idem, 2004).

Lechner critica abertamente a concepção de Atchotegui. Advoga que a realidade de cada sujeito em processo migratório, as idiossincrasias da sua história de vida, multiplicidade de vivências, a aplicação de um sistema diagnóstico dominante, de cariz essencialmente psiquiátrico

limita, omite e homogeneiza (Lechner, 2007). Sonega, acima de tudo o que cada história de cada imigrante tem de particular e é essa e não outra, na opinião da autora, que pede uma atenção particular:

É a verdade do sujeito, uma vez reciclada na relação de diálogo com os seus interlocutores, que pode trazer alívio e reconciliação. (...) É neste sentido que a saudade dos imigrantes e o eventual sentimento de desenraizamento são melhor compreendidos, analisados e aliviados, quando situados no lugar de si historicizável de cada indivíduo, entendido como ponto de cruzamento entre destino individual e história colectiva (Idém, 2007, pp. 85).

Migração

O ser humano, ao longo da sua vida, sofre uma espécie de experiência migratória, onde se identifica claramente sofrimento, perdas, contrariedades de vária ordem. Ao recorrermos a este pensamento metafórico dos Grinberg, o desenvolvimento do sujeito pode ser visto à luz de sucessivas migrações, através das quais ele se vai afastando gradualmente dos seus primeiros objectos (2004).

Neste âmbito, o nascimento constitui-se como o primeiro episódio migratório. O corte do cordão umbilical, garante temporário de alimento continuado, pode ser vivido pela criança como uma experiência traumática e persecutória, promovendo frustrações e uma necessidade imperiosa do bebé “ir em busca” de alimento. Com esta primeira experiência migratória podem surgir na criança diferentes tipos de angústia, a mais perigosa, a de aniquilamento. Por forma a apaziguar estes sentimentos disfóricos, o bebé necessitaria de uma pele contentora, uns braços envolventes e um seio acessível, fornecedor de alimento (Bick, 1968). Estes requisitos – ou seja o estabelecimento por introjecção de um objecto externo fiável – tornar-se-iam indispensáveis à construção e desenvolvimento identitários.

Nos primeiros anos de vida, a criança passa por diferentes estádios de diferenciação, a partir da constituição progressiva do outro, que culmina com o reconhecimento de si própria enquanto objecto.

A segunda experiência migratória da criança passa, para os autores, pelo desmame. Este pode despoletar sentimentos disruptivos na criança, que a levam a reposicionar-se na relação com a mãe de outro modo (procurando outros

elementos corporais para além do seio) e que pode promover a procura de um novo objecto, o pai, cuja inclusão dará início à relação triangular. Na “migração” entre objectos, do seio (mãe) para o pénis (pai) os Grinberg (2004, p. 179) sustentam que há também uma transferência da qualidade da relação objectal, que a criança manteve com o objecto de amor primário.

Neste percurso se a relação com a mãe não foi contentora e com o pai se mantém em moldes similares, a criança poderá apresentar sérias dificuldades em assumir uma identidade sexual, o que conduzi-la-á à passividade e submissão. Futuramente, mediante estas primeiras relações de objecto, e no que toca à migração, o sujeito decide entre ficar no seu país ou emigrar. Caso a mãe tenha demonstrado capacidade de rêverie (Bion, 1965) e tenha funcionado como um bom continente (Bion, 1967), o sujeito poderá sentir maior liberdade interior para decidir ficar ou emigrar; se por outro lado, a mãe não revelou capacidades contentoras, o sujeito poder-se-á sentir forçado a ficar preso ao objecto materno ou substituto, ou então poderá “saltar” de país em país, numa busca contínua e insatisfatória de objectos maternos idílicos:

(...) a pessoa é mais capaz de separar-se, de afastar-se, se sente que também tem os meios para regressar e voltar a unir-se. Também é mais fácil emigrar se se sabe que se pode voltar. (Grinberg e Grinberg, 2004, pp. 180).

Ao recorrermos de novo à ideia metafórica dos Grinberg, o sujeito adulto com maturidade tende a estabilizar, nomeadamente ao nível da sua identidade. Porém, perante novas situações que lançam grandes desafios na sua vida (casar, ter ou não ter filhos, mudança de emprego, assumpção de novas posições, mudanças ideológicas) são susceptíveis de desencadear novos *estados de sítio*,

que, por sua vez, implicam novos afastamentos dos objectos basilares de amor primário (Idem, 2004).

O fenómeno migratório, entendido no âmbito da mudança de um país para outro, é um processo complexo, com efeitos profundos e duradouros na identidade do indivíduo migrante. Este, vive em regra uma mudança abrupta, ao sair de um ambiente típico e espectável, para ir ao encontro de um outro, estranho e imprevisível (Hartmann, 1959). As perdas associadas são geralmente significativas: o corte com os sabores da cozinha tradicional, música, costumes sociais ou a própria língua materna.

Porém, a mudança para um país desconhecido revela-se uma oportunidade renovada para o crescimento psíquico: novos sabores e costumes, diferentes sonoridades, novos canais de expressão do self, diferentes estruturas superegoicas, aguardam reconhecimento.

O dilema do sujeito migrante encontra-se na dor resultante das perdas inerentes à mudança e a ansiedade decorrente da alteração da realidade externa – intimamente conectada com a interna.

O resultado final destes processos de luto fica a dever-se a variáveis diversas. Volkan (1993) sustenta que o grau de ajuste à nova vida depende, em larga medida, do modo como foi ou não capaz de, intrapsiquicamente, fazer o luto decorrente das perdas (do país, dos amigos, da identidade prévia). Os Grinberg (2004) sustentam que o imigrante tem de abdicar de parte da sua individualidade, pelo menos, temporariamente, tendo em vista a integração no novo ambiente. Aqui, a vontade de desistir será tanto maior, quanto maior for a diferença entre a comunidade nova e a de origem.

O que leva então um indivíduo a migrar? Quais as circunstâncias que levam o indivíduo ou conjunto de indivíduos a trocar um ambiente conhecido e espectável, por outro, à partida ansiogénico e nebuloso?

Estas questões conduzem a outras: qual a duração (a migração é definitiva ou temporária?); qual o grau de escolha em deixar o país de origem (a migração foi forçada, como no caso dos exilados políticos? ou foi preparada, pensada?); há possibilidade de retornar ao país de origem?

Em termos intrapsíquicos, será a migração o repudiar ansioso ou agressivo dos objectos de amor primário, ou uma manifestação saudável da plasticidade do ego? Marlin (1997) sustenta que se a separação dos pais é difícil, a mudança do sujeito para outro país pode auxiliar a sensação ilusória de afastamento e independência. Tratar-se-á de uma forma de abandonar um ou ambos os pais, sentidos como controladores, ou a expressão do desejo do sujeito se libertar de um relacionamento opressivo (Idém, 1997).

Independentemente das razões que levam um indivíduo ou conjunto de indivíduos a migrar, uma visão dicotómica da realidade é sempre artificial. No entanto, caso se considere no seu conjunto as dimensões i) balanço económico da componente realidade; ii) componente intrapsíquica/adaptativa; iii) componente neurótica do sujeito, poder-se-á compreender, de um modo mais aproximado, o sucesso ou insucesso adaptativo do sujeito migrado (Akhtar, 1999).

Ao recorrermos às experiências de separação-individação, de Mahler e mais especificamente ao termo de Furer (in Mahler e cols., 1975)

*reabastecimento emocional*¹⁰, podemos constatar que à medida que a criança recarrega as baterias na unidade dual simbiótica, ganha simultaneamente uma confiança crescente nas suas capacidades de exploração do mundo externo e, conseqüentemente internaliza mais forte e firmemente a imagem da mãe. Por sua vez, a necessidade de contacto com esta diminui.

Na prossecução do desenvolvimento normal, as formas que esse reabastecimento emocional assume – na criança mais velha, adolescente, adulto – tornam-se variadas e mudam do objecto de amor primário para outras fontes de “energia” psíquica.

No caso particular do imigrante este fenómeno tem para si uma importância capital. Separado da Terra-mãe, carece de reforços externos que possam alimentar essas conexões maternas intrapsíquicas (Akhtar, 1999). Idilicamente tem à sua disposição duas fontes: uma de reabastecimento externo que incluiu, a título exemplificativo, o correio internacional, as chamadas telefónicas e vídeo-chamadas para os familiares que ficaram, ou viagens periódicas ao país de origem; outra, de reabastecimento interno que o sujeito tem ao seu dispor, quer com a família que com ele migrou, quer com a rede comunitária de apoio, da qual fazem parte os conterrâneos que como ele vivem longe do seu país de origem.

(10) – No âmbito da observação de crianças, a expressão *reabastecimento emocional* designava o retorno de uma criança de colo à mãe após exploração – cada vez mais longínqua – do mundo desconhecido (Mahler e cols., 1975).

Idade com que se vive o processo migratório

Ao pensarmos o fenómeno migratório como um processo destabilizador, que coloca em causa o sujeito, tal como ele se conhece, devemos ter em linha de conta que, o nível de consolidação e maturação da estrutura psíquica, o grau de confiança associada ao “*stimulus nutriment*” (Rapaport, 1960) da realidade externa, as fantasias conscientes e inconscientes, presentes à data da imigração, podem ter um impacto determinante na subsequente adaptação psicológica. Desta feita, a idade em que se imigra torna-se uma variável fundamental na compreensão deste processo.

À partida, imigrantes com diferentes idades enfrentam problemas igualmente díspares. Os efeitos produzidos pela experiência migratória, em adolescentes ou jovens adultos cuja esperança de vida é, à partida, mais longa são necessariamente distintos, quando perspectivados para indivíduos maduros com um percurso e história de vida mais extensos.

Crianças e migração

No que respeita às crianças, a situação torna-se particularmente delicada. É que, no caso dos pais – ou outros cuidadores – estes podem ser imigrantes voluntários ou involuntários. Já as crianças são sempre *exiladas*. Nunca são quem decide deixar ou retornar ao país de origem (Grinberg e Grinberg, 2004).

As crianças ou bebés pequenos podem ser significativamente afectadas num processo migratório dependendo, para isso, da maior ou menor destabilização das estruturas psíquicas parentais (Akhtar, 1999).

Por um lado, poderíamos considerar à partida que a criança pequena tem algumas vantagens em experimentar um processo migratório numa idade precoce, quando comparados com os adultos. Isto porque, em regra, nunca vai só e o seu circuito relacional encontra-se circunscrito ao invólucro protector familiar. Acresce aqui também, a maior disponibilidade para se deixar impregnar, envolver, por novas e diferentes aprendizagens e, por isso, mais apta para apreender uma nova cultura (com particular relevância para a língua e costumes).

Por outro, ao não ter participado activamente da decisão de migrar, a criança nem sempre compreende as motivações que a sustentou. Em simultâneo e ainda que – como acima se referiu – se faça alusão ao nicho familiar imediato, que protege a criança do *novo mundo*, também este se encontra debilitado, inseguro e em crise, decorrente do processo migratório (Borovitz & Ergas, 1999).

Relativamente à infância, Devereux realça que o modo como se pensa a criança em toda a sua plenitude depende, em larga medida, da sociedade em que esta se encontra inserida (1968).

Estudos levados a cabo por investigadores franceses relativos a crianças nascidas nesse país, filhas de pais imigrantes, revelam que os menores apresentam uma maior vulnerabilidade perante variações mínimas do ambiente externo ou interno (Moro, 1994; Moro & Nathan, 1995).

Um potencial momento de vulnerabilidade acontece logo após os primeiros tempos de vida pós-parto, aquando da adaptação mãe-bebé. São referidas com particular evidência interacções desarmónicas na díade e manifestações somáticas na criança. As incertezas de vária ordem da mãe (que

viveu a gravidez com manifesta insegurança num país estranho, o período do parto, o estatuto da criança no país que não o de origem dos progenitores, o estatuto por adquirir da criança) contribuem de forma decisiva para as dificuldades mútuas de adaptação na díade. Indícios disso mesmo revelam-se nos números correspondentes, no primeiro ano de vida do bebé, a uma maior mortalidade infantil, a um aumento de casos de depressão infantil e depressão pós-parto materna (Houzel, Emmanuelli & Mogio, 2004).

Assim, não se pode compreender a maior ou menor dificuldade de adaptação da criança a uma experiência migratória, sem se ter em linha de conta a relação estabelecida com os primeiros objectos cuidadores.

Erik Erikson sustentou como principal tarefa do Eu e de particular relevância para o desenvolvimento futuro do bebé, o sólido estabelecimento de regras que ajudem à resolução do conflito entre “*confiança básica*” e “*desconfiança básica*” (1959). O autor concluiu que a quantidade de confiança, resultante das primeiras relações da infância, não depende das demonstrações de afecto ou das quantidades de alimento, mas antes da interacção entre a qualidade da relação materna e a potencialidade da criança para receber. Assim, o sentimento de confiança que o recém-nascido adquire depende da combinação entre a qualidade na prestação de cuidados básicos e um firme sentimento de confiança pessoal materna, adquirida no âmbito da sua integração sócio-cultural (Idém, 1959). Na vivência materna de um processo migratório é esse aspecto que está em crise. O sentimento de confiança pessoal foi abalado.

A este propósito Kahn escreveu:

A necessidade dos pais se isolarem e manterem a sua cultura nativa ou, alternativamente, o desejo de fazerem parte da sociedade dominante, afecta significativamente a criança. Por vezes, as crianças sofrem as consequências dos receios dos seus pais, em perderem as rédeas de controlo das suas vidas (Elovitz & Kahn, 1997, pp. 278).

Ao adicionarmos, ao que atrás foi dito, os conflitos pregressos não resolvidos – quer nas crianças, quer nos adultos – que envolvem o percurso desenvolvimental particular de cada ser humano, o tipo de relação que foi capaz de estabelecer com os seus objectos internos, as fantasias inconscientes, inerentes ao período da sua vida em que a imigração ocorre, estar-se-á mais próximo de compreender a diversidade de factores, que contribuem para o sucesso ou insucesso de um processo migratório (Akhtar, 1999). A título de exemplo e no caso específico da migração de crianças muito pequenas não são raras as vezes em que a forma típica de expressão é de pura raiva. Enraivecesse-se por não compreender. A dor e tristeza intensas provocadas pela ausência de pessoas da sua rede relacional alargada (tios, primos, avós, amigos, colegas), bem como o corte radical com um ambiente anteriormente familiar (casa, bairro, parque infantil) tornam-se temporariamente insuportáveis. O limite temporal aqui evocado reporta-se às crianças cuja relação com os objectos externos e internos é suficientemente boa (Winicott, 1984), pelo que com maior ou menor dificuldade a criança adaptar-se-á ao novo ambiente.

A criança pré-verbal necessita de experimentar os seus objectos. Para isso usa essencialmente duas modalidades – reter e largar (Grinberg & Grinberg,

1989). Os conflitos básicos em qualquer destas modalidades podem levar a atitudes benignas ou malignas. O valor que lhes corresponde está associado ao facto das implicações hostis se voltarem contra o próximo, o próprio ou um inimigo. Se persistirem os fracassos na capacidade de reter ou largar, de se aproximar ou afastar do outro, mantendo intactas as suas capacidades autonómicas e de controlo, surgem facilmente sentimentos de dúvida e vergonha. Estes acentuam-se quando associados a um processo migratório, o que por sua vez compromete largamente a confiança básica alcançada (Erikson, 1959).

O sentimento de vergonha inscreve-se numa lógica de se estar exposto sem se desejar e sentir-se conscientemente olhado, visto. Isso coloca o sujeito, através do outro, ciente da sua nudez, incompletude, imperfeição. A vontade do envergonhado era recorrer se possível à força para impedir que o outro o olhe. Perante a impossibilidade surge a raiva (Akhtar, 1999).

Dúvida e vergonha caminham lado a lado, sustenta Erikson (1959). Se, num período determinante para a afirmação autonómica e de controlo, na qual a criança luta constantemente contra a dúvida e vergonha de não ser bem sucedida, surgir um novo *contratempo* – tão somente uma mudança abrupta de país, língua, cultura, costumes e relações de proximidade – a tarefa torna-se hercúlea:

Sentem-se expostos a situações que lhes inspiram sentimentos de vergonha: sentem-se diferentes e incapazes de competir com crianças da sua idade (irmãos/rivais) no uso da língua, das linguagens secretas, das cumplicidades dos códigos culturais. E às conseqüentes dúvidas: quem são os bons e os maus, os capazes e os incapazes? quem vale, o que vale? (Grinberg & Grinberg, 1989, pp.124).

Um outro período de maior vulnerabilidade situa-se no momento das mais importantes aprendizagens escolares (leitura, escrita e cálculo) que vinculam estas crianças à sociedade de acolhimento (Moro, 1994). Aqui importa perceber o que pensam progenitores/criança desta integração, uma vez que, uma perspectiva não conciliadora entre o mundo cultural dos pais e a sociedade na qual se tentam enquadrar pode produzir clivagens difíceis de reparar.

Neste período, Akhtar sugere que as crianças tendem a elaborar fantasias que envolvem o evento de migrar. As prerrogativas parentais decisórias, neste âmbito, podem facilmente ser abordadas nas fantasias edipianas das crianças: a mãe, na fantasia inconsciente do rapaz, migra para seguir o pai e não tem em linha de conta o mal que isso possa causar à criança; na fantasia inconsciente da rapariga, o pai migra para oferecer segurança e bem-estar à mãe, sem ter em linha de conta o sofrimento que isso possa causar à rapariga (1999).

A adolescência é a melhor e a pior altura da vida para migrar. Isto porque se trata da fase da vida do ser humano, em que a problemática fulcral passa pela busca e consolidação do sentimento de identidade (Grinberg e Grinberg, 1989).

Freud ¹¹ foi o primeiro autor a sublinhar a importância da separação pais-adolescente, como uma tarefa, ainda que dolorosa, fundamental ao desenvolvimento do Homem. A aquisição do estatuto de adulto de pleno direito

¹¹ Nas conferências introdutórias sobre Psicanálise (XVI) Freud sustenta que “... na puberdade, quando os instintos sexuais, pela primeira vez, fazem as suas exigências com toda a sua força, os velhos objectos incestuosos familiares são retomados mais uma vez e novamente catexizados com a libido. (...) Dessa época em diante, o indivíduo humano tem de se dedicar à grande tarefa de desvincular-se dos seus pais e, enquanto essa tarefa não for cumprida, ele não pode deixar de ser uma criança para se tornar membro da comunidade social.” (Freud, 1917, pp. 340).

deve-se, em larga medida, à separação interna dos objectos primitivos e do investimento em novos objectos extra-familiares, onde se enfatizam os aspectos pulsionais e as mudanças ocorridas na puberdade (Freud, 1917).

Peter Blos (1967) defende que o indivíduo enfrenta neste período aquilo que designou por segundo momento de separação-indivuação¹². O adolescente revive aqui as relações primitivas com os seus pais e um conseqüente desligar interno doloroso, que corresponde à separação, diferenciação e desidealização das imagens internalizadas dos mesmos. Este desligar leva a alguma desregulação e confusão relativas à identidade do indivíduo. O objectivo último deste período será a aquisição de um sentimento de self autónomo, com limites perfeitamente definidos (Idém, 1967). O auxílio vem em regra através de uma mudança facilitadora nas relações de objecto (importância do grupo de pares). Se a plataforma cultural, na qual este *drama* se desenrola, muda abruptamente, como acontece num processo migratório, a capacidade de desenvolvimento psíquico é abalada (Akhtar, 1999). Fala-se então de um “duplo luto” do Eu do adolescente, associado por um lado, à luta pela autonomia relativa às figuras parentais e por outro, à perda das instituições culturais familiares (Van Essen, 1999).

Numa contribuição tendo por base as concepções teóricas de Bion e Meltzer, Amaral Dias (1988) sustenta que o adolescente “ataca” o continente

¹² Esta concepção insere-se na mesma linha de pensamento das teorizações de Margareth Mahler, que descreveu uma (primeira) fase de separação-indivuação. A autora refere-se a dois processos que se complementam e permitem à criança subtrair-se da simbiose fusional com a mãe, que caracteriza os primeiros meses de vida. Este processo enquadra-se temporalmente, entre os 6 meses e os 3 anos de vida do bebé. Durante este período, a criança iria gradualmente investindo a mãe e as funções do Ego, permitindo, deste modo, uma representação interiorizada de si própria apegada, mas independente da representação do objecto (Mahler, 1967).

parental e recusa, por saturação, os objectos e espaços parentais, por se afigurarem como barreiras impeditivas da autonomia e liberdade. Uma consequência dessas vivências enclausurantes é o luto interno e externo dos pais. Numa outra perspectiva, a adolescência, em Coimbra de Matos (2002), representa a passagem de um mundo oferecido e imposto para um mundo escolhido e criado. Tratar-se-ia do último nível de um movimento autonómico, expansionista, que remonta à infância. Assim, o processo doloroso que Freud (1917) invocava e que Van Essen (1999) corrobora não passaria necessariamente por um luto dos imagos parentais, mas antes, pela transformação da relação com esses objectos de amor primário.

A migração do ser humano em idades mais avançadas apresenta problemáticas específicas. Logo, à partida, a história de vida é mais longa do que a que resta viver. Assim, entre o deve e o haver, o velho migrante fica sempre com saldo negativo. Em regra, não deseja a mudança. Se lhe é imposta, i.e., migra para seguir os filhos e não ficar sozinho o desenraizamento é ainda mais penoso, dado acentuar o progressivo estado de dependência. A certo ponto, assemelhar-se-ia à dependência infantil, mas sem expectativas de um dia se tornar mais autónomo (Grinberg & Grinberg, 2004).

Carlin (1990) pôs em evidência uma lista de problemas com que se deparam os velhos imigrados. Entre estes destacam-se: isolamento dos antigos amigos; dificuldades em estabelecer novos relacionamentos de amizade; limitações ao nível da sua independência; dificuldades de mobilidade; receios fundamentados de não serem capazes de dominar a nova linguagem; sentimento de inutilidade, por não terem nada para fazer que os valorize; inaptidão atestada

pelos filhos e netos; pouco apreciados pelos mesmos; necessidade de cuidados médicos continuados; enfrentar a morte num país distante que não o seu.

Como atrás se referiu, a natureza do país de origem tem um papel preponderante, no que respeita à adaptação do sujeito à nova vida.

Caso a mudança ocorra de um país pobre para um rico, com naturais ganhos financeiros, tende a mobilizar no sujeito migrado um sentimento de culpa muitas vezes inconsciente (Akhtar, 1999).

Modell (1965) sustenta que a um nível manifesto esta culpa relacionar-se-ia com o ultrapassar amigos, família e conterrâneos, em aquisições e bens materiais. Já ao nível latente, mais profundo encobriria uma culpa mais pessoal de incesto edípico e uma outra de separação pré-edípica.

Os sujeitos que migram de regiões política e territorialmente mais instáveis têm também sérias dificuldades em ultrapassar os sentimentos antagónicos de luto – pelos que ficam – e libertação – pelo que conseguem alcançar (Akhtar, 1999). O autor designa a situação pela *culpa do sobrevivente*. Mais comum nos refugiados, o sujeito sente culpa por ter sobrevivido enquanto outros não. A culpa e o luto parecem estar aqui interligados e podem ser usados defensivamente um contra o outro. Por outro lado, migrar de um país rico para outro mais modesto, para além de ideais humanitários e espírito de missão, pode, por si só, ser manifestação de um sentimento de culpa ics (Idem, 1999).

Assim, o êxito psicológico da migração depende também da magnitude das diferenças culturais entre o país de origem e o país receptor. Tais diferenças envolvem dimensões tão variadas como: alimentação, linguagem, vestuário,

música, agudeza de espírito, humor, tenacidade, ideologias políticas e religiosas, graus e variedade de liberdades sexuais, o prémio pela auto-afirmação vs auto-diluição, experiência subjectiva da temporalidade, o lugar ocupado pela família, extensão e natureza da comunicação entre os sexos e gerações (Akhtar, 1999).

A importância da recepção

Na sinopse do documentário *Os lisboetas*, de Serge Trefaut, pode ler-se o seguinte: “É o retrato de um momento único em que o país e a cidade entraram num processo de transformação irreversível” (2004).

Quem recebe tem um papel absolutamente fundamental na experiência migratória destas famílias. A qualidade das reacções da comunidade receptora tem influências de vária ordem, quer na integração dos novos elementos, quer na adaptação da comunidade “nativa” à nova realidade, o que pode ser ilustrado através do modelo bioniano de continente-conteúdo (Bion, 1970). Bion, sugere que o fenómeno migratório implica mudanças “catastróficas” com momentos dolorosos, desorganizativos e frustrantes. A adaptação da “ideia nova-conteúdo” ao “continente-grupo receptor” e vice-versa, a acontecer, permitirá o verdadeiro crescimento e desenvolvimento da comunidade. Caso não se verifique poder-se-á desencadear uma verdadeira catástrofe (Grinberg e Grinberg, 2004).

O desejável passaria sempre pela aceitação do continente por parte do conteúdo promovendo a sua integração, com benefício para ambas as partes.

Geralmente, a chegada de um desconhecido a uma comunidade estabelecida causa nos elementos que a constituem uma amálgama de emoções.

O leque pode espriar-se desde ansiedades persecutórias, paranóides inconscientes – o sujeito vem para se apossar do que conquistei ou pretendo conquistar – à idealização – o sujeito vem orientar-nos e resolver todos os nossos problemas. Sendo posições extremadas, tanto numa como na outra, os resultados não são animadores. Se o primeiro caso pode levar a reacções xenófobas, já a segunda pode inspirar inicialmente um culto venerado, ao qual se segue o natural desapontamento e posterior rejeição (Akhtar, 1999).

Veja-se o exemplo da chegada de K. à nova comunidade, no romance de Kafka, “O Castelo”, onde chega para ocupar um cargo de agrimensor, para o qual, supostamente, fora contratado:

O senhor não é do castelo, o senhor não é da aldeia, o senhor não é nada. Mas, infelizmente, é alguma coisa, é um estranho, um estranho que está a mais e que onde quer que se encontre está sempre no nosso caminho, um estranho que é sempre motivo de discussões... (Kafka, 1926, pp. 51).

A manutenção da identidade profissional, sobretudo quando todos os outros aspectos da constituição do self se encontram abalados e postos em causa, assegura um fio condutor interno, ainda que muito ténue e que permite imaginar uma continuidade na mudança (Lichtenstein, 1963). Infelizmente para K. não foi o caso.

No nosso país acontece frequentemente, não serem reconhecidas aos imigrantes competências profissionais que, nos seus países de origem lhes dariam possibilidades de exercer trabalhos de acordo com a sua formação. Situações deste tipo, em que o indivíduo desempenha um trabalho indiferenciado, abaixo das suas qualificações técnicas/académicas promovem sentimentos depressivos e de auto-exclusão.

Estudos levados a cabo por psiquiatras israelitas chegaram a conclusões similares, com imigrantes médicos soviéticos, que apresentavam grandes dificuldades em aceder à profissão no estado de Israel (Ritsner, Mirsky, Factourovich, 1993).

A recepção ao novo elemento envolve três variáveis que se inter cruzam e das quais depende a qualidade do acolhimento, por parte da comunidade autóctone. Assim, deve-se considerar a natureza da comunidade existente, a pré-existência de laços históricos entre a comunidade de origem e a comunidade receptora e por último o contexto ou a época na qual o processo migratório toma lugar (Akhtar, 1999).

Elementos associados à origem do sujeito

Se bem que nem sempre assim foi, hoje em dia, a origem geográfica e cultural dos pais migrantes são considerados elementos importantes, tanto na compreensão do desenvolvimento e estruturação psíquica da criança, como em possíveis alterações psicopatológicas da mesma. A este propósito, Devereux salienta não as particularidades em cada cultura da sua expressão patológica, mas antes as leis universais que tenham em linha de conta a dimensão cultural do psiquismo e a necessária inserção de cada indivíduo na sua cultura - *psiquiatria metacultural* (1968).

Dever-se-á também referir que ao chegar a um novo ambiente, com novos códigos comunicacionais, o imigrante tem de rapidamente incorporar algo que, por vezes, mal compreende. Normas de conduta impostas, não

explicadas, tão pouco assimiladas: com isso se depara a personagem principal de “O Castelo” de Kafka (1926), como acima se referiu.

Um acréscimo de sentimentos contraditórios e ambíguos, perante mensagens novas e compreendidas a espaços, torna-se uma inevitabilidade. O sujeito poder-se-á sentir *invadido* ou *devorado*. A regressão instala-se e a expressão dos afectos poderá repercutir-se na relação, de certo modo arcaica, com a alimentação.

A comida (...) passa a ter um significado particularmente relevante, já que simboliza o vínculo mais precoce e estruturante que se teve com a mãe ou com o seu peito. O imigrante pode, então, sentir repúdio pelos pratos típicos do novo país, procurando com saudade os que representam características da sua terra. (...) Noutras ocasiões, o imigrante recorre à comida para acalmar a sua angústia, recriando assim um «peito idealizado», generoso e inesgotável, com o qual tenta preencher o vazio determinado pelas diversas perdas sofridas no transplante. Estas refeições são habitualmente celebradas na companhia de conterrâneos, constituindo uma espécie de ritos recordatórios (Grinberg & Grinberg, 2004, pp. 84-85).

Para Akhtar, a língua nativa é muito provavelmente para o imigrante, o vínculo mais profundo e arreigado que o liga à cultura onde nasceu e na/da qual se alimentou (1999). Trata-se do veículo, por excelência, do legado cultural de uma sociedade. Falar é nascer pela segunda vez (Genouvrier, 1986). A linguagem humana encontra-se no centro de toda e qualquer cultura e sociedade.

A adopção de uma nova língua ameaça a identidade do sujeito migrado e quanto maior for a diferença, entre o país de origem e o receptor, maior a dificuldade do sujeito, em recuperar o self dilacerado.

Assim, e apenas por este prisma, a vinda e adaptação de cidadãos brasileiros ou dos PALOP para Portugal seria à partida mais fácil do que um

cidadão do Leste da Europa, que não conhecesse a língua portuguesa, nem com ela tivesse tido qualquer espécie de contacto. Veja-se o exemplo dessas dificuldades numa aula de português para imigrantes da Europa de Leste, no documentário acima referenciado, “*Os Lisboetas*”, de Serge Tréfaut (2004).

Importa porém acrescentar que, no caso de imigrantes cuja língua nativa é a mesma do país que os acolhe, nem sempre é fácil identificar de modo célere, um período de luto e readaptação mais ou menos natural. Trata-se de *imigrantes invisíveis* como lhes chamou Shokeid (1988). Estes não são facilmente destrincháveis pelos nativos do país receptor, nem tão pouco os próprios conseguem aperceber-se do que *padecem*, o que torna tudo mais difícil.

O nascimento de filhos no país receptor

As reservas e desconfianças do sujeito migrante em relação ao seu mundo novo podem ser dissipadas com o nascimento de um filho no país de acolhimento. Atendendo ao pensamento de Winnicott (1984, p. 39) “*there is no such thing as an infant*”, i.e., o bebé não existe sem os pais: para que a criança cresça e se desenvolva no novo mundo, as figuras parentais ou substitutas terão, também elas, de forçosamente se adaptar à nova realidade, sob pena de comprometerem o desenvolvimento do filho.

Se bem que a criança, no primeiro par de anos de vida dependa quase que em exclusivo do ambiente intrafamiliar, à medida que se vai desenvolvendo, necessitará de outros cuidados, exteriores à família. Fala-se dos equipamentos de infância (creches, jardins de infância, escolas primárias). Ora, se existirem

discrepâncias assinaláveis entre o caldo cultural familiar e a ambiência externa educativa, as dificuldades da criança podem aumentar e o desenvolvimento pleno e integral das suas capacidades torna-se mais intrincado.

Porém, a chegada de um filho pode ser vista como um catalizador da inserção familiar na nova cultura. Exemplificando, à medida que a criança se desenvolve e apropria de novos alimentos, os pais, por arrasto, vão ter de se readaptar e introduzir gradualmente na sua alimentação novos sabores que, anteriormente não faziam parte das tradições alimentares.

A conjugação de aspectos ligados à alimentação, à nova língua e idiosincrasias que lhe subjazem (programas nacionais de televisão, histórias e contos populares, mais tarde, música local, História do país, ideologias sócio-políticas) vão formando um *espaço transitivo familiar*, e progressivamente, uma mais profunda integração, com a finalidade última, de sentir o país receptor, como lugar de pertença.

O papel do corpo na integração do imigrante

As características corpóreas dos indivíduos migrantes têm relevância para a aceitação dos mesmos nas comunidades receptoras. No entanto, este aspecto nem sempre é focado nos estudos sobre da migração. Quando as diferenças entre o recém-chegado e a população nativa são acentuadas, a sua aceitação no seio do grupo é, por norma, mais lenta, o que trará repercussões negativas nos processos de apropriação e reorganização identitária (Akhtar, 1999).

Fala-se aqui essencialmente das diferenças inter raciais, às quais as crianças são particularmente sensíveis. Nos casos específicos de crianças

emocionalmente abandonadas pelos pais, estas tendem a deslocar os seus sentimentos agressivos para os outros (eles não gostam de mim porque eu sou africano) ou para o self (eu não sou suficientemente bom porque sou preto). Em última análise, trata-se de um mecanismo de defesa, que pretende preservar a imagem parental, ao inculcar no outro (desconhecido), ou em si próprio, a agressividade.

A importância do género

No que respeita às diferenças de género, Akhtar, assume uma posição algo controversa, ao afirmar que as mulheres parecem adaptar-se melhor a um contexto migratório (1999). Baseando-se na sua experiência clínica e social, aponta algumas razões de sustentação:

i) as mulheres parecem ter uma capacidade maior de se relacionar profundamente com outras mulheres do que os homens com os congéneres. Invoca a *proximidade óptima* como pretendida pela mulher em detrimento da *distância óptima*, i.e., procuram uma abordagem mais positiva perante a realidade com que se deparam.

ii) a maternidade, sobretudo se é recente, encontra-se acima de qualquer fronteira étnica ou geográfica. As necessidades do bebé e a intrepidez do Ego materno ultrapassam facilmente sentimentos de vergonha, na procura activa dos melhores cuidados pediátricos, o que promove em simultâneo um melhor conhecimento da nova cultura.

iii) as crianças pequenas, por forma a diminuírem o fosso existente entre a *cultura que têm em casa* dos pais e a que as rodeia no meio externo, tendem a *ensinar* as suas mães acerca do novo mundo. Apesar de ser típico em crianças

que nunca saíram do seu ambiente cultural, esta tendência adquire maior importância em contextos imigratórios;

iv) as mulheres parecem aceitar melhor os seus novos compatriotas que os homens. Akhtar baseia-se nas concepções de Altman (1977) – acerca do desenvolvimento infantil da menina, na qual esta tem de renunciar precocemente ao amor da mãe, para se devotar ao amor do pai – para fundamentar a existência de uma renúncia original (à mãe) que preparará melhor a mulher para abnegações futuras.

Os sonhos do sujeito em processo de migração

Os sonhos, como Freud enunciou, são uma via privilegiada para se aceder ao inconsciente (Freud, 1900). A repercussão que a realidade externa tem na produção onírica é notória em estados pós-traumáticos, em lutos por resolver, no *terminus* de uma análise (Omreland, 1973) ou nas situações significativas do dia a dia do sujeito cujo conteúdo latente teima em esclarecer-se. Deste modo, não será estranho que um sujeito que passe por um processo migratório desenvolva produções que se relacionem com mudanças que lhe são inerentes. Akhtar identificou quatro tipos de sonhos decorrentes de diferentes momentos ou tipos de migrações (1999):

i) temas como renascimento ou morte, passagem por túneis, perda de faculdades físicas ou alterações morfológicas são temáticas recorrentes em sujeitos que se encontram em vésperas de migrar;

ii) nas migrações forçadas (exilados e refugiados) os sujeitos tendem a fazer sonhos ligados ao modo, geralmente perigosa, como conseguiram evadir-se;

iii) nas fases iniciais da estadia no novo e desconhecido país de acolhimento, um conflito de identidade pode instalar-se e o sujeito pode sonhar recorrentemente com cenários estranhos, onde parece não pertencer a lugar nenhum (Meadres, 1997), à semelhança de um desterrado, como a escultura de Soares dos Reis. Ou então tenta desesperadamente encontrar um caminho para chegar a casa e vai-se deparando com um sem número de obstáculos, que tornam a simples tarefa hercúlea. Ultrapassados os conflitos de identidade os sonhos podem começar a reportar o progressivo desabrochar do self bicultural do sujeito;

iv) em fases de adaptação mais avançada ao novo país nos sonhos podem aparecer palavras da nova língua apreendida. Com significado adaptativo mais profundo começam por vezes a aparecer nos sonhos metáforas ou ditos populares que fazem parte das idiossincrasias do país de acolhimento.

A 3ª individuação

Ao processo de plena integração do sujeito migrante na nova comunidade Akhtar associou-o a uma 3ª individuação, prosseguindo na pegada dos conceitos de separação-individuação, de Margareth Mahler (1975) e de 2ª individuação, na adolescência, de Peter Blos (1967).

Este processo de 3ª individuação contempla para o autor, uma reorganização da identidade do indivíduo, bem como um reforço das consolidações identitárias anteriores e basilares (1999).

Acrescenta que esse trabalho de renascimento psíquico, promotor de uma identidade híbrida, implicaria um trabalho permanente e infindável entre quatro dimensões que se inter cruzam e complementam:

1. ao nível dos afectos - do amor ou ódio à ambivalência. À semelhança da subfase de reaproximação do bebé em relação à mãe, descrita por Mahler e colaboradores (1975), ou da fase de regressão transitória no adolescente (Blos, 1967), também o sujeito migrante é vulnerável à divisão das representações self-objecto (Kernberg, 1967). Isso mesmo acontece na mudança abrupta do seu ambiente externo e inquina conseqüentemente as capacidades adaptativas do ego.

Assim, para uma boa adaptação do sujeito à nova realidade, a nível intrapsíquico, todas as imagens boas do objecto deverão ser integradas com todas as más e o mesmo deverá ocorrer entre todas as boas e más imagens do self (Kernberg, 1975). Nesse processo de síntese, as imagens parciais do self e dos objectos serão integradas em representações do self e dos objectos totais, o que as tornará mais realistas. O acesso à ambivalência poderá então ser realçado pelo migrante;

2. ao nível da dimensão temporal - do perto ou longe à distância óptima. Margaret Mahler descreveu a distância óptima como aquela que se encontra entre a mãe e a criança e que melhor permite a esta última o acesso pleno à maturação das suas capacidades, ou seja, à individualização (1975). A procura dessa distância adaptativa ocorre também, a um nível interpessoal e intrapsíquico, no indivíduo migrante. No novo ambiente, o sujeito tem de redescobrir os limites aceitáveis da distância interpessoal: o contacto físico, a proximidade espacial, a

intimidade psicológica com outros objectos terão de ser reaprendidos. Acresce que se encontra muito longe do seu país de origem, facto que, à semelhança da criança que explora um novo ambiente, pode temporariamente apreciar – ultrapassar a barreira de segurança. Porém, mais cedo ou mais tarde sentirá necessidade de retornar ao ambiente materno protector e conhecido e a ansiedade instala-se. Sente-se perdido e tende a procurar no novo país singularidades que lhe devolvam a sensação de protecção entretanto perdida: procura contacto social e afectivo com seus conterrâneos no novo país, o que traduz, inconscientemente, a procura de prolongamentos maternos (Krystal & Petty, 1963);

3. ao nível da dimensão espacial – do ontem ou amanhã ao hoje. Quando o luto pelo(s) que fica(m) no país de origem não produz um efeito reparador, o sujeito migrado tenderá para a constante idealização dos objectos perdidos e desconfiança perante os novos que se apresentam (Werman, 1977). Preso ao passado, tende a idealizar o futuro com fantasias de retorno ao país de origem, em prejuízo do presente.

É possível porém, com uma progressiva desidealização dos objectos perdidos, viver verdadeiramente o presente, sem renunciar aos objectos do passado (Akthar, 1999).

4. ao nível da afiliação social – do teu ou meu ao nosso. (Idem, 1999). Da observação da relação diádica primária, numa extensão dos trabalhos de Mahler, Bergman sugeriu que o sentido do *meu* e do *teu* se desenvolve mais cedo que o sentido do *nosso* (1980). Este *nosso* arcaico representa psiquicamente e numa primeira fase o *meu*, visto o narcisismo

primário dominar ainda a simbiose – a criança sente ainda a mãe como uma extensão de si própria. Só mais tarde e de forma gradual esta experiência do *nosso* dá lugar a uma diferenciação do *eu* e do *nós* (Idem, 1980).

Durante algum tempo após a sua chegada ao novo país, o sujeito recorre à divisão *meu* e *vosso*. Existem assim inicialmente os *meus* (migrante) costumes, comida, linguagem, valores morais e as *vossas* (população receptora) tradições e costumes. Só com a resolução desta divisão será possível ao sujeito migrante experimentar o *nosso* (Akhtar, 1999).

DESENVOLVIMENTO

O trabalho institucional nos movimentos de integração migratória

A migração que tem como principal base de sustento a melhoria das condições sócio-económicas do sujeito acarreta sempre e como acima se salientou, dificuldades que dificilmente se conseguem ultrapassar sem apoio familiar ou de outro tipo.

A vida imaginada/sonhada no país receptor raramente corresponde à dura realidade com que se depara o sujeito migrado. Às dificuldades sócio-económicas que também encontra no novo país apenas muitas vezes a ausência de outros factores de protecção, como é o caso da família que ficou.

A situação torna-se então crítica quando o sujeito migrado, geralmente ilegal, se faz acompanhar por um ou vários filhos, que com ele iniciaram o percurso sinuoso.

No seguimento, acontece que a sobrevivência psico-socio-afectiva das crianças pequenas, filhas de pais migrantes, fica seriamente comprometida. Os motivos prendem-se não só com as dificuldades sócio-económicas dos progenitores, mas também com factores disruptivos ligados à relação pais-filhos, muitas vezes disfuncional.

Estas crianças chegam assim a centros de acolhimento temporários onde uma equipa pluridisciplinar procura dar respostas às suas mais variadas necessidades. As instituições referidas podem ser definidas genericamente da seguinte forma: organização de um conjunto de profissionais com o intuito de realizar uma mesma tarefa, com uma certa estrutura social e diferenciação de funções; com dependência administrativa e laboral, hierarquicamente definida

(Pérez-Sánchez, 1996). Essa tarefa passa por proporcionar experiências emocionais correctivas¹³ às crianças e perspectivar um projecto de vida que melhor se adequa às suas necessidades de desenvolvimento emocional e cognitivo.

Este tipo de instituição – e no caso específico a instituição que serviu a parte prática desta investigação – enquanto estrutura continente capaz de responder adequadamente às necessidades específicas destas crianças, necessitam ter em conta três vectores fundamentais:

1) objectivos terapêuticos estimados – acima especificados, com o estabelecimento de um projecto de vida que se adequa às reais necessidades da criança;

2) tempo aproximado de duração da intervenção – aproximadamente entre seis meses a um ano.

3) técnicas de intervenção terapêutica assistenciais – envolvem a totalidade dos elementos da equipa, em diferentes espaços e momentos. Podem agrupar-se em:

3.1) actividades terapêuticas grupais, onde se incluem diversas actividades lúdico-pedagógicas temáticas, com o grupo de crianças institucionalizadas. São incluídos nestas actividades os profissionais na área da infância, educadores de referência da criança;

3.2) tratamentos individuais, onde se incluem entrevistas psicoterapêuticas com a criança e psicoterapia de apoio de inspiração analítica, que abaixo se esmiuçarás;

¹³ Conceito instituído por Franz Alexander em que as experiências do passado são transformadas, mediante atitudes novas, que passam a constituir-se como figuras de referência na vida do indivíduo (Alexander & cols., 1946).

3.3) trabalho psicoterapêutico com famílias, das quais fazem parte entrevistas psicoterapêuticas familiares, trabalho psicoterapêutico pais-criança com sessões conjuntas;

Estas linhas orientadoras constituiriam aquilo a que Pérez-Sánchez designou por estrutura terapêutico-assistencial (1996), numa transposição adaptada de princípios da teoria psicanalítica a um novo contexto, o institucional.

Breves considerações acerca da psicoterapia de apoio de inspiração analítica, em contexto institucional

Tendo em conta o enquadramento efectuado no que respeita às linhas orientadoras que regem o trabalho psicoterapêutico com crianças institucionalizadas, filhas de pais migrantes, torna-se relevante tecer algumas considerações sobre a única psicoterapia que, um psicólogo clínico sem formação complementar adicional poderá exercer: a psicoterapia de apoio (Leal, 1999).

Os objectivos genéricos da psicoterapia de apoio passam por manter ou promover o restabelecimento, no nível de funcionamento prévio do sujeito. Para isso procura-se o afastamento de pressões advindas de situações exteriores pouco favoráveis ao sujeito; tenta-se adoptar medidas de alívio sintomatológico; procura-se também reforçar os mecanismos de defesa que o sujeito possui; promove-se ainda o crescimento emocional, afim de que o sujeito consiga na medida dos seus recursos ir ultrapassando etapas evolutivas não perfeitamente

integradas no seu desenvolvimento, bem como caminhar no sentido de uma maior independência face aos outros. Pretende-se assim a consolidação de uma identidade própria (Cordioli, Wagner & Cechin, 1993).

Segundo Cordioli, Wagner & Cechin (1993) existem oito técnicas essenciais que têm em vista o alcance dos objectivos acima descritos: a sugestão, com a qual se pretende induzir uma ideia no sujeito, afim de que a longo prazo possa haver modificações na sua vontade expressa; o controle activo através do qual, perante a dificuldade momentânea do sujeito mobilizar aspectos concretos e bem delimitados dos seus recursos externos, o terapeuta assume a função de ego auxiliar; a securização, a partir da qual o terapeuta tranquiliza e reforça em simultâneo a auto-estima do sujeito, expressando concordância com uma ideia, pensamento ou atitude deste último; o aconselhamento que visa a explicitação e sugestão, por parte do terapeuta, de atitudes ou decisões do sujeito e que têm como finalidade reforçar aspectos positivos da sua personalidade ou promover a regressão de aspectos, sintomas negativos nas atitudes do sujeito; a catarse com a qual se pretende levar o sujeito a exprimir emoções e sentimentos; a educação no sentido globalizante de todas as intervenções do terapeuta que possuem carácter pedagógico e informativo sobre situações de relevância para o sujeito; a clarificação com a qual se pretende que o sujeito perceba melhor os seus sintomas, afectos, atitudes, contribuindo para o reforço das suas defesas egoicas; a confrontação mediante a qual se pretende aumentar a capacidade do sujeito em distinguir mais eficazmente a realidade externa da interna, promovendo-se assim um melhoramento ao nível da capacidade introspectiva.

Relativamente à aplicação prática da psicoterapia de apoio fundamentada na teoria analítica há, segundo Kernberg (1995), algumas concepções erradas que devem ser tidas em conta.

Em primeiro lugar pensa-se geralmente que a psicoterapia de apoio é fácil de se conduzir e assim, o que acontece é que são dados casos de apoio aos terapeutas menos experientes, ao passo que aos técnicos experimentados são dados os casos expressivos, considerados mais complicados. Sabendo-se que nos casos expressivos, a que Kernberg se refere, os fenómenos transferênciais são explorados em toda a sua profundidade - auxiliando o terapeuta a deslindar as defesas do paciente, à medida que se vão revelando nas resistências à transferência, tornando-se assim também uma ajuda preciosa na clarificação dos conflitos intrapsíquicos dominantes e dominadores das relações objectais - o que não acontece nos casos de apoio, percebe-se a maior dificuldade nestes últimos de aplicação dos fundamentos psicanalíticos.

Uma outra concepção errada é a de que em terapia de apoio as defesas primitivas do ego não devem ser tocadas, sob pena de produzir uma regressão adicional de um ego supostamente frágil. Como exemplo que contraria a tese da não exploração destas defesas, Kernberg, alude aos sujeitos com patologia borderline, nos quais apesar das operações defensivas primitivas serem por si só enfraquecedoras do ego, a interpretação dessas defesas, pelo contrário, permitem o reforço do mesmo. Partindo-se assim da concepção que preconiza a psicoterapia de apoio como uma técnica não interpretativa é importante que esta não deva, na interacção terapêutica, ser ignorada.

De igual modo a não interpretação da transferência em psicoterapia de apoio, em vez da sua clarificação e confrontação pode levar a que o sujeito

desenvolva uma relação superficial e silenciosa com o psicólogo relativamente às suas problemáticas conflituais. Promove-se assim,

“um relacionamento crónico, superficialmente amistoso, mas basicamente distante nas horas de terapia, enquanto toda a acção parece decorrer em algum outro lugar da vida do paciente” (Kernberg, 1995, p. 132).

Outro pressuposto incorrecto em psicoterapia de apoio encontra-se ligado à ideia de que quanto mais doente o sujeito se apresenta, sob o ponto de vista psicopatológico, menos se pode esperar da sua participação activa no processo terapêutico. Isto significaria que a psicoterapia de apoio não era mais do que um tratamento ministrado ao sujeito, sendo este um ser passivo, dependente e incapaz de assumir responsabilidades em eventuais mudanças, promovendo assim o impasse no tratamento terapêutico (Idém, 1995).

Num outro prisma, importa salientar que a aplicação de elementos psicanalíticos – teoria e técnica – em contexto institucional se reveste de algumas particularidades e nem sempre com bons resultados. Estes podem decorrer tanto em prejuízo da própria teoria psicanalítica, como das técnicas que dela se desenvolvem (Pérez-Sánchez, 1996).

Este novo contexto significa logo à partida a coexistência do método psicanalítico com outras disciplinas, tais como: psiquiatria, psicofarmacologia, psicologia educacional, sociologia, serviço social, direito de menores, áreas de educação de infância, presentes num contexto de acolhimento institucional de menores.

A coexistência pacífica entre essas diferentes áreas do saber é difícil, contudo, há que manter uma distância óptima entre as perspectivas

pludisciplinares, nem demasiado próximas, o que acarretaria confusão, nem demasiado afastadas, o que impediria a correlação (Idem, 1996). Pérez-Sánchez defende que, independentemente dessas áreas, se deveria entender a intervenção dos diversos técnicos à luz da perspectiva psicanalítica, sobretudo no que respeita à compreensão das diferentes experiências que estes – sejam eles psicoterapeutas, técnicos de serviço social, sociólogos, ou outros – desenvolvem com os pacientes/utentes (1996).

Como é aplicada então a psicoterapia de apoio de inspiração analítica enquanto método de observação, num contexto institucional?

Para Pérez-Sánchez (1996) torna-se fundamental destacar que a intervenção deve obedecer aos seguintes princípios orientadores:

i) a atenção flutuante, enquanto atitude de escuta, com disponibilidade para captar não só os fenómenos observáveis, mas também aqueles que nos chegam através do conteúdo latente da informação verbal.

ii) a neutralidade benevolente, i.e, a atitude psicanalítica de observação implica inicialmente uma impregnação perceptiva que embarga os sentidos do terapeuta. Não é assim possível uma atitude neutra no sentido restrito, dado implicar uma participação emocional do profissional. Daí a expressão neutralidade benevolente, que implica tolerância perante o impacto inicial da observação, que permitira, num segundo momento, ao terapeuta fazer uso do pensamento e elaboração de modo a dar uma resposta adequada, ao invés de devolver em espelho.

iii) a auto-observação. No que à observação da realidade psíquica diz respeito não importa apenas o que o paciente diz ao terapeuta, mas também

o que mobiliza no terapeuta, o contacto relacional com o paciente em contexto institucional. O autor refere-se no fundo aos fenómenos contra-transferências¹⁴.

iv) a função de contenção. Quando o paciente com dificuldades emocionais interpela o terapeuta com os seus problemas psíquicos espera que este analise e devolva de uma forma mais tolerável, mais suportável. Invoca-se aqui a função continente (Bion, 1962) na qual o terapeuta funciona como receptáculo das projecções (Klein, 1991) efectuadas pelo paciente.

v) a tolerância face à ignorância inicial. Dada a subjectividade e o carácter qualitativo do entendimento do material clínico, assiste-se por vezes a um crescente desconforto e insegurança por parte dos terapeutas, que contrasta com a frase lapidar presente em algumas escolas/correntes psicanalíticas, segundo as quais “the analyst always knows.” O que para o autor se deve tornar perfeitamente claro é que o facto de não haver certezas, juntamente com a constatação de existirem diferentes teorias e concepções sobre a mesma problemática patológica, deve ser considerado e reconhecido como uma mais valia. A solução passará assim por aceitar a incerteza como inerente à natureza específica do trabalho clínico e à especificidade do seu objecto de estudo.

¹⁴ Conjunto das reacções inconscientes do analista à pessoa do analisando e mais particularmente à transferência deste (Laplanche & Pontalis, 1970, pp. 146).

Caracterização da instituição onde se procedeu à recolha de dados, Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família (APDMF)

A CrescerSER, Associação Portuguesa para o Direito de Menores e da Família (APDMF) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social e tem como principais objectivos proceder ao estudo interdisciplinar das questões relativas à protecção jurídica e administrativa dos menores e da família; promover, dinamizar e organizar serviços comunitários de apoio à criança, ao jovem e à sociedade familiar, sendo o seu âmbito nacional; dinamizar formação especializada na área da protecção das crianças e jovens em perigo, junto de técnicos que exercem funções quer nas Comissões de Protecção, quer em equipamentos sociais destinados a esta problemática.

Na prossecução dos seus objectivos, a APDMF tem, presentemente, em funcionamento sete Centros de Acolhimento. Destinam-se a crianças e jovens privados do meio familiar, vítimas de violência ou provenientes de famílias cuja situação exija apoio transitório que permita a estabilização de vida e o futuro encaminhamento adequado das crianças.

Actividades principais

Para além das preocupações de prevenção primária, a Associação desenvolvem as seguintes acções: acolhimento de crianças e jovens em situações de risco, com vista ao diagnóstico interdisciplinar; elaboração de Projecto de Vida de cada criança e desenvolvimento desse projecto, com a maior

colaboração possível da família e da comunidade, perspectivando sucessivamente:

- O regresso à família biológica nuclear ou biológica alargada, directamente ou com a mediação de uma família de acolhimento.

- Quando não seja possível a integração na família biológica, a adopção nacional ou internacional;

- Quando se esgotam as possibilidades de integração familiar, a colocação em instituição que garanta o acompanhamento, dinâmico e individualizado;

As actividades de formação constituem suporte contínuo da desejável qualidade;

Desde a sua criação, já foram adequadamente encaminhadas cerca de 600 crianças acolhidas nos Centros, a pedido dos Serviços da Segurança Social, dos Tribunais, dos Hospitais e de outras entidades.

Os Centros de Acolhimento Temporário, Casa da Encosta e Casa do Parque, fazem parte constituinte da Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família constituiu. Para além destes, a APDMF mantêm em funcionamento a “Casa do Infantado”, a “Casa das Amoreiras”, a “Casa de Cedofeita”, a “Casa do Vale” e a “Casa do Canto”. Na totalidade estes Centros têm a capacidade para acolher 97 Crianças e Jovens que se encontram ao abrigo da Lei de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens em Risco, de Setembro de 1999.

	Localização geográfica	População alvo	Idades compreendidas
Casa Encosta	Carcavelos	Mista	0-12 anos
Casa do Parque	Oeiras	Mista	0-12 anos
Casa Infantado	Infantado	Mista	0-12 anos
Casa Amoreiras	Lisboa	Masculina	12-18 anos
Casa de Cedofeita	Porto	Mista	0-12 anos
Casa do Vale	Porto	Masculina	12-18 anos
Casa do Canto	Ansião	Feminina	12-18 anos

Estas iniciativas têm em vista o apoio – necessário e urgente – de crianças privadas de meio familiar, vítimas de violência ou provenientes de famílias cuja situação de saúde e/ou financeira exige apoio transitório que permita a estabilização de vida e o futuro acolhimento adequado das crianças.

Princípios fundamentais da Casa da Encosta e da Casa do Parque

A Casa da Encosta e do Parque acolhem crianças em situação de risco, sem qualquer discriminação de ordem política, racial, religiosa, ou outra.

O acolhimento deve ser de carácter provisório, durante o qual se procede a uma avaliação multidisciplinar (médica, psicológica, educacional, jurídica, social) da criança, a partir da qual se possa fazer uma elaboração atenta de um Projecto de Vida e conseqüente encaminhamento.

Ao nível do encaminhamento, dá-se preferência ao retorno da criança à família natural sempre que se verifiquem as condições adequadas ao efeito.

Quando o regresso à família se torna impraticável, procuram-se outras soluções nomeadamente a inserção numa família alternativa – de adopção ou acolhimento.

Caso nenhuma das soluções acima descritas se apresente viável, recorre-se à admissão da criança numa instituição onde possa beneficiar de um acompanhamento individual cuidado e dinâmico.

No que se refere ao acompanhamento das famílias das crianças que se encontrem temporariamente no Centro, este deve prosseguir independentemente da criança retornar ao seu núcleo familiar. Tenta-se, deste modo, apoiar a família com vista à sua organização e realização dos seus membros, evitando que outras crianças existentes ou que venham a existir nesse núcleo familiar sejam beneficiários do serviço deste Centro de Acolhimento.

O Centro deve estar disponível para acções de sensibilização/formação e acção na área da protecção da criança, do jovem e da família. Deve procurar colaborar na medida das suas possibilidades em estudos e execução de programas de voluntariado.

É da responsabilidade da equipa multidisciplinar do Centro a avaliação dos processos das crianças que deram entrada no Centro ou que estão em vias de entrar. Saliente-se que para o efeito se procede a uma reunião quinzenal de equipa.

Estrutura interna e modo de funcionamento

Cabe ao director a gestão, organização e funcionamento do Centro.

A intervenção nos processos que dão entrada no Centro de Acolhimento são da responsabilidade da equipa técnica multidisciplinar, com as valências de Psicologia, Serviço Social, Direito, Medicina, Serviço Educativo e outras que possam servir de acordo com a especificidade de cada caso.

Ainda ao nível de recursos humanos, o Centro conta também com quatro residentes, dos quais dois têm formação na área de educação social. O trabalho destes elementos é desenvolvido por turnos de forma a estarem permanentemente dois elementos em actividade. Acompanham as crianças 24 horas por dia, sendo responsáveis pela prestação dos seus cuidados básicos e pela transmissão de normas e valores de comportamento social.

Da idealização dos objectos abandonónicos à libertação das amarras depressivas

Tendo em linha de conta o objectivo geral da presente investigação – estudo dos fenómenos inconscientes inerentes ao processo de migração – ir-se-á de seguida apresentar dois casos clínicos, relativos a crianças oriundas das CPLP (Comunidades dos Países de Língua Portuguesa).

Ambas foram alvo de intervenção psicoterapêutica num contexto de intervenção institucional – apresentavam sintomatologia depressiva manifesta, decorrente de um desenraizamento geográfico, social e familiar profundo.

Pelos motivos expostos são acolhidas em Centros Temporários, ao abrigo da Lei 147/99, de 1 de Setembro, que protege as crianças e jovens em situação de perigo.

Dado tratar-se de uma investigação decorrente de uma lógica de estudo de caso intervenção/terapêutico não controlado – sem análise estatística ou grupo de controlo experimental – a conduta dos pacientes poder-se-á explicar de outras formas, alternativas às interpretações veiculadas (Kratochwill, Mott & Dodson, 1984). A opção pela lógica de estudo de caso de intervenção/terapêutico neste trabalho prende-se com a necessidade em analisar e compreender, na especificidade, o percurso migratório dos sujeitos seleccionados para o efeito. Por outro lado, a análise qualitativa de cada caso, se bem que não generalizável, permite o estabelecimento de elos de ligação entre os mesmos.

Assim, tentar-se-á analisar os processos inconscientes inerentes ao percurso migratório dessas crianças partindo de uma perspectiva tridimensional:

i) elementos associados à origem da criança, que permitiram a sua organização interna; ii) motivações à partida para o novo país; iii) importância da recepção por parte da nova comunidade. A conjugação destes factores contribuirá de forma decisiva para o resultado final, a melhor ou pior adaptação da criança à nova realidade.

Dado que não são as crianças quem decide migrar, na especificidade dos casos, ter-se-á também em atenção a história pregressa dos progenitores.

Por outro lado, ao encontrar-mos estas crianças com percurso migratório, num contexto peculiar e delicado, em regime de institucionalização temporária, torna-se essencial enquadrar as temáticas para as quais nos reenvia a especificidade desta medida de promoção e protecção: desenvolver-se-ão assim considerações ligadas ao abandono, ao comportamento parental, ao que hoje é definido como criança em situação de risco/perigo, ao que se entende por pais maltratantes, ao sentir e estar das crianças maltratadas. Na institucionalização temporária destas crianças foram identificados estados de depressão manifesta, pelo que serão também contextualizados nesta investigação.

Perspectivamos então que se for possível recuperar os imagos parentais (dos pais ou substitutos) nestas crianças, bem como a adopção de uma atitude institucional (representante do país receptor) contentora e reparadora, as mesmas serão capazes de retomar o seu pleno desenvolvimento, entretanto suspenso.

Algumas considerações ligadas à institucionalização temporária de crianças, segundo Lei de Promoção e Protecção 147/99 de 1 de Setembro.

Abandono

A criança vítima de abandono por parte dos seus pais, independentemente do motivo que levou ao afastamento destes tem geralmente a tendência a sobrevalorizá-los, a inflacionar as suas qualidades, no fundo, a idealizar as figuras parentais. Tendo em conta, como refere João dos Santos, que as fundações estruturais da personalidade de uma criança assentam sobre essas mesmas imagens idealizadas (1991), o que a criança faz não é mais do que, nas palavras de Coimbra de Matos (2001), uma *introjecção da malignidade*, culpabilizando-se e desidealizando-se a si própria pelo abandono (do qual foi vítima), desculpabilizando e idealizando os objectos (abandónicos).

Muitas vezes como forma de se defender perante situações de abandono, a criança, num registo manifesto evita contactar novamente com as figuras (pai e ou mãe) que anteriormente foram sentidas como rejeitantes. Segundo Teresa Ferreira (2002), pena é que um quase idêntico número de vezes, os pais não conseguem ir além do conteúdo manifesto e perceber que para a criança, é mais fácil, custa menos, implica menos sofrimento, imaginar que é ela que não quer estar ou falar com os pais, do que pensar muito simplesmente o inverso, a verdade que se esconde por trás de uma afirmação como “eu não quero ir com o pai”.

Fala-se assim de crianças em risco, filhas de pais maltratantes – que engloba, segundo a definição de Guerra (1985), o mau trato físico, psicológico e

sexual – que não se apercebem da desadequação dos seus comportamentos, das suas atitudes. A mãe ou objecto materno substituto revela-se frequentemente, neste contexto, hostil, em desarmonia afectiva e cognitiva no relacionamento com a criança; expressa emoções mais negativas e tem uma propensão duas vezes superior a uma mãe não maltratante a sentir-se deprimida.

Este modelo (des) organizador das aprendizagens da criança vai, segundo Stern (1974), originar graves complicações no seu desenvolvimento. Isso mesmo pôde ser nas experiências conhecidas como interacções “still face” (Brazelton & Cramer, 1993): os bebés eram colocados em interacção com as suas mães durante um determinado período de tempo, após o qual se promovia a quebra por parte destas de uma interacção positiva – mantendo-se impávidas, serenas, inexpressivas. Registou-se que os bebés se auto-protegiam ao adoptarem, também eles, uma postura desinteressada por suas mães. Tendo em atenção o pensamento de Teresa Ferreira acima mencionado e o relato destas experiências poder-se-á estabelecer uma ponte entre experiências depressivas infantis, com o que Coimbra de Matos (1980) designou por “vulnerabilidade depressiva” na história pessoal do sujeito, na medida em que a uma criança que foi abandonada pelos pais e deprimiu tem maior propensão perante dificuldades futuras na vida adulta – que reactivem essa experiência da infância – a deprimir. Esta propensão depressiva do adulto organiza-se por outras palavras nas primeiras experiências de abandono infantil e está intimamente ligada a perturbações no relacionamento da mãe-criança.

Torna-se assim fundamental definir o que é, no âmbito da relação de amor primário, a incapacidade maternal e distancia-la de dificuldades inerentes ao papel de mãe.

Deste modo fala-se em incapacidade materna quando se verifica que, após o nascimento da criança, a mãe não é capaz de exercer uma função contentora. Deve-se salientar que a capacidade maternal se organiza no início de vida da menina, na relação de amor primário e se complementa com o desenvolvimento da identidade maternal e feminina.

Por rejeição própria destas mães torna-se muito difícil, sobretudo nos serviços competentes de saúde mental, ajudar na reconstrução do seu passado, com vista a uma harmonização psíquica do presente, afim de que os seus filhos não sofram os maus-tratos que estas mães sofreram enquanto crianças (Ferreira, 2002).

Tendo em conta a insensibilização crescente destas mães perante os entraves que as próprias põem ao crescimento saudável dos seus filhos e dada a sua falta de motivação para a sua reabilitação é, segundo João dos Santos (1982), função dos tribunais e das equipas de protecção materno infantis responsáveis por estes casos terem a sensibilidade necessária para que, em esforço conjunto, possam trabalhar na reabilitação destes pais, ainda que parcial.

Em convergência com esta posição, foi criada, em 1999, a nova Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99, de 1 de Setembro), onde se estipulou a criação de equipas técnicas multidisciplinares, que tentam em conjugação de esforços defender o superior interesse da Criança. Assim, pela primeira vez foram reconhecidas legalmente as Crianças e Jovens que necessitam de protecção e promoção dos seus direitos, daquelas que - ao

praticarem actos ilícitos, qualificados como crime – ficam sob alçada do Ministério da Justiça (Lei nº 166/99, de 14 de Setembro), Lei Tutelar Educativa.

Comportamento parental

Quando se fala em comportamento parental deve-se ter em conta quatro tipos de deveres, preocupações fundamentais dos pais para com os filhos (Pires, 2002). Temos assim:

a) os “*cuidados primários*”, ligados à alimentação, à limpeza e a todo um conjunto de satisfação de necessidades da criança promotoras do seu bem estar;

b) os “*cuidados sociais*”, ligados a formas físicas e verbais de expressão de sentimentos onde impere a reciprocidade, de modo a que a criança se envolva nas relações sociais com os outros. Estas expressões englobam o embalar, o beijar, o confronto táctil, o sorrir, as vocalizações não verbais, o contacto face a face e todo o género de brincadeiras;

c) os “*cuidados didácticos*”, ligados a formas físicas ou verbais usadas pelos pais para que as crianças se envolvam com o meio, no sentido de estarem atentos para determinados acontecimentos. Tenta-se que através da observação e pela imitação, apreendam o indispensável afim de evoluírem como pessoas diferenciadas e autónomas;

d) torna-se ainda importante referir um outro dever dos pais que passa pela “*imposição de limites*”, essencial para que a criança consiga, de um modo menos penoso, integrar-se e adaptar-se ao que a rodeia. Estão aqui implícitas normas e deveres que a criança deve ter para com os outros, de forma a respeitar e ser respeitada. Esta imposição de limites encontra-se associada à

disciplina, deve-se aqui ressaltar que disciplina a mais ou a menos pode ter um efeito negativo no desenvolvimento da criança.

Criança em risco/perigo

Pela definição de Guralnick risco não é mais do que *“fonte de stress capaz de afectar de modo adverso os padrões de interacção familiar dos quais depende o desenvolvimento da criança”* (Guralnick, 1997, p. 20).

A maior ênfase nesta definição é colocada sob a criança no sentido de um possível atraso de desenvolvimento, de um possível desenvolvimento psicopatológico, ou simplesmente de se desenvolver num meio adverso. No entanto deve-se ter em conta que o risco deve abarcar tanto a criança como as próprias mães, pois como foi referido por Teresa Ferreira *“...vemos os sintomas dessas mães nos filhos, que foram dados, cedidos, abandonados. Temos notícia da sua morte (agora é um facto banal), mas não as vimos em vida.”* (Ferreira, 2002, p.64).

Pais maltratantes

Existe uma série de aspectos que na sua generalidade estão presentes nos pais maltratantes – isto apesar da especificidade de cada caso. Assim, em regra apresentam-se emocionalmente instáveis; com pouca vontade de ir ao encontro das necessidades dos outros; com índices de depressão, com uma propensão duas vezes maior; incapazes de encorajar a exploração por parte dos seus filhos de novos ambientes, fomentando a sua dependência; com expectativas desmesuradas acerca do potencial das suas crianças; ao nível da relação com os

filhos revelam-se muito hostis, em desarmonia afectiva e cognitiva, expressando emoções mais negativas (Pires, 2002).

O sentir e o estar da Criança maltratada

Pode-se dizer que grande parte das crianças vítimas de maus-tratos são submissas, passivas e obedientes. Muitas vezes não expressam os seus sentimentos, ou tão pouco a dor física. Isto acontece sobretudo quando a criança não pode suportar a forma como é tratada e desta feita insensibiliza-se (Santos, 1989). Em concordância, a vontade da criança em agradar ao outro não se explica pela ausência de raiva no seu interior, mas sim por uma fúria e ressentimento, apenas e só reprimidos, à espera de uma situação em que possam ser expressos.

No entanto, nem todas as crianças vítimas de maus-tratos têm capacidade de reter a sua raiva e agressividade, está-se a falar aqui de crianças que respondem com grande agressividade a experiências de agressão - são as crianças que aparentemente não aceitam os castigos, as advertências e agredem constantemente outras crianças.

As crianças vítimas de maus-tratos têm geralmente dificuldade em reconhecer e expressar os seus sentimentos. Esta atitude pode ficar a dever-se ao facto de os adultos que lhes prestam cuidados, não investirem suficientemente na supressão das suas necessidades e preocupações. Deste modo a criança inibe-se, evita mostrar o que sente, numa tentativa de se adequar ao que julga ser a atitude adequada, para poder ser aceite, para poder ter a atenção que reclama dos pais. Os pais raramente se apercebem que a atitude desadequada é a deles, dado que em regra apresentam-se centrados

sobre si próprios, sobre as suas necessidades, impedindo-se de atenderem aos pedidos de atenção da criança. O evoluir natural desta situação é a criança sentir que não é suficientemente boa para agradar aos pais, o que a pode levar a uma diminuição da auto-estima (Idem, 1989).

Estas crianças em idade escolar, mantêm por norma o seu sofrimento em segredo, com medo que a família se desagregue por sua causa. Quando este sofrimento se expressa põe a descoberto uma patologia familiar, sendo apenas a criança a face visível da mesma (Santos, 1988).

Se nada de significativamente positivo ocorrer na vida destas crianças deprimidas, há medida que forem crescendo tendem a tornar-se no centro de atenções, pelos seus comportamentos desviantes e anti-sociais, podendo vir a enveredar por actividades ilícitas (Idem, 1988). Daí ser fundamental a compreensão e tratamento precoce destas crianças com especial incidência sobre a sua sintomatologia depressiva, inibidora do seu desenvolvimento pleno.

Algumas considerações ligadas a estados de depressão manifesta em crianças institucionalizadas

Antes mesmo de nos atermos sobre os estados de depressão infantil, torna-se relevante um breve enquadramento e percurso evolutivo do conceito de depressão, no discurso psiquiátrico e psicanalítico.

Depressão, melancolia

A melancolia, apesar de ser parte integrante tanto do discurso psiquiátrico como do psicanalítico – neste último sobretudo da teoria Freudiana – teve, desde sempre, uma parceria cúmplice com a Poesia, a Filosofia, a Pintura, a História. Foi através destas diferentes formas de comunicar e exprimir sentimentos, pensamentos, que se conseguiu atribuir à melancolia uma base teórica, social, médica e subjectiva (Roudinesco & Plon, 1997).

Numa perspectiva histórica da sintomatologia clínica, a melancolia foi durante séculos descrita através da teoria hipocrática dos quatro humores e desta feita era sinónima de *bílis negra*, vista como a doença da maturidade, do Outono e da Terra. No entanto e apesar de ser considerada sobretudo uma doença do ser humano adulto, não se coíbia de aparecer associada, de feição mais diluída, a outras fases da vida afirmando-se assim em todas as formas de expressão humana – a melancolia ligada, à alegria, ao riso, à Primavera, ou seja à infância (*o sangue*); a melancolia ligada ao fogo, ao furor, ao Verão, ou seja à adolescência (*a bílis amarela*); a melancolia ligada à inércia, à água, ao Inverno, ou seja à velhice (*a fleuma*).

No fim da Idade Média, a melancolia foi-se afastando da teoria dos humores de Hipócrates. Passou progressivamente a ser considerada numa perspectiva existencialista, uma tristeza sem causa aparente.

Foi já no séc. XIX, que a melancolia se passou a inscrever na emergência de um novo saber, o psiquiátrico. Para segundo plano passou, de certo modo, a sua descrição, expressão a partir dos apurados e subjectivos poemas e pensamentos filosóficos. Desta feita, a melancolia passou a obedecer a uma nova nosografia – do vocabulário técnico da psiquiatria – e a ter várias designações – Esquirol denominou-a de loucura circular; Falret aproximou-a da mania; Kraepelin integrou-a na loucura maníaco-depressiva (Idém, 1997).

No final do séc. XIX, aparece Freud interessado em estudar a melancolia não na perspectiva nosográfica vigente da psiquiatria, mas numa tentativa de lhe restituir a subjectividade que lhe cabia por inerência. Nos princípios do século XX aproxima-a do luto. Para Freud, o luto não era mais do que uma reacção à perda de um ente querido ou à perda de algo que ocupou o lugar de um ente querido, a partir da qual o sujeito teria de aprender a viver. Tratava-se portanto de uma reacção normal, que não necessitaria, para ser ultrapassada, de qualquer tipo de intervenção médica, na medida em que se tratava apenas de um empobrecimento temporário do mundo externo do sujeito. O processo do luto consistia basicamente em o sujeito conseguir internalizar a pessoa perdida, que tinha deixado de existir e para isso tornava-se essencial a retirada de toda e qualquer libido nas suas ligações com essa pessoa. Apesar de o sujeito nunca abandonar facilmente uma posição libidinal anteriormente estabelecida era espantoso, para Freud, como no luto essa tarefa penosa era aceite com naturalidade pelo sujeito (Freud, 1917).

Já na melancolia, descreveu não só um empobrecimento do mundo externo do sujeito, mas também um empobrecimento do próprio ego – *“incapaz de realização, desprovido de valor e moralmente desprezível”* (Idém, 1917, p.251). Pode dizer-se que a relação do melancólico com o ente perdido, enquanto objecto de amor, falhou, o que o impede, de certo modo, de ultrapassar a situação por si próprio – isto porque sabe quem é que perdeu, mas não sabe o que é que perdeu nesse alguém.

Assim, tanto no luto como na melancolia existe *“um desânimo penoso, uma perda de interesse pelo mundo externo, uma perda da capacidade de amar, (...) uma inibição de toda e qualquer actividade”* (Freud, 1917, p.250). Há contudo uma característica na melancolia que não se encontra presente no luto. Freud aludia à diminuição dos sentimentos de auto-estima, que resultam de uma insatisfação com o próprio ego no melancólico. Esta baixa na auto-estima estender-se-ia até ao passado do sujeito melancólico, visto este crer-se desde sempre um mau elemento. Poderia encontrar satisfação ao denegrir-se a si próprio e perante os outros – estas auto-recriminações que o melancólico faria, seriam muitas vezes recriminações feitas a um objecto amado, que deslocadas desse objecto incidiriam agora sobre o ego do sujeito. Esta atitude auto-recriminativa, auto-punitiva, – independentemente da sua veracidade – era tida por Freud, como pertencente a um indivíduo doente e ficaria a dever-se a uma ambivalência nas suas relações amorosas. Por um lado, sofreria pela perda efectiva do ente querido, por outro pela indução em si próprio sentimentos de culpabilidade advindos do desejo do seu desaparecimento (Idém, 1917).

No evoluir da teoria psicanalítica, muitos foram os autores que se debruçaram sobre a depressão e a melancolia.

Léon Grinberg (1978), fala da depressão ligada a afectos dolorosos, que constitui a resposta do sujeito a uma experiência de perda ou falha de realização.

A depressão estaria neste autor muito ligada a processos de luto e seria parte do processo psicopatológico desencadeado pela perda do objecto amado. Porém, esta perda significaria para a pessoa que a sofre ter de lidar em simultâneo com a ameaça de perda de funções do ego - implicadas na experiência de perda - e de partes do self ligadas a essa mesma perda. Assim, dever-se-ia ter em conta não só o luto correspondente à perda do objecto querido, mas também ao luto pelas partes do self do sujeito sucumbidas. Todas as perdas - sejam de um objecto ou de partes do self - poderiam levar o sujeito a pensar na impossibilidade de recuperação. Este sentimento de impotência conduzi-lo-ia a um sentimento de falha de amor-próprio ou falha de amor narcísico. Associado a este, encontraríamos sentimentos de abandono e sentimentos de diminuição da auto-estima, o que por sua vez promoveriam o assomar de uma ferida narcísica.

Importa destacar aqui a existência de dois tipos de narcisismo: um narcisismo útil, normal - onde o ego do sujeito tem a capacidade de recompensar e ser recompensado, bem como exercer uma função reparadora num processo de luto e de perda de partes do self; e um narcisismo patológico - onde a agressividade e a inveja perante o objecto e o self tomariam a dianteira. Por vezes, o ego do sujeito poderia não mais recuperar as suas partes perdidas no processo de luto, o que desencadearia intensas reacções depressivas (Idém, 1978).

A estas, na perspectiva do autor, estariam associados sentimentos de culpa. Poder-se-ia encontrar a culpa persecutória, ligada a um ego frágil no qual imperava um forte super-ego - o objecto tende a ser reparado de forma maníaca. Esta culpa aparece nos estados depressivos onde prevalecem a agressividade e a inveja. Grinberg associou-a à *posição esquizo-paranóide* de Melanie Klein (Klein, 1946). Por outro lado, poder-se-ia encontrar a culpa depressiva, que emerge de um ego mais maduro e melhor integrado onde existe um verdadeiro desejo de reparar o objecto.

É de referir também que o sujeito depressivo pode experimentar mudanças emocionais abruptas, que podem ir de uma tristeza penosa, a sentimentos persecutórios, agressivos e hostis (Grinberg, 1978).

Regra geral, o paciente depressivo terá, desde muito cedo na sua vida, passado por situações de perda e separação com as quais não foi capaz de lidar. Estas experiências seriam reactivadas ao longo da sua vida sempre que experimentasse novas perdas, o que aumentaria em larga medida a sensação de abandono, de vazio. Pode-se então afirmar que na base da estrutura depressiva do adulto se encontra a experiência de perda na criança, mais claramente na sua relação com a mãe - enquanto objecto de amor primário incapaz de conter as suas angústias - perda essa que instiga a criança à projecção de sentimentos dolorosos, marcados por uma grande intolerância à frustração (Grinberg, 1978).

Depressão Infantil

“Perturbação importante e durável do humor, que se manifesta essencialmente pela presença de tristeza, de perda ou de diminuição dos interesses habituais, baixa auto-estima, ideias mórbidas, que podem ser acompanhadas de ideias, ou mesmo tentativas de suicídio, bem como de manifestações somáticas: afrouxamento psicomotor, perturbações do sono, perturbações do apetite, etc” (Houzel, Emmanuelli e Moggio, 2004, p. 250).

Esta definição parece ilustrar de uma forma clara, ainda que generalista, os pressupostos a ter em conta para um diagnóstico atempado de uma perturbação precoce depressiva no bebé ou na criança pequena.

Todavia, a identificação diagnóstica da depressão infantil apresenta um elevado grau de dificuldade, sobretudo se tivermos como referência as classificações psiquiátricas vigentes (DSM-IV; ICD-10).

O principal obstáculo reside na variabilidade de expressão afectiva das crianças no quadro clínico da depressão. Nas crianças mais pequenas existe uma tendência maior a comportamentos inibitórios (desinvestimento, apatia) perante a invasão depressiva. Nas crianças mais velhas e adolescentes parece existir maior propensão a afectos massivos e penosos que se aproximam mais das formas clínicas dos adultos. Nestes últimos, o diagnóstico é estabelecido para 30 a 50% da população que recorre aos serviços de psiquiatria (dados da Organização Mundial de Saúde (Joffe, 1965).

A propensão da criança para não se consciencializar das suas experiências de vida negativas, em particular a tristeza e as perturbações da auto-estima,

dificultam de sobremaneira a aplicação dos critérios diagnósticos das classificações acima mencionadas. Para tornar a tarefa mais complexa, o quadro depressivo infantil é com frequência acompanhado por outros sintomas de tipo somático, funcional (perturbações de sono, alimentação, concentração), comportamentais, dificuldades escolares várias.

A criança depende das figuras que lhe prestam cuidados. Desde o nascimento à idade adulta evolui gradualmente de uma fase de dependência absoluta dos progenitores ou substitutos, para uma fase de interdependência adulta. Nesta caminhada o bebé deve ser confirmado e valorizado narcisicamente (Ferreira, 2000).

Torna-se por isso particularmente sensível às perdas, por separação ou morte, dessas figuras de referência, mormente a mãe. Ao desaparecimento (temporário ou definitivo) da figura de amor primário tenderia a responder com a depressão. Esta, seria o último reduto de esperança tendo em vista a preservação das pulsões de amor e, sobretudo, a esperança no reencontro com esta figura, ou outra substituta, para poder amar de novo e prosseguir o processo de desenvolvimento entretanto suspenso.

Consoante a fase de desenvolvimento – psicomotor e afectivo – em que se encontra aquando da ruptura (separação ou perda) relacional, com o objecto de amor primário, o bebé ou a criança pequena vai experienciar diferentemente núcleos depressivos específicos:

Seguindo uma grelha nosológica experimental proposta por Serge Lebovici poder-se-ia organizar a depressão infantil da forma como abaixo se apresenta (Idém, 2000, p. 278):

A- Nível pré-genital

- 1- Depressão Precoce
- 2- Depressão Primária
 - i. Depressão Anaclítica
 - ii. Depressão Branca
- 3- Depressão Fálica

B- Nível edipiano

- 4- Depressão Neurótica
- 5- Evolução depresssiva
- 6- Depressão da adolescência

Numa fase precoce, antes mesmo no nascimento o bebé *dialoga* com a mãe, reage a estímulos e através de mensagens recíprocas interage com ela. Com o nascimento, o bebé poder-se-á confrontar com o que Meltzer designou por *conflito estético* (1967) - afinal o mundo extra-uterino não seria tão belo. Para a mãe, o nascimento do bebé representaria o confronto do bebé imaginário com o bebé real e portanto um ponto de confirmação (ou não) narcísica; para o bebé, tratar-se-ia antes da “primeira rotura da onipotência narcísica” (Ferreira, 2000, p.281).

Falhas sistemáticas do objecto neste período poderão levar o bebé a desinteressar-se progressivamente pela vida e em última instância, desistir de viver. Falar-se-ia aqui de depressão precoce.

Entre o primeiro e o segundo anos de vida, o bebé experimenta vivências de afastamento e aproximações progressivas em relação ao objecto de amor primário (Mahler, 1967). Esta ligação objectal introjectada, ainda que dificilmente evocável (Matos, 2003), pressupõe um relativo equilíbrio narcísico da figura materna.

Se esta for *suficientemente boa* (Winnicott, 1975) aceita o desafio emancipatório do filho e promove naturalmente a sua autonomia. Se, por outro lado, se revelar abandonica/rejeitante enquistará o desenvolvimento psíquico da criança. Não *confirmará* assim a criança do ponto de vista narcísico.

Perturbações a este nível poderiam encaminhar a criança para uma depressão primária. A inibição e perda de interesse em explorar o mundo circundante, bem como a falha de cariz anal (prazer no controlo das fezes, enquanto modo principal de afirmação do Eu) revelariam o novo padrão relacional (ou antes, a-relacional).

No seio da depressão primária podemos enquadrar a depressão anaclítica, de Spitz (1946). Para este autor, uma criança que beneficiou de uma relação normal com a mãe, ao ser privada do afecto, ainda que parcialmente, poderá retroceder aquando do reencontro com a mesma. Distingue ainda depressão anaclítica de *hospitalismo*. Este teria lugar quando a separação da mãe

ultrapassasse cinco meses, sem restabelecimento da relação ou estabelecimento de uma relação alternativa, substitutiva.

O hospitalismo era diagnosticado, enquanto síndrome psicopatológico grave, nos anos 40 do século passado, quando se verificava a interdependência de três factores constitutivos: separação mãe-criança; carências institucionais; perturbações no seio da ligação mãe-criança (Houzel, Emmanuelli e Moggio, 2004). Este termo apareceu no ano de 1915 e baseava-se na observação de crianças institucionalizadas, com um contacto irregular ou ausência completa da figura materna e em que os prestadores de cuidados nesses serviços eram indiferenciados, i.e., não existiam na instituição *figuras de referência* para a criança.

Em 1948, dada a amplitude desta problemática Jonh Bowlby foi incumbido para levar a cabo uma investigação acerca das necessidades das crianças que crescem fora do lar. A partir deste trabalho revolucionário e controverso (punha em causa as políticas vigentes da altura de hospitalização de crianças pequenas) houve espaço para repensar o acolhimento institucional. Passou-se a dar maior ênfase às carências, intrafamiliares por um lado (que motivavam a institucionalização precoce) e por outro às carências institucionais (cuidados indiferenciados acima mencionados) na constituição psicopatológica da criança.

Nos dias de hoje o termo hospitalismo caiu em desuso. Fala-se antes em *síndrome de carência afectiva precoce* (Houzel, Emmanuelli e Moggio, 2004), uma vez que a preocupação de pensar a institucionalização precoce da criança passou a abranger não só as unidades hospitalares (cada vez menos) mas também todos os outros meios de acolhimento de crianças, como as Instituições de Solidariedade Social.

Na depressão anaclítica Spitz descreveu três fases distintas: fase de protesto; fase de desespero; fase da depressão na qual se nada for feito poderá levar à morte. Perante a destruturação interna, a criança encontra formas de reagir que se situam ao nível da analidade. Estas podem ser diversas – dada a fragilidade narcísica, mercê da débil internalização do objecto – desde comportamentos de inibição, submissão, a somatizações e outros distúrbios funcionais (perturbações alimentares e do sono). Podem também ser observados comportamentos agidos (impulsos destrutivos, birras constantes), de forma a combater a invasão depressiva (Spitz, 1946).

Saliente-se aqui a contribuição que Bowlby atribui à raiva da criança perante a ausência da mãe (1984). Quando a separação da mãe é temporária é comum a criança canalizar a sua raiva para a pessoa ausente, como que a adverti-la para os efeitos perniciosos da sua atitude. Assim, esta reacção intempestiva pode revelar-se de extrema utilidade (Coelho, 2004).

Quando a separação se torna repetida e ultrapassa o limiar do suportável, a raiva torna-se disfuncional: deixa de ser o “*desagrado quente da raiva, para adquirir a malevolência do rancor*” (Bowlby, 1984), p.307). O desespero toma lugar e a desorganização comportamental torna-se evidente (Coelho, 2004).

EXPOSIÇÃO DE CASOS

CASO 1.

Marcos, 8 anos

O Marcos, tem 8 anos de idade. Em Março de 2003, deu entrada num Centro de Acolhimento Temporário, com medida de promoção e protecção aplicada pelo Tribunal de Família e Menores de Lisboa. O motivo da institucionalização temporária ficou a dever-se à negligência nos cuidados básicos (alimentação, saúde, educação) prestados pela mãe, e suspeitas de abuso sexual por parte do companheiro desta.

Entrevista com mãe (dados recolhidos em duas sessões)

A mãe do Marcos, Jurema é de raça caucasiana e nacionalidade brasileira. Trata-se da terceira filha de uma fratria de seis (quatro raparigas e dois rapazes). Vem à entrevista pouco depois da hora combinada. Fisicamente é uma mulher de baixa estrutura, mas robusta, bem constituída. Ao primeiro contacto manifesta-se ansiosa, com um discurso desorganizado, pensamento lentificado e desordenado temporalmente. Estas características referentes ao discurso e ao pensamento mantêm-se ao longo de toda a entrevista.

Tem 40 anos de idade e viveu grande parte da sua vida em casa da mãe (de sessenta anos de idade), em Minas Gerais. Quando lhe perguntamos acerca da sua infância com os seus cinco irmãos, a Jurema emociona-se e não consegue expressar verbalmente mais nada além de *“eu não tive infância”*. Acrescenta depois que não teve qualquer contacto com o seu pai.

Aceita falar da sua vida apenas a partir dos 26 anos, altura em que conhece o companheiro que viria a ser o pai do Tiago, o seu primeiro filho. Este relacionamento não durou muito tempo *“por dificuldades de relacionamento”* entre o casal e resolveram separar-se. O Tiago foi deixado pela Jurema, aos cuidados do pai. A situação do jovem, actualmente com 13 anos, permanece inalterada.

Cinco anos mais tarde, Jurema de uma relação “fortuita” teve um novo filho, o Marcos, actualmente com 8 anos de idade. A mãe nunca chegou a viver com o pai do Marcos pois este *“não aceitou o filho, nem nunca quis saber dele”*.

Tinha o Marcos cerca de um ano de idade, quando a mãe inicia uma nova relação, da qual nasceu a Núbia. Esta menina, actualmente com 7 anos, vive com o pai e avós paternos.

Jurema diz não haver problemas com estes seus filhos *“com o Tiago e com a Núbia não há qualquer problema. A família deles (dos filhos) é boa gente.”*

Em 1999, vem sozinha para Portugal, em busca de uma vida *“financeiramente mais desafogada.”*

Passado algum tempo (que não sabe precisar) no nosso país conhece António, de 51 anos, com o qual estabelece nova relação. Com este novo companheiro, a Jurema teve duas meninas gémeas. Manteve-se como principal prestadora de cuidados das filhas até estas atingirem ano e meio de idade. Por dificuldades várias do casal e negligência grave na prestação de cuidados às filhas, é-lhes aplicada uma medida de acolhimento institucional de cariz temporário.

No presente ano Jurema conheceu um novo homem, o Fernando, com quem assumiu nova ligação. Pensam casar para o ano que vem.

Alguns aspectos a considerar:

a) Relação mãe-filho, nos primeiros tempos de vida da criança

A gravidez do Marcos não foi planeada pelos pais, mas foi bem aceite pela Jurema. O pai, como a própria referiu, não chegou sequer a conhecer o Marcos.

O parto decorreu sem problemas: cesariana, 9 meses: *“nasceu com 3Kg e qualquer coisa. Foi além das gémeas o mais pequenininho.”* Após o nascimento o Marcos fica entregue aos cuidados da mãe, avó materna e uma irmã da mãe, até aos seus 2 anos de vida. Viviam todas em casa da avó materna (o irmão mais velho de Jurema, por vezes *“passava lá umas temporadas”*).

Nestes primeiros tempos, Marcos não aparentava dificuldades. Foi amamentado a peito até cerca do meio ano, altura em que passou para o biberão: *“...houve um dia em que eu cheguei cansada do trabalho e fui dar o peito para ele. Aí, eu estava muito cansada e adormeci. Quando acordei do meu outro peito estava caindo leite para o olho do Marcos. Fiquei tão aflita e pensei, nossa senhora, será que matei o menino? Ele não estava a respirar, estava assim quietinho... quietinho... apanhei um susto...”*.

Não são relatados problemas ao nível do sono *“sempre foi um bebé muito tranquilo”*.

Do desenvolvimento psicomotor sabe-se que começou a andar ao ano de idade e quando a mãe veio viver para Portugal – tinha o Marcos dois anos – *“ainda usava fralda”*.

Em 1999, quando vem para Portugal tentar uma vida melhor, refere ter-lhe custado muito deixar o Marcos *“Ainda me lembro no aeroporto dizer: «oh*

meu filho, a mãe vai trabalhar, mas um dia vem-te buscar.» O Marcos não percebeu na altura que a mãe ia para fora por tanto tempo”. Acenou à mãe e ter-lhe-á dito adeus.

Em Portugal, Jurema consegue arranjar emprego num restaurante. Posteriormente saiu e empregou-se num outro, após o qual arranjou novo emprego numa pastelaria. Actualmente e de há 3 anos a esta parte encontra-se a trabalhar em empresa de limpezas.

Os contactos que teve com o Marcos durante os quatro anos seguintes foram através do telefone. Sustenta, porém ter mandado dinheiro para ajudar nas despesas do filho.

b) A vinda do Marcos para Lisboa

O reencontro da Jurema com o Marcos ficou a dever-se, segundo a própria, aos maus-tratos que lhe eram inflingidos por parte da avó e da tia: *“a minha mãe e a Gilda (tia) batiam tanto no Marcos que a polícia foi lá a casa porque andavam a dizer que o menino não era bem alimentado e o deixavam na rua à chuva. Aí, eu disse para mandarem para cá o menino. Eu mesma paguei a passagem dele. Quando chegou cá vinha magrinho, magrinho.”*

O Marcos e a Jurema estiveram sem se ver desde os 2 até aos 6 anos de idade da criança. Os contactos, esporádicos, eram feitos por telefone. O Marcos vinha muito assustado e aparentemente pensava que vinha a Portugal passar uns dias: *“eu tenho de ir embora porque tenho que cuidar da minha avó (...) achei que a senhora (Jurema) era mais velha...”*

c) Uma nova realidade familiar

Quando chegou à nova casa, em Portugal, o Marcos *“vinha tão cansado que dormiu cerca de três dias”*. Jurema refere ainda que quando o Marcos chegou a Lisboa, com 6 anos, as gêmeas tinham um mês de vida. Os primeiros tempos em Lisboa do Marcos foram muito complicados *“ele estava muito revoltado. Lembro-me de ir um dia ao pé dele fazer um carinho e ele deu-me uma pesada na barriga... ainda hoje me dói. Aí eu dei-lhe umas boas palmadas... eu ainda estava com os pontos da cesariana das meninas.”*

Em síntese, o Marcos ao chegar a Portugal veio encontrar uma família nova: uma mãe com duas filhas recém nascidas e o pai das meninas (António, 51 anos). Passaram a viver todos na casa do António: a mãe dormia na sala com as filhas e o António dormia no quarto com o Marcos: *“desde que eu ganhei as minhas filhas, eu deixei de dormir com o António.”* O ambiente familiar era muito mau, explica a Jurema: *“o António maltratava muito a gente. Batia muito em mim, estava sempre alcoolizado”*. A própria mãe do Marcos reconhece ter também problemas com o álcool: *“é verdade eu bebo... não tenho problema nenhum em admitir isso. Eu comecei a beber assim que soube de umas coisas do António. Bebia depois do trabalho. Às vezes eu alterava-me também com o Marcos. Eu dizia assim «a mãe vai para o trabalho e você vai para a escola, mas vem logo para casa depois da escola!» O Marcos desobedecia-me e chegava a casa tarde e todo sujo e eu aí passava-me, descontrolava-me e dava umas boas palmadas nele.”*

As *“coisas”* do António que supostamente levaram a Jurema a beber prenderam-se com os maus-tratos (físicos e psicológicos) que este terá infligido

à criança: *“sabe como é, a mãe é sempre a última a saber das coisas (...) o Marcos contou a um colega da escola que o pai – ele chama o António de pai – lhe punha a pilinha no ânus e fazia... pronto como fazia com a mãe. Nessa altura eu estava a passar uma crise muito grande, sabe como é com as meninas muito pequenas, trocar fraldas, dar peito, dar banho. Aí eu tentei apanhar ele em flagrante e comecei a desconfiar.”*

A este propósito a mãe refere um episódio em que o António – numa noite após chegar a casa alcoolizado e quando as crianças estavam já todas deitadas na sala consigo, inclusive o Marcos – pediu ao menino para ir dormir para o quarto dele. Jurema não deixou e ter-lhe-á dito que estava a saber de umas coisas (não precisou): *“estou sabendo de umas coisas de você com o Marcos. Eu nem quero pensar que isso possa ser verdade. É que se for eu te mato.”* Jurema refere que António *“corou muito e bateu”* tanto nela como no Marcos: *“bateu em mim com um murro, assim fechado e no Marcos com a mão aberta.”*

Jurema só teve conhecimento destas ocorrências (situação de abuso sexual) através de um agente policial da Escola segura. Este agente terá sido informado pela escola da situação do Marcos. A escola, por sua vez terá tomado conhecimento quando *“Marcos contou a um colega o que o António lhe fazia.”*

Nas férias do Verão passado (em 2003) o António levou a Jurema e as crianças à sua cidade natal, para que os seus pais pudessem conhecer as suas netas (gémeas). Durante os 15 dias que lá passaram a mãe dormia com as gémeas e o pai com o Marcos: *“eu pedia para ele (Marcos) vir para ao pé de mim, mas ele não queria e não vinha. Agora penso que alguém devia ameaçar ele.”*

Quando as gémeas tinham cerca de 7 meses, Jurema abandona António e vai viver para um *“anexo”* nos arredores de Lisboa com os filhos. Tratava-se de

uma pequena habitação com cozinha e casa de banho. A mãe passou a dormir então com o Marcos e as gémeas. Nesta altura conta uma situação que a deixou muito perturbada em que Marcos com *“a pilinha por trás”* dela começa a fazer o movimento da cópula: *“eu fiquei fora de mim e disse-lhe que isso não se faz com a mãe. Aí eu bati nele, até fiquei com a minha mão a arder...”*

Em Março de 2003 o Marcos foi acolhido como acima se referiu num Centro de Acolhimento temporário.

Jurema inicia entretanto um novo relacionamento com o Fernando, de 43 anos (empregado camarário). Com este novo relacionamento deixa o anexo onde vivia e mudou-se para casa do Fernando.

As filhas gémeas estão, segundo a progenitora a seu pedido, *“no colégio”*: *eu pedi ajuda para as pôr lá até resolver a minha situação com o António no tribunal. Ele nunca deu nada sequer para a alimentação das crianças. A sra. que falou comigo disse que era melhor as meninas ficarem lá, porque se o António fez mal ao Marcos, também podia fazer mal a elas.”*

Evolução:

Marcos iniciou um processo psicoterapêutico com periodicidade semanal.

As entrevistas com Jurema permitiram efectuar um pré-diagnóstico, por parte da equipa do Centro de Acolhimento Temporário (CAT) de uma incapacidade materna, decorrente de uma deficiente protecção e prestação de cuidados ao Marcos.

Contudo, para que se pudesse fundamentar um percurso de vida alternativo ao retorno do Marcos a casa da mãe biológica, o tribunal de família e

menores pede à equipa do CAT - o que à partida pode parecer paradoxal - que invista nesta relação. Segundo a Lei de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens em Risco nº147/99, de 1 de Setembro, dever-se-á privilegiar preferencialmente o meio natural de vida.

No caso específico, a mãe aparecia no CAT nos dias das visitas ao filho, reivindicava fins-de-semana do Marcos na sua casa. Aparentava pois estar a fazer um investimento afectivo na criança. Porém, na prática, a qualidade relacional nas visitas efectuadas, as promessas de presentes vários, de casa nova com piscina para o Marcos, equipamentos completos de futebol do Benfica, mobílias de quarto novas, iam sendo desacreditados pela falta de cumprimento reiterado. Em seis meses, de um pré-diagnóstico, foi possível fundamentar um diagnóstico claro de inaptidão materna, não só pelo desinvestimento actual da mãe no filho, mas também pela história pregressa de Jurema, como acima se referiu.

No que respeita ao António, graças aos depoimentos do Marcos e progenitora em sede própria, foi condenado a 5 anos de prisão efectiva.

O Marcos, apesar da sua idade, seguiu um processo de adopção e está hoje plenamente integrado na sua nova família.

Ainda que o retorno à família biológica não tenha sido possível, por inaptidão da mãe ao exercício da função materna, cuidadora (Ferreira, 2002), o capital da imagem maternal idealizada parece ter sido fundamental para o sucesso adaptativo da *enxertia* que se efectuou do Marcos na família adoptante.

DISCUSSÃO

Da entrevista a esta mãe foi possível perceber um percurso de vida familiar sinuoso, que começou na infância, sem um pai presente. Imaginamos nesse período Jurema com privações emocionais e afectivas de vária ordem. As referências à figura materna são também de cariz factual e desprovidas de conteúdo emocional. Resta-nos apenas a forma como o diz, essa sim amargurada, truculenta e mais uma vez factual.

Até aos 26 anos de idade as recordações são difíceis de verbalizar e não se consegue perceber quem foi Jurema, como cresceu *sem* infância. Acede falar do seu percurso de vida a partir dos seus 26 anos, altura em que começa o relacionamento com o pai do seu primeiro filho

Daí em diante, os filhos e as relações frágeis foram aparecendo em catadupa, como uma espécie de *acting-outs* permanentes, cinco destas relações deram origem aos seus cinco filhos.

Aos 31 anos conhece aquele que viria a ser o pai do Marcos. Este repete com Jurema o abandono que, na geração precedente, a sua mãe tinha também sido vítima. As mulheres que engravidam nesta família são abandonadas pelos respectivos companheiros. Isso mesmo poderá ter pensado Jurema. Nesta óptica, não seriam de estranhar dificuldades, desde o nascimento de Marcos, nas interacções diádicas mãe-filho. Nem tão pouco o desejo inconsciente da morte de Marcos veiculado no episódio da amamentação, descrito na entrevista com a mãe.

Marcos chega a Portugal aos seis anos, após separação da mãe aos dois. Vem sozinho, ao engano (julgava vir passar uns dias, a avó espera-o no Brasil) e não reconhece a mãe (“achei que a senhora era mais velha”).

Não é de estranhar que a sintomatologia depressiva, motivada pelo choque emocional de uma mudança abrupta, se revelasse de imediato (“vinha tão cansado que dormiu três dias”). A criança que inicia um processo de migração, não o decide por sua iniciativa. Contudo raramente parte só e em tão tenra idade. Apoiá-se nos principais prestadores de cuidados, muitas vezes as figuras parentais. Registe-se que Marcos, à data da chegada, com os seus seis anos se preparava para iniciar as aprendizagens escolares.

Em suma: migração forçada, sem preparação prévia; vinda para uma casa estranha (da mãe) onde passa a conviver com pessoas que afectivamente desconhece; a progenitora tinha há pouco sido mãe de gémeas e por isso revelava-se indisponível para cuidar de Marcos; ausência de prestador de cuidados alternativo, disposto a providenciar o suprimento de necessidades básicas de Marcos; companheiro da mãe alicia Marcos para práticas sexuais.

Difícilmente se poderia imaginar pior conjugação de factores. Porém, no país receptor, foi possível acolher esta criança e proporcionar-lhe um ambiente externo de segurança (Casa do Parque). As referências familiares de Marcos tinham ficado no país de origem (avó materna) pelo que coube às educadoras e auxiliares que com ele privaram diariamente a tentativa de suprir as suas necessidades afectivas, devolvendo-lhe alguma esperança.

Marco saiu então da letargia depressiva para revelar todas as suas potencialidade: surgiram os acessos de raiva, o descontrolo na escola, o baixo rendimento, as notas informativas semanais indicadoras do seu péssimo comportamento, as queixas de pais dos seus colegas de escola que exigiam medidas mais drásticas. Sucederam-se as reuniões com a professora. No CAT começava-se também a desesperar com as tropelias do jovem rebelde.

Quando, por decisão judicial, se definiu a adopção como alternativa à família biológica e sobretudo se decidiu pelo corte de visitas da progenitora ao Marcos foi então possível observar uma melhoria significativa do seu comportamento, que passou a ser suportável. As queixas da professora deixam de ser tão regulares e pôde trabalhar-se internamente a dinâmica dos seus afectos. Em terapia era já possível em contexto de jogo colocar os animais da quinta em luta com os animais selvagens: as partes boas e más do Marcos. Por vezes, o porco era já capaz de vencer o tigre. Os tropas iam também conquistando terreno aos rebeldes, numa agressividade mais controlada. Basicamente foi possível ao Marcos encontrar espaço interno para poder pensar os seus conflitos e integrá-los progressivamente.

O processo de adopção foi relativamente célere, a partir do momento em que Marcos conhece o casal seleccionado para o efeito. Dois meses depois, o Marcos em sessão de psicoterapia após terminar um desenho assinava orgulhosamente com o seu novo apelido.

CASO 2.

Sofia, 3 anos e 6 meses

A Sofia deu entrada no Centro de Acolhimento Temporário (CAT) Casa da Encosta, em Abril de 2004, com 3 anos e 6 meses de idade e medida de promoção e protecção aplicada pelo Tribunal de Família e Menores de Lisboa. O motivo da institucionalização ficou a dever-se ao encerramento compulsivo, por despacho ministerial, do CAT onde Sofia se encontrava anteriormente desde os 20 meses de idade, bem como ao comportamento aparentemente rejeitante de Sofia perante a proximidade física da mãe.

A Sofia é uma criança guineense, 5^a filha de uma fratria de cinco. Tem três irmãs mais velhas com 20, 15 e 7 anos de idade e um irmão de 5 anos. Dos irmãos sabe-se que vivem na Guiné e aparentemente bem. A irmã mais velha da Sofia tem já três filhos.

A mãe e o pai da Sofia casaram por acordo entre as suas famílias (prática comum na comunidade). Tinham respectivamente 15 e 30 anos de idade. O pai da Sofia tem mais duas mulheres, das quais tem também descendência.

A separação do casal aconteceu no período que se seguiu ao nascimento da Sofia (Outubro de 2000). A Sofia nasceu com uma fístula recto-vaginal congénita. Esta anomalia física necessitava de intervenção cirúrgico-pediátrica que não pôde ser assegurada pelos serviços da Junta Médica Nacional de Bissau. Após inúmeros apelos em diferentes Ministérios da República da Guiné-Bissau - de forma a obter autorização de saída e angariação de fundos para a viagem - mãe e Sofia chegam a Portugal.

Com 14 meses de vida, a Sofia dá entrada nas urgências do Hospital Dona Estefânia, afim de se proceder à intervenção cirúrgica. Durante o internamento (mês e meio) a Sofia esteve sempre acompanhada pela mãe.

Debelados os problemas de saúde, o retorno à Guiné não se efectivou. A mãe invocava problemas de relacionamento com o pai da Sofia, acrescidos das dificuldades sociais que o seu país na generalidade atravessa. Mãe e filha permanecem em Portugal num crescendo de dificuldades (sem visto de permanência e dificuldades económicas crescentes).

Sem suporte económico e afectivo no nosso país a mãe da Sofia procura apoio num centro de acolhimento para crianças.

Aos 20 meses e com autorização escrita da mãe a Sofia dá entrada no centro de acolhimento. Daí em diante a Sofia passa a contactar mensalmente a mãe na instituição. Esporadicamente vai passar alguns dias a casa da mãe.

Devido a irregularidades várias e por despacho ministerial é dada ordem de encerramento imediato ao referido centro. A mesma instância deu ainda um prazo de 48 horas para que, às cerca de 30 crianças que a instituição albergava, lhes fosse encontrada uma alternativa. Aos Serviços Sociais (ISSS), após avaliação célere de cada criança e respectivo agregado familiar, coube a decisão de confiar a criança à família (nuclear ou alargada) ou a um novo centro de acolhimento temporário.

No caso da Sofia, perante o comportamento aparentemente rejeitante da criança à mãe – vômitos, choro convulsivo, agressividade física manifesta (pontapés) – as técnicas de serviço social decidiram confiar a Sofia a novo centro de acolhimento.

Com 3 anos e seis meses a Sofia é acolhida na Casa da Encosta onde a conheci. Era uma criança bonita, com olhos grandes e expressivos. Aparentava um desenvolvimento físico adequado à idade. São observados eczemas espalhados pelo corpo, visíveis nos braços e pernas. A expressão verbal era difícil, entrecortada, contida, pobre. A face inibitória era o que a Sofia tinha, a princípio, a revelar.

Porém, com as outras crianças, adoptava muitas vezes uma postura agressiva, com confrontações constantes, gritos e choros convulsivos. As birras e a oposição às orientações das educadoras da Casa eram uma constante. O mundo interno da Sofia encontrava-se de facto longe da harmonia.

Após avaliação interdisciplinar elaborou-se o seguinte plano de intervenção: inclusão imediata da Sofia em jardim de infância; sessões semanais individuais de psicoterapia; visitas semanais da mãe à Sofia com mediação de elemento da equipa técnica; plano individual de estimulação precoce da Sofia nas áreas de desenvolvimento em que apresentava maiores dificuldades.

Num segundo momento (cerca de 6 meses após início da intervenção): as visitas da mãe passaram a acontecer três vezes por semana, com mediação técnica; nessas visitas a Sofia passou a partilhar a hora do lanche com a mãe, na cozinha da instituição às quais se juntava a própria cozinheira, também ela Guineense. Foram iniciadas visitas da Sofia a casa da mãe, com elemento da equipa técnica. As sessões de psicoterapia mantiveram a periodicidade semanal.

A. (Em psicoterapia)

As primeiras sessões com a Sofia

Uma tesoura e uma resma de papel. Foi este o material escolhido pela Sofia ao longo de várias sessões. O papel ficava feito em fanicos. Enquanto desempenhava esta tarefa a expressão facial mantinha-se impávida. Ombros descaídos, olhar vago, perdido na mesa de trabalho, qual operário fabril a desempenhar de modo maquinal, o que já antes tinha feito vezes sem conta.

B. (Contactos com a mãe)

Nos primeiros contactos com a mãe a Sofia era invadida por uma angústia extrema. Baixava a cabeça, olhava a espaços a mãe, explorava-a com o olhar, ainda que e sempre fugidio. Chorava muito, agarrava-se à educadora. Os desarranjos intestinais eram uma constante nestes encontros com episódios de flatulência constantes. Estes contactos causavam grande desassossego aos elementos da equipa que a eles assistiam. Num final da visita da mãe e num momento de maior acalmia perguntei à Sofia se achava que na próxima semana a mãe podia vir outra vez. A Sofia responde com uma pergunta “*ela pode vir amanhã?*”

É explicada à mãe a que se deve, no nosso entender, a zanga da Sofia.

A. (Em psicoterapia)

Ainda à tesourada...

...a Sofia começou a atribuir um *significado* aos pedaços de papel recortados. Eram presentes para as educadoras x, e y, outro para a Francisca, outro para o António, outros para a Rosa e para a Filipa (crianças da Casa da Encosta), outro ainda para o psicólogo.

Mais tarde recorta um pedaço e faz questão de o particularizar. Refere em surdina ser para a Bia (cozinheira africana da Casa da Encosta).

B. (Contactos com a mãe).

A *catarse* da Joana...

(Na sala das brincadeiras com Sofia, psicólogo e mãe). A mãe sentada no chão tenta aproximar-se mais da Sofia.

(mãe): *“Olha Sofia, deixa a mãe ver o livro que estás a ler.”*

(Sofia): *“Não, não deixo, não me chateies.”*

(mãe): *“Não queres que a mãe leia para ti.”*

(Sofia): *“Não, não gosto de ti... toma um pum.”*

(mãe): *“Porque é que não gostas da mãe, Sofia?”*

(Sofia): (...)

(mãe): *“Diz à mãe porque não gostas dela?”*

(Sofia): (aos berros) *“Porque eu não gosto de arroz com pipi. És feia... és má.”*

A mãe começa a rir e a meter-se com a Joana. Toca-lhe na perna.

(Sofia): *“Larga-me, ai a menina... dou-te uma lambada...”*

(mãe): *“Queres bater na mãe?”*

(Sofia): *“Cala-te... ai a menina.”*

A mãe pega no livro da Sofia. A Sofia dá à mãe um valente estalo.

A mãe levanta a mão para responder à Sofia de igual forma mas contém-se.

(mãe): *“Isso não se faz à mãe, Sofia.”*

(Sofia): (...)

Contém-se uma vez mais.

(mãe): *“A mãe gostava de te ler uma história...”*

A. (Em psicoterapia)

Início das produções artísticas...

A Sofia começa a desenhar. Casas rudimentares, no interior encontrávamos a Sofia e alguns peixes.

Elege para brincar *duas bonecas pretas* que veste e despe vezes sem conta os vestidos e demais acessórios. Partilham entre si os respectivos guarda-roupas.

B. (Contactos com a mãe).

A presença da mãe passa a ser tolerada pela Sofia. Passam a lanchar as duas na cozinha, com a Bia (cozinheira da Casa da Encosta). Nas visitas passamos a encontrar simultaneamente episódios de agressividade verbal para com a mãe e aproximações exploratórias do seu corpo. A Sofia percorre com as mãos os olhos, boca, nariz, orelhas da mãe.

A. (Em psicoterapia)

A mãe começa a ter um espaço nas suas produções artísticas. Desenha inúmeras casas. Revela dificuldades em esboçar um telhado. Proponho-lhe que peça à mãe na próxima visita que lhe faça um telhado para a sua casa.

B. (Contactos com a mãe).

A Sofia vai pela primeira vez a casa da mãe. Voltam os choros intensos e os desarranjos intestinais. Quer regressar de imediato à Casa da Encosta.

A. (Em psicoterapia)

Introduz-se nas sessões uma casa de bonecas. A Sofia adere com facilidade e introduz “as suas pretas” nas rotinas e gestão domésticas: fazem o almoço, dormem, vão à casa de banho. São estas as tarefas mais repetidas. Surpreendentemente as produções artísticas consistem agora em figuras humanas, palmeiras com flores que depois de meticulosamente recortadas são coladas no interior de uma casa previamente desenhada com telhado.

B. (Contactos com a mãe).

Combina-se uma nova ida a casa da mãe. Desta vez, ainda que inicialmente chorosa, a Sofia acalma-se e observa. Na casa numa divisão contígua ao quarto da mãe, vê um outro arranjado com uma cama nova, uma televisão ligada num canal de desenhos animados e alguns brinquedos, entre os quais um quadro de lousa e giz. A Sofia mantém-se contida, não dá mostras da mais pequena curiosidade. Não mexe, nem se aproxima de nada. No final da visita despede-se da mãe com um beijo e retorna ao carro rumo à Casa da

Encosta. Os elementos da equipa da Casa da Encosta retornam apreensivos, a Sofia reagiu com aparente indiferença perante sedução da mãe.

Porém, na viagem de regresso refere: *“Sabes, eu já não estou zangada com a minha mãe. Ela até já me arranjou um quadro amarelo com giz para eu escrever muitas coisas.”*

DISCUSSÃO

A partir do diagnóstico de depressão (anaclítica) identificaram-se as dificuldades possivelmente encontradas pela Sofia no seu percurso desenvolvimental.

A Sofia estava irritada, zangada não percebia bem era com o quê, nem porquê: deixa em sofrimento físico o país de origem com a mãe. No novo país são debelados os problemas de saúde que a apoquentam desde o nascimento. De seguida, reabilitada fisicamente, fica privada do contacto com a mãe.

A falha, de nível anal não parece ter comprometido a *ligação objectal introjectada* (Matos, 2003). Isso pareceu-nos mais claro nos primeiros contactos da Sofia com a mãe.

O trabalho da equipa estava assim em *confirmar narcisicamente* esta criança (Ferreira, 2000) *devolvendo-lhe* a sua mãe (Coelho, 2004), com um maior grau de comprometimento afectivo desta.

Da partilha da refeição (lanche) de ambas com um elemento *mediador* e facilitador de recordações (cozinheira Bia, africana) tornaram o processo de recobro mais simples. Foi essencial o trabalho de *maternage* efectuado com esta mãe em tempos (imaginámos nós) simplesmente funcional, pouco disponível,

por se encontrar, fantasiámos nós mais uma vez, ocupada em sobreviver e garantir a sobrevivência da Sofia.

Aos poucos foi aprendendo a brincar com a filha. Esta parecia aderir às brincadeiras, mas num momento seguinte mostrava-se desinteressada da mãe, como que, em tom de desafio redarguia: *tens que te esforçar mais que isso*.

O ponto de viragem para um gradual apaziguamento da revolta da Sofia ocorreu, para nós, quando a mãe pareceu entender o seu sofrimento ao aceitar a bofetada sem replicar, i.e., conteve a agressividade, não a devolvendo em espelho. Mais, disponibilizou-se de imediato, para, ainda assim, lhe contar uma história.

Um outro aspecto que convém frisar encontra-se associado às produções artísticas de Sofia, nomeadamente no que toca aos recortes e desenhos. Estes no seu conjunto foram dando corpo, à reconstrução gradual e retoma de uma narrativa, que tinha sido temporariamente suspensa.

Os recortes, na especificidade, passaram por três fases distintas: na primeira fase eram indiferenciados, automáticos, imediatos, eram simplesmente pedaços de folhas de papel, indiciadores de um caos interno e fragmentado que Sofia parecia vivenciar; na segunda, aos fragmentos Sofia passou a dar significados (prendas) e atribui-los, por ordem de relevância afectiva, às pessoas com as quais se começava a relacionar; no terceiro momento integra o recorte com os desenhos que passou a produzir: bonecas e plantas passam a ser desenhados e posteriormente recortados, para de seguida serem colados no interior de uma casa entretanto construída, erigida, com a ajuda da mãe.

Os desenhos, nomeadamente a construção de casas, com os respectivos telhados, revelavam-se para Sofia tarefas de extrema dificuldade. Pela sua mão

não conseguia concluir sem ajuda o telhado da sua casa. Contou para o efeito com o precioso auxílio da mãe, que, para além de a ensinar a desenhar telhados, flores, coqueiros e animais exóticos, foi conseguindo também acalmar e compreender a zanga interna da filha.

Por último, reportando-nos às instituições de acolhimento temporário, último reduto, onde se espera vir a encontrar crianças com figuras parentais minimamente capazes, torna-se vital – para a prestação de um serviço público valoroso – a aposta em técnicos cuidadores que se constituam como figuras de referência, privilegiadas em afecto.

CONCLUSÃO

Ao destacarmos a reflexão sobre os fenómenos inconscientes presentes no processo migratório como o objectivo principal desta investigação podemos constatar, como à partida se antevia, a complexidade da tarefa e a incompletude dos resultados, desde logo limitada pela abordagem metodológica escolhida.

Se por um lado, se limitaram as inferências por se tratar de um estudo de caso de intervenção/terapêutico não controlado, por outro, permitiu-se o enriquecimento da análise das vivências migratórias apresentadas. E, nas palavras de Elsa Lechner, “melhor compreendidos no lugar de si historicizável de cada indivíduo, entendido como ponto de cruzamento entre destino individual e história colectiva” (Idem, 2007, pp. 85).

Será a migração o repudiar ansioso ou agressivo do objecto de amor primário ou tão só uma manifestação saudável da plasticidade do ego? (Marlin, 1997). O que levará um sujeito a trocar um ambiente conhecido e espectável por outro à partida ansiogénico e nebuloso?

São de facto dilemas complexos que se colocam ao indivíduo migrante e não se coadunam com explicações ou compreensões simplificadas.

No que respeita à especificidade dos casos apresentados e pese embora a distância considerável (transatlântica) relativa aos respectivos países de origem, bem como aos desfechos completamente díspares, a história de vida das crianças apresentadas não deixam de ter aspectos que as aproximam:

Brasil, país de origem de Marcos e Guiné-Bissau, país de origem de Sofia, fazem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Logo, nos seus percursos migratórios forçados a língua não foi à partida factor de exclusão, para além de se tratar de países com laços históricos a Portugal. A partilha de uma língua comum pôde assim disfarçar um período de luto e readaptação naturais ao processo.

Marcos cresceu no seio de uma família pobre – nos aspectos psico-socio-afectivos – num estado brasileiro rico, de Minas Gerais. Tem aproximadamente a dimensão geográfica da França.

Sofia nasceu – no seio de uma família pobre, do ponto de vista social, e aparentemente rica, do ponto de vista psico-afectivo – em Bissau, capital de um país africano pobre, cuja economia depende em larga medida dos sectores ligados à agricultura e pesca.

A migração forçada de ambos aos seis anos (Marcos) e 14 meses (Sofia), ficou a dever-se, numa análise macro, às dificuldades económicas e sociais pelas quais passavam as respectivas famílias.

Numa análise micro, da história de vida individual, os percursos divergem significativamente.

Marcos parte só, aos seis anos e vem para Portugal ao engano. Julgava vir apenas passar uns dias a Portugal, com uma mãe que não via há quatro anos e da qual não se recordava já. Ter-lhe-iam dito que voltaria passados uns dias para junto da avó materna.

Sofia vem com a mãe aos 14 meses. Mãe e filha passam juntas a fase inicial de adaptação ao novo país.

Os primeiros tempos de Marcos e Sofia foram bastantes conturbados no nosso país. Ambos passam por uma série de descontinuidades:

I) Marcos encontra uma nova família (progenitora, companheiro e filhas de ambos recém nascidas). A figura maternal que deveria cuidar e conter foi apenas capaz de punir. O desencontro é notório logo na chegada ao aeroporto. Mãe e filho não se reconhecem. Alguns meses mais tarde, por negligências e maus-tratos de vária ordem, Marcos é retirado pelo tribunal de menores a esta família.

Síntese: migração forçada, sem preparação prévia; incapacidade materna para acolher as suas ansiedades e necessidades básicas; figura masculina adulta perturbadora do seu desenvolvimento psíquico normal;

II) Sofia juntamente com a mãe quiseram permanecer em Portugal, mesmo após resolução dos problemas de saúde da menor. Ainda que a situação ilegal em Portugal fosse uma grave contrariedade, optaram por este país à conturbada Guiné-Bissau, acoçada por uma guerra civil entre 1998 e 1999.

Porém, passados cinco meses após alta clínica hospitalar Sofia é entregue pela mãe, a uma instituição de apoio a crianças para que dela se ocupe temporariamente. Tinha então 20 meses e a mãe vivia em condições sub-humanas num bairro clandestino e periférico de Lisboa

Síntese – migração forçada; recuperação de problema de saúde físico de malformação; dificuldades psico-socio-económicas;

indisponibilidade temporária da progenitora para fazer face às ansiedades e necessidades básicas.

Ao recordarmos o pensamento de Riccoeur¹⁵ podemos imaginar que Marcos e Sofia tenham experimentado um sentimento de desrealização, de não serem, ou sequer pertencerem a parte/coisa alguma. Esse sentimento poderá ser tanto ou mais exacerbado quanto maior for o afastamento físico e psíquico das figuras alegadamente cuidadoras primárias (os pais).

Se o sentimento de continuidade e unidade, perante mudanças catastróficas (Bion, 1970) parece ter sido abalado, o mesmo será dizer que a identidade (subjativa), garante da coesão identitária foi posta em causa (Houzel, Emmanuelli & Moggio, 2004). Estamos convictos que as situações limite a que ambos foram sujeitos poderiam colocar em risco a sua sobrevivência psíquica.

Um aspecto absolutamente vital a considerar: as crianças ou bebés pequenos podem ser significativamente afectadas num processo migratório. Para o efeito depende a maior ou menor destabilização das estruturas psíquicas de quem deles cuidam e isso foi algo bastante evidente nos casos em análise.

Assim, após um primeiro momento migratório e profundamente disruptivo no nosso país, são albergados em Centros de Acolhimento Temporários, o que representou um novo reajustamento emocional.

Ainda que a nova organização externa lhes tenha proporcionado segurança e bem-estar, nomeadamente no que aos cuidados básicos diz respeito, a raiva, a zanga surgem perante um percurso que não entendem, o que

¹⁵ Segundo o qual o sujeito deixa de ser o que foi, sem, contudo, deixar de ser o mesmo (Riccoeur, 1990).

se torna temporariamente insuportável. A dor perante a perda das figuras de referência, o corte com um ambiente outrora familiar torna-se de difícil convivência.

Sofia desfaz maquinalmente folhas de papel que vai recortando indiscriminadamente, agride colegas, coloca-se em disputas infrutíferas com outros meninos do Centro; Marcos distribui pontapés pelos educadores e grupo de pares e torna-se um pequeno ditador na sua escola.

Com as figuras parentais indisponíveis, para um processo de adaptação gradual, construtivo, coube à comunidade receptora a assumpção de um papel fundamental na integração destas crianças migrantes.

Do estranho e desconhecido, ao próximo e espectável, eis a transformação necessária. Nesse processo Marcos e Sofia foram acompanhados nos referidos centros de acolhimento, que se constituíram como espaços organizadores externos, promotores de uma crescente reestruturação interna.

Aqui, a noção de um espaço com delimitações claras e funcionais – tanto no psiquismo das crianças, como entre estas e o mundo externo – adquire uma importância crucial para o desenvolvimento e crescimento pessoal dos menores. Paralelamente, torna-se também fundamental, para o alargamento/plasticidade desse espaço e fortalecimento dos seus limites, o estabelecimento de uma dinâmica interactiva entre o dentro e o fora, i.e., entre os mecanismos projectivos e introjectivos (Pérez-Sánchez, 1996).

Subjazem a esta concepção uma outra de Wilfred Bion (continente-conteúdo): assim, o processo de integração e desenvolvimento pleno destas crianças migrantes, a que Akhtar designou por 3ª individuação (1999), consistiu

provavelmente na adaptação do continente-receptor (centro de acolhimento, grupo de pares, comunidade) ao conteúdo-ideia nova (criança estrangeira) numa relação biunívoca (Bion, 1970).

Neste sentido, ao pensarmos a instituição enquanto estrutura continente terapêutica, torna-se função da mesma a integração das experiências emocionais das crianças (Pérez-Sánchez, 1996). Para o efeito, deverá ser capaz de suportar os impactos (não sustidos) agressivos projectados pelo menor, e de seguida, encontrar estratégias, em contexto assistencial, para devolver à criança os conteúdos projectados, mas desta feita passíveis de, por esta, serem assimilados.

Esta função ao tornar-se consistente e prolongada no tempo proporcionará à criança o estabelecimento de vínculos com a instituição (profissionais envolvidos), essenciais à reparação, reconstrução do seu mundo interno e consequente readaptação social¹⁶.

A institucionalização neste sentido, constitui-se recorrentemente, para a criança migrada e respectivo agregado familiar, como a única forma de sobrevivência psico-social, no país de acolhimento que, a médio prazo, poderá auxiliar à sua integração plena.

¹⁶ Fala-se aqui do que Pérez-Sánchez designou por *estrutura terapêutica assistencial* (1996).

Em jeito de síntese, como Grinberg (2004) sustentou, as crianças são sempre exiladas num processo migratório, nunca são quem decide migrar. Quando as instâncias protectoras basilares, os progenitores, ou substitutos sucumbem, por motivos diversos, no apoio às crianças pequenas o processo de construção identitário é abalado.

Ao pensarmos nos conflitos pregressos não resolvidos no percurso desenvolvimental, dos pais e gerações precedentes das famílias do Marcos e Sofia, o tipo de relação que esses elementos foram capazes de estabelecer com os seus objectos internos, as fantasias inerentes ao iniciar um percurso de migração, estar-se-á mais próximo da enormidade de factores e correlações que afectam o sucesso para quem escolhe trilhar esse caminho (Akhtar, 1999). Daí a importância fundamental de analisar e compreender, como aqui se tentou desafortunadamente fazer, a história de vida do Marcos e Sofia naquilo que ela tem de único, a sua intersubjectividade.

Foi esse o ponto-chave, de partida com que se iniciou esta abordagem psicoterapêutica, no âmbito de uma relação empática. Com vista à compreensão de um percurso de vida, prematuramente sinuoso, mas com possibilidades, *à posteriori*, de acesso pleno à maturação das suas capacidades.

Como Serge Trefaut refere no seu filme, *Os lisboetas* (2004), o país e a cidade entraram num processo de transformação sem retorno possível. O acolhimento e integração dos sujeitos nascidos noutros países que procuram o nosso para viver, como cidadãos de pleno direito, dever-se-ão aprimorar, sob pena de tornar o ambiente em torno da população migrante saturado.

Ao recordarmos Clifford Geertz (1973) e o conceito resultante das suas investigações antropológicas, de *reinos não formalizados*, podemos pensar que as decisões, relativas à recepção de um outro novo que chega depende essencialmente do modo como fomos capazes de nos sensibilizar para o fenómeno de acolhimento ao migrante. Na maioria das vezes e de modo mais ou menos consciente pensar-se-á que quem vem de fora virá ou para *usurpar o que é nosso* ou, numa perspectiva mais messiânica, salvar-nos dos males que padecemos (Akhtar, 1999).

Parece ser essencialmente um problema de *consciência colectiva* (Durheim, 1893) que se poderá ir desmistificando ao focalizarmos as particularidades das histórias de vida únicas e irrepetíveis dos Marcos e Sofias que todos os anos chegam ao nosso país.

Anexo I

Tabelas

(TODOS OS NUMEROS EM MILHARES)	PORTUGAL	ESPAÑA	ITÁLIA	GRÉCIA
População total (milhões).....	10,0	39,1	57,0	10,3
Imigrantes com autorizações.....	190	900	1 250	450
Dos quais com autorizações da EU	50	380	150	200
Imigrantes ilegais (estimativa média).....	100	350	260	420
Total de Imigrantes (estimado).....	290	1 250	1 510	870
Dos quais, não pertencentes à EU	240	800	1 330	600
Todos Imigrantes, como % da pop. total.....	2,9	3,2	2,7	8,4
Não pertencentes à EU, como % da pop. total...	2,4	2,0	2,3	5,8

Tabela 1. Imigrantes no Sul da Europa – Fonte: (Baldwin-Edwards, 2002, p.29)

PORTUGAL		ESPAÑA		ITÁLIA	
Cabo Verde	22,9	Marrocos	22,3	Marrocos	11,5
Brasil	10,9	Reino Unido	8,3	Albânia	10,2
Angola	9,3	Alemanha	6,8	Roménia	5,0
Guiné-Bissau	7,4	França	4,7	Filipinas	4,7
Reino Unido	7,0	Portugal	4,7	China	4,3
Espanha	5,8	Equador	3,5	EUA	3,4
Alemanha	5,0	Itália	3,5	Tunísia	3,3
EUA	4,2	China	3,2	Jugoslávia	2,9
França	3,4	Perú	3,1	Senegal	2,8
S. Tomé	2,5	Rep. Dominicana	3,0	Alemanha	2,7
Moçambique	2,4	Colômbia	2,8	Sri Lanka	2,4
China	1,5	Cuba	2,1	Egipto	2,4
		Holanda	1,9	Polónia	2,3
		Argentina	1,9	Índia	2,2
		Argélia	1,6	Perú	2,2
		EUA	1,5	França	1,9
		Filipinas	1,5	Reino Unido	1,7
		Bélgica	1,5	Macedónia	1,6
				Bangladesh	1,5

Tabela 2. Nacionalidades dos imigrantes no Sul da Europa (King & Ribas-Mateos, 2005)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Austria	59,2	72,4	66,0	74,8	92,6	97,2	108,9	101,5
Belgium	51,9	49,2	50,7	57,8	57,3	66,0	70,2	68,8	72,4	77,4
Czech Republic	7,4	9,9	7,9	6,8	4,2	11,3	43,6	57,4	50,8	58,6
Denmark	24,7	20,4	21,3	20,3	22,9	25,2	22,0	18,7	18,8	..
Estonia	7,5	8,1	8,3	7,9	9,1	11,0	10,0	9,4	11,5	12,7
Germany	708,0	615,3	605,5	673,9	648,8	685,3	658,3	601,8	602,2	579,3
Hungary	13,7	13,3	16,1	20,2	20,2	20,3	18,0	19,4	22,2	18,8
Iran	225,4	274,8	265,5	281,9	345,8	351,2	343,8	373,9	372,0	372,3
Luxembourg	9,2	9,4	10,6	11,8	10,8	11,1	11,0	11,5	12,5	13,5
Netherlands	77,2	76,7	81,7	78,4	91,4	94,5	86,6	73,6	65,1	63,4
Norway	17,2	22,0	26,7	32,2	27,8	25,4	30,8	26,8	27,9	31,4
Slovak Republic	5,4	6,1	6,4	5,9	4,6	4,7	4,8	4,6	7,9	7,7
Spain	57,2	99,1	330,9	394,0	443,1	429,5	645,8	682,7
Sweden	29,3	33,4	35,7	34,6	42,6	44,1	47,6	48,0	47,6	51,3
Switzerland	74,3	70,1	72,4	83,4	85,6	99,5	97,6	90,6	96,3	94,4
<i>Flow data based on residence permits or on other sources:</i>										
Australia
Permanent inflows	115,7	101,0	92,4	101,6	114,6	138,3	119,8	130,2	150,7	167,3
Temporary inflows	130,2	147,1	173,2	194,1	224,0	245,1	240,5	244,7	261,6	289,4
Canada
Permanent inflows	226,1	216,0	174,2	190,0	227,5	250,6	229,0	221,4	235,8	262,2
Temporary inflows	186,9	194,5	198,6	233,0	261,4	282,4	262,3	243,7	244,7	247,1
France	48,4	74,5	110,7	82,9	92,2	106,8	124,0	135,1	140,0	134,8
Greece	38,2
Ireland	21,5	23,7	21,7	22,2	27,8	32,7	39,9	33,0	33,2	51,0
Italy	111,0	268,0	271,5	232,8	388,1	..	319,3	..
Japan	185,4	172,5	170,9	178,3	188,8	266,3
Mexico	29,2	27,1	25,3	22,7	24,2	26,1	24,6	29,1	34,0	39,5
New Zealand	42,7	32,9	27,4	31,0	37,6	54,4	47,5	43,0	36,2	54,1
Poland	5,2	17,3	15,9	21,5	30,2	30,3	36,9	38,5
Portugal	3,6	3,3	6,5	10,5	15,9	151,4	72,0	31,8	34,1	28,1
Turkey	168,1	161,2	157,6	152,2	155,5	131,6
United Kingdom	224,2	237,2	287,3	337,4	379,3	373,3	418,2	406,8	494,1	473,8
United States
Permanent inflows	915,6	797,8	653,2	644,8	841,0	1 058,9	1 059,4	703,5	957,9	1 122,4
Temporary inflows	..	999,6	997,3	106,6	1 249,4	1 375,1	1 282,6	1 233,4	1 299,3	1 323,5
EU-25 (among above countries)	1	1
+ Norway and Switzerland	602,2	943,0	2 224,9	2 485,8	2 708,6	2 194,2	2 847,6	2 518,8
North America (permanent)	141,6	013,9	827,4	834,7	1 068,5	1 309,5	1 288,4	924,9	1 193,7	1 384,6

Tabela 3. Chegada de população estrangeira aos países da OCDE (OCDE, 2007)

Referências bibliográficas

- Alexander, F., French, T. M. & Cols. (1946). *Psychoanalytic Therapy: Principles and Application*. New York: Ronald Press
- Altman, L. L. (1977). Some vicissitudes of love. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 95, 35–52.
- Amaral Dias, C. (1988). *Para uma Psicanálise da Relação*. Porto: Ed. Afrontamento.
- Akhtar, S. (1999). *Immigration and Identity: Turmoil, treatment and transformation*. London: Jason Aronson inc.
- Atchotegui, J. (2004). Immigrants living in extreme situation: imigrant syndrome with chronic and multiple stress (the Ulysses Syndrome). *Journal "Norte" of the Spanish Association of Neuropsychiatry*, Vol. VII, 21, 39–53.
- Baldwin-Edwards, M. (2002). *Semi-reluctant hosts: Southern Europe's ambivalent response to immigration*. Glencoe: Free Press.
- Barreto & Cols. (2005). *Globalização e Migrações*. Lisboa: ICS.

Bergmann, A. (1980). Ours, yours, mine. In R. F. Lax, S. Bach & J. A. Burland (Eds.), *Rapprochement: the critical subphase of separation-individuation* (pp. 199–216). New York: Jason Aronson.

Berry, J. (1984). *Cultural relations in plural societies*. New York: Academic Press.

Bick, E. (1968). The experience of skin in early objecto relations. *International Journal of Psycho-anal.*, 49, 2–3.

Bion, W. R. (1962). *Learning from experience*. London: Karnac books.

Bion, W. R. (1963). *Elements of Psycho-Analysis*. London: W. Heinemann.

Bion, W. R. (1965). *Transformations*. London: W. Heinemann.

Bion, W. R. (1967). *Estudos psicanalíticos revisados*. Rio de Janeiro: Imago ed., 3.^a ed., 1994.

Bion, W. R. (1970). *Attention and interpretation*. London: Tavistock publications.

Blanck-Cereijido, F. (2005). Del exílio. Psicoanalistas rioplatenses radicados en Mexico, [Psiconet.com](http://psiconet.com). [na internet]. Disponível em: <http://psiconet.com/mexico/articulos/art19.htm>

Blos, P. (1967). The second individuation process of adolescence. *Psychoanalytic Study of the Child* 22, 162–186. New York: International University Press.

Bonovitz, J., & Ergas, R. (1998). The affective experience of the child immigrant: issues of loss and mourning. *Mind and Human Interaction*, 10, 15–25.

Borjas, G. J. (1989). Economic theory and International Migration. *International Migration Review Special Silver Anniversary Issue*, 23, 457–485.

Bourhis, R., Moise, L., Perrault, S., & Snécal, S. (1997). Towards an interactive acculturation model : a social psychological approach. *International Journal of Psychology*, 32, 369–386.

Bowlby, (1961). "Separation anxiety. A critical review of the literature". *Journal of child psychology and psychiatry* 1:251–269. Reproduzido em *Separação* (J. Bowlby ed.), 1984. São Paulo: Martins Fontes, 389–411.

Boyle, P., Halfacree, K., & Robinson, V. (1998). *Exploring contemporary migration*. Essex: Longman.

Braconnier, A. (2000). *Psicologia dinâmica e psicanálise*. Lisboa: Climepsi editores. (Obra original publicada em 1998)

Brazelton, T. B., & Cramer, B. (1989/1993). *A relação mais precoce*. Lisboa: Terramar.

Carlin, J. (1999). Refugee and immigration populations at special risk. In W. H. Holtzman and T.H. Bornemann (Eds.), *Mental Health of Immigrants and Refugees* (pp. 224–233). Austin TX : University of Texas Press.

Castells, M. (1996). *The rise of the network society*. Oxford: Blackwells.

Castles, S. (1999). International Migration and the Global Agenda: Reflections on the UN Technical Symposium. *International Migration* 37 (1), 5–19.

Castles, S. (2002a). *Estudar as Transformações Sociais*. Lisboa: Problemas e Práticas.

Castles, S. (2002b). The International politics of forced migration. In Leys, C., Panitch, L. (eds.), *Fighting Identities: Race, Religion and Ethno-Nationalism*. *The Socialist Register* (pp. 172–192). Londres: Merlin Press.

Castles, S. (2005). *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Lisboa: Fim de Século.

Chambers, I. (1994). *Migration, cultura, identidad*. Buenos Aires: Amorrortu editores.

Coelho, R. (2004). *Depressão: perspectiva psicodinâmica*. Lisboa: Lidel.

Cohen, R. (1987). *The new Helots: Migrants in the International Division of Labour*. Aldershot: Avebury.

Cohen, R. (2005). Globalização, migração internacional e cosmopolitismo quotidiano. In Barreto et al (Eds.) *Globalização e Migrações* (pp. 25– 43). Lisboa: ICS.

Cordioli, A. V., Wagner, C. J. P., & Cechin, E. M. (1993). Psicoterapia de apoio. In Arsitides Volpato Cordioli (Ed.), *Psicoterapias, abordagens actuais* (pp. 104–117). Porto Alegre: Artes médicas.

Darwin, C. (2006). *On the origin of species: By means of natural selection*. New York. Dover Thrift editions. (original publicado em 1859)

Decreto-lei nº 368/2007 que define o regime especial de concessão de autorização de residência a vítimas de tráfico de pessoas. (2007, Novembro 5). *Diário da República*, I Série, pp. 8008.

Lei nº 147/99 de protecção a Crianças e Jovens em perigo. (1999, Setembro 1). *Diário da República*, I Série A, pp. 6115–6132.

Lei nº 166/99 Tutelar educativa. (1999, Setembro, 14). *Diário da República*, I Série A, pp. 6320–6351).

Lei nº 23/2007 que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros em território nacional. (2007, Junho 4). *Diário da República*, I Série, pp. 4290–4330.

Devereux, G. (1968). L' image de l' enfant dans deux tribus : Mohave et Sedang. *Revue de Neuropsychiatrie infantile et d' hygiène mentale de l' enfant*, 4, 25–35.

Durkheim, E. (1995). *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins fontes (original publicado em Francês em 1893).

Elovitz, P. H., & Kahn, C. (1997). *Immigrant Experiences: Personal Narrative and Psychological Analysis*. Cranbury, NJ : Associated University Press.

Erikson, E. (1959). *Childhood and Society*. Boston: Little Brown.

Faist, T. (2000). Transnationalization in intercultural migration: implications for the study of citizenship and culture. *Ethnic and Racial Studies* 23 (2), 189–222.

Ferreira, T. (2002). *Em defesa da criança: teoria e prática psicanalítica da infância*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Fotakis, C. (2003). Imigração: debate sobre a política de imigração na União Europeia. *Cadernos Sociedade do Trabalho*, 3, 13–28.

Freud, S. (1996). Sobre o Narcisismo: uma introdução. In J. Strachey (Ed. e Trad.), Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud (vol. 14, pp. 75–108). Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 1914).

Freud, S. (1996). Luto e Melancolia. In J. Strachey (Ed. e Trad.), Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud (vol. 14, pp. 243–264). Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 1917a).

Freud, S. (1996). O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais. In J. Strachey (Ed. e Trad.), Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud (vol. 16, pp. 325–342). Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 1917b).

Freud, S. (1996). Psicologia de grupo e análise do ego. In J. Strachey (Ed. e Trad.), Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud (vol. 18, pp. 79–154). Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 1921).

Freud, S. (1996). O Ego e o Id. In J. Strachey (Ed. e Trad.), Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud (vol. 19, pp. 33–40). Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 1923).

Freud, S. (1996). Discurso perante a Sociedade B´Nai B´rith. In J. Strachey (Ed. e Trad.), Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud (vol. 20, pp. 261–266). Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 1926).

Geertz, C. (1973). *The interpretation of cultures*. New York: Basic Books.

Genouvrier, E. (1986). *Naitre en Français*. Paris: Larousse.

Grinberg, L., & Grinberg, R. (1998). *Identidade e Mudança*. Lisboa: Climepsi editores. (Obra original publicada em 1976)

Grinberg, L., & Grinberg, R. (2004). *Migração e exílio, estudo psicanalítico*. Lisboa: Climepsi editores. (Obra original publicada em 1996)

Grinberg, L. (1978). The razors edge in depression and mourning. International Journal of Psycho–Analysis, 59, 245–254.

Guerra, V. A. (1985). *Violência de pais contra filhos: procuram–se vítimas*. São Paulo: Cortez Ed.

Guralnick, M. J. (1997). Second generation research in the field of early intervention. In M. J. Guralnick (Ed.), *The effectiveness of early intervention* (pp. 3–20). Baltimore: Paul H. Brooks.

Hartmann, H. (1959). Comments on the psychoanalytic theory of the ego. In *Essays on Ego Psychology*, pp. 113–141. New York: International University Press.

Harvey, D. (1989). *The condition of post-modernity*. Oxford: Blackwell.

Houzel, D., Emmanuelli, M., & Moggio, F. (2004). *Dicionário de Psicopatologia da Criança e do Adolescente*. Lisboa: Climepsi editores. (Obra original publicada em 2000)

Hugo, G. (1998). The demographic underpinnings of current and future international migration in Asia. *Asian and Pacific Migration Journal*, 7(1), 1–25.

Joffe, W. G. (1965). Notes on the childhood depression. International Journal of Psycho-Analysis, 46, 88–96.

Kafka, F. (1926/2006). *O Castelo*. Lisboa: Relógio de Água. (Tradução do original em Alemão Das Schloß. Frankfurt: Pasley & Verlag, 1926)

Kastoryano, R. (2005). Participação e cidadania transnacionais: os imigrantes na União Europeia. In Barreto et al (Eds.), *Globalização e Migrações*. (pp. 145–167). Lisboa: ICS.

Kernberg, O. F. (1967). Borderline personality organization. Journal of the American Psychoanalytic Association, 15, 641–685.

Kernberg, O. F. (1975). *Borderline conditions and pathological narcissism*. New York: Jason Aronson.

Kernberg, O. F. (1995). *Transtornos graves de personalidade: estratégias psicoterapêuticas*. Porto Alegre: Artes médicas. (Obra original publicada 1981)

King, R., & Ribas-Mateos, N. (2005). Migração internacional e globalização no Mediterrâneo: o modelo do Sul da Europa. In Barreto et al (Eds.), *Globalização e Migrações*. (pp. 191–221). Lisboa: ICS.

Klein, M. (1991). [Inveja e Gratidão e outro trabalhos (1946–1963)] (Liana Pinto Chaves, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Tradução do original publicado em inglês *Envy and gratitude and other Works*. Londres: Hogarth, 1975)

Kratochwill, T., Mott, S., & Dodson, C. (1984). Estudio de caso e investigación de caso único en psicología clínica y aplicada. In A. Bellack, & M. Hersen (Eds.), *Metodos de investigación en psicología clínica* (pp. 63–113). Bilbao: Desclee De Brouwer.

Kritz, M. M., Lin, L. L., & Zlotnik, H. (1992). *International Migration Systems: a Global Approach*. Oxford: Clarendon Press.

Krystal, H. & Petty, T. A. (1963). Dynamics of adjustment to migration. In *Proceedings of the III World congress os Psychiatry and Psychiatry Quarterly Supplement, 37*, 118-133.

Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (1970). *Vocabulário da Psicanálise*. Lisboa: Moraes editores. (Obra original publicada em 1967)

Leal, I. (1999). *Entrevista clínica e psicoterapia de apoio*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Leitão, J. (1997). *A política de imigração portuguesa e a ordem Europeia*. Oeiras: Celta.

Lichtenstein, H. (1961). Identity and sexuality: a study of their inter-relationship in man. *Journal of the American Psychoanalytic Association, 9*, 179-260.

Lumley, H. (2000). *L'Homme premier. Pré-histoire, évolution, culture*. Paris: Odile Jacob.

Mahler, M. S. (1967). On human symbiosis and vicissitudes of individuation. *Journal of American Psychoanalytic Association*, 15, 740–763.

Mahler, M. S., Pine, F., & Bergman, A. (1975). *The Psychological Birth of the Human Infant*. New York: Basic Books.

Mahler, M. (1967). “Sobre a simbiose humana e as vicissitudes da individuação”. Em *O processo de separação-individuação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982, 35–45.

Maalouf, A. (2002). *As identidades assassinas*. Lisboa: DIFEL. (Obra original publicada 1998)

Marlin, O. (1997). Fleing toward the new and yearning for the old. In *Immigrant Experiences: Personal Narrative and Psychological Analysis*, ed. P.H. Elovitz and C. Kahn, pp. 241–254. Cranbury, NJ: Associated University Press.

Matos, A. C. (1980). Sobre a patogenia da depressão. *O Médico*, 1484, 239–240.

Matos, A. C. (2001). *A depressão: episódios de um Percurso em Busca do Seu Sentido*. Lisboa: Climepsi editores.

Matos, A. C. (2002). *Psicanálise e psicoterapia psicanalítica*. Lisboa: Climepsi editores.

Matos, A. C. (2003). A especificidade da psicopatologia. In Climepsi editores (Ed.), Mais amor – menos doença. A Psicossomática Revisitada (pp 193–203). Lisboa: Climepsi.

McLuhan, M. (1962). *The Guttenberg gallery : the making of typographical Man*. Toronto: University of Toronto Press.

Meltzer, D. (1967). *Le processus analytique*. Paris: Payot.

Modell, A. (1965). On aspects of the superego's development. *International Journal of Psychoanalysis*, 46, 323–331.

Morin, E. (1995). *La Méthode, thome 4 : les idées*. Paris : Seuil.

Morin, E. (2003). O Método V: A Humanidade da Humanidade, a identidade humana. Lisboa: Publicações Europa–América. (Obra original publicada em Francês em 2001)

Moro, M.R. (1994). *Parents en exil. Psychopathologie et migration*. Paris: PUF.

Moro, M.R., & Nathan, T. (1995). Ethnopsychiatrie de l'enfant. In S. Lebovici, R. Diatkine, & M. Soulé (Eds.), *Nouveau Traité de psychiatrie de l'enfant et de l'adolescent* (pp. 423–446). Paris : PUF

Moscovici, S. (1972). *La Societé contre-nature*. Paris: UGE

Nóbrega, A. (2003). *A luta pelo poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: ISCSP.

Neves, J. C. (2004). Imigração e desenvolvimento. In ACIME (Ed.), *Actas do I Congresso: Imigração em Portugal – Diversidade, cidadania e integração* (pp. 48–60). Lisboa: ACIME.

OCDE (2003). *Trends in International Migration: Annual Report 2003*. Paris: OCDE.

OCDE (2007). *Trends in International Migration: Annual Report 2007*. Paris: OCDE.

ONU (1998). *Report of the United Nations Technical Symposium on International Migration and Development*. New York: United Nations.

Ortiz, D. (2002). *Al que se va*. Buenos Aires: Libros del Zorzal.

Papademetriou, D. (2004). Imigração: perspectivas e Desafios. In ACIME (Ed.), *Actas do I Congresso: Imigração em Portugal – Diversidade, cidadania e integração* (pp. 48–60). Lisboa: ACIME.

Pérez-Sánchez, A. (1996). *Práticas psicoterapêuticas, psicoanálisis aplicado a la asistencia pública*. Barcelona: Ediciones Paidós.

Pires, A. (2002). *Crianças (e pais) em risco*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Rappaport, D. (1960). The structure of psychoanalytic theory. *Psychological Issues*, 6, 39–72.

Ricoeur, P. (1990). *Soi-même un autre*. Paris : Le Seuil.

Rinsley, D.B., Mirsky, J., Factourovich, A., et al. (1993). Psychological adjustment and distress among Soviet immigrant physicians : demographic and background variables. *Israel Journal of Psychiatry*, 30, 244–254.

Rocha-Trindade, M. B. (2004). A realidade da imigração em Portugal. In ACIME (Ed.), *Actas do I Congresso: Imigração em Portugal – Diversidade, cidadania e integração* (pp. 48–60). Lisboa: ACIME.

Roudinesco, E., & Plon, M. (2000). Dicionário de Psicanálise. Lisboa: Editorial Inquérito. (Tradução do original em Francês *Dictionnaire de la Psychanalyse*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1997)

Rousseau, J. J. (1996). *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes precede de Discours sur les sciences et les arts*. Paris : LGF. (trabalho original publicado em Francês no ano de 1755).

Santos, J. (1982). *A caminho de uma utopia: um instituto da criança*. Lisboa: Livros Horizonte.

Santos, J. (1988). *A Casa da Praia: o psicanalista na Escola*. Lisboa: Livros Horizonte.

Santos, J. (1989). *Se não sabe, porque é que pergunta? Conversas com João Sousa Monteiro* (2^a ed.). Lisboa: Assírio & Alvim.

Santos, J. (1991). *Ensaio sobre educação - I. A criança quem é?* Lisboa: Livros Horizonte.

Santos, V. (2004). O discurso oficial do Estado sobre a Emigração dos anos 60 a 80 e a Imigração dos anos 90 à actualidade. Lisboa: ACIME.

Schiller, G. (1992), Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration, Glick Schiller et al (eds), *Towards a transnational perspective on Migration: Race, Class, Ethnicity and Nationalism reconsidered*, New York, New York Academy of Sciences, pp.1-24.

Shokeid, M. (1988). *Children of circumstance : Israeli Emigrants in New York*. Ithaca, New York: Cornell University Press.

Spitz, R. A. (1946). "Anaclitic depression : an inquiry into the genesis of psychiatric conditions in early childhood", II - *Psychoanalytic Study of the child*, 2, pp. 313-342.

Stern, D. (1974). Mother and infant at play: the diadic interaction involving facial, vocal and gaze behaviours. In M. Lewis, & L. Rosenblum (Eds.), *The effect of the infant on its caregiver* (pp. 187-213). New York: Wiley.

Stringer, C., Andrews, P. (1988). Genetic and fossil evidence for the origin of modern humans. *Science*, 239, pp. 1263-1268.

Tausk, V. (1945). On the origin of the Influence machine in schizofrenia. *Psychoanal., Quarterly*, 2, 45- 62.

Tréfaut, S. (Producer) & Tréfaut, S. (Director). (2004). *Os Lisboaetas* [Motion Picture]. (Avaible from www.atalantafilmes.pt/lisboetas)

Vala, J. (2004). Processos identitários e gestão da diversidade. In ACIME (Ed.), *Actas do I Congresso: Imigração em Portugal - Diversidade, cidadania e integração* (pp. 48-60). Lisboa: ACIME.

Van Essen, J. (1999, April). *Of fatherland and motherland: love and hate in adolescent refugees*. Comunicação apresentada em *Proceedings of IPA-UNESCO Congress: At the Threshold of the Millennium*, Lima, Peru.

Vitorino, A. (2004). Uma política comum de imigração. In ACIME (Ed.), *Actas do I Congresso: Imigração em Portugal - Diversidade, cidadania e integração* (pp. 48-60). Lisboa: ACIME.

Volkan, V. D. (1993). Immigrants and refugees: a psychodynamic perspective. *Mind and Human Interaction*, 4, 63-69.

Werman, D. S. (1977). Normal and pathological nostalgia. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 25, 387-398.

Winnicott, D. (1975). *Jeu et réalité*. Paris: Gallimard.

Winnicott, D. (1984). *The maturational process and the facilitating environment*. London: Karnac Books.

Wolpoff, M., Thorne, A., & Wu, X. (1984). Modern homo sapiens origins: a General theory of hominid evolution involving the fossil evidence from east Asia. In Smith & Spencer, (Eds.), *The origins of modern humans* (pp. 411 - 483). New York: Alan R. Liss.